

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA

Estado do Paraná



IPARDES

PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

ERRATA						
FOLHA	LINHA/ILUSTRAÇÃO	MUNICÍPIO	COLUNA RURAL (%) ONDE SE LÊ	LEIA-SE	COLUNA TAXA DE POBREZA (%) ONDE SE LÊ	LEIA-SE
29	Tabela 3.2 – linha 1	Antonio Olinto	47,6	97,1	97,1	47,6
29	Tabela 3.2 – linha 2	Bituruna	33,0	70,0	70,0	33,0
29	Tabela 3.2 – linha 3	Cruz Machado	41,7	89,4	89,4	41,7
29	Tabela 3.2 – linha 4	General Carneiro	32,9	39,4	39,4	32,9
29	Tabela 3.2 – linha 5	Paula Freitas	33,4	62,9	62,9	33,4
29	Tabela 3.2 – linha 6	Paulo Frontin	29,8	72,6	72,6	29,8
29	Tabela 3.2 – linha 7	Porto Vitória	28,3	57,8	57,8	28,3
29	Tabela 3.2 – linha 8	São Mateus do Sul	31,0	52,9	52,9	31,0
29	Tabela 3.2 – linha 9	União da Vitória	18,4	11,8	11,8	18,4
29	Tabela 3.2 – linha 10	TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	29,1	55,2	55,2	29,1
29	Tabela 3.2 – linha 11	PARANÁ	32,9	32,9	20,9	20,9

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico socioeconômico do Território União da Vitória:**
1.ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 122p.

**PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL - PARANÁ**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DO
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA**

**1.^a Fase
Caracterização Global**

Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR

**CURITIBA
2007**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Ênio José Verri - *Secretário*

José Augusto Zaniratti - *Diretor Geral*

Moisés Francisco Farah Jr. - *Coordenador da CDG*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah R. Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

Valter Bianchini - *Secretário*

Herlon Goelzer de Almeida - *Diretor Geral*

Almir Antonio Gnoatto - *Gerente Geral da UGP*

Luiz Carlos Teixeira Lopes - *Gerente Técnico da UGP*

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR

José Augusto Teixeira de Freitas Picheth - *Diretor-Presidente*

Arnaldo Colozzi Filho - *Diretor Técnico-Científico*

PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

COORDENAÇÃO GERAL

Nestor Bragagnolo - SEPL/CDG

ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS TERRITORIAIS

Coordenação Geral - IPARDES

Lenita Maria Marques

Valéria Villa Verde

Equipe Técnica

IPARDES

Ana Maria de Macedo Ribas, Anael Cintra, Cecilia Schlichta Giusti, Ciro Cezar Barbosa, Daniel Nojima, Débora Zlotnik Werneck, Dirceu Krainski Pinto, Eloise Helene Hatschbach Machado, Elyane Neme Alves, Guilherme Dias da Silva Amorim, Janaina Gonçalves, Josil do Rocio Voidela Baptista, Julio Cesar de Ramos, Julio T. Suzuki Júnior, Lucrecia Zaninelli, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Maria Luiza Marques Dias, Marino Antonio C. Lacay, Marisa Valle Magalhães, Nádia Zaiczuk Raggio, Neda Mohtadi Doustdar, Norma Consuelo dos Santos, Oduvaldo Bessa Júnior, Pamela Patricia Cabral da Silva (acadêmica de Ciência Sociais), Renate Winz, Solange do Rocio Machado, Vilmar Gross, Winnicios Ten Caten Rocha (acadêmico de Engenharia Ambiental)

IAPAR

Gil Maria Miranda, Moacyr Doretto

SEAB-UGP

Elisete Juraszek Sourient

Colaboração

Márcio J. Vargas da Cruz - Professor do Departamento de Economia da UFPR

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti (*Coordenação*), Cristiane Bachmann (*Revisão de texto*), Ana Batista Martins (*Editoração eletrônica*), Régia Toshie Okura Filizola (*Capa*), Eliane D. Mandu (*Normalização tabular*), Luiza Pilati Lourenço (*Normalização bibliográfica*), Julio Cesar de Ramos, Lucrecia Zaninelli (*Geoprocessamento e digitalização de informações*)

I59d Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Diagnóstico socioeconômico do Território União da Vitória:
1.^a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES,
2007.
122 p.
Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável -
Paraná.
Instituições colaboradoras: SEAB e IAPAR.

1. Situação social. 2. Situação econômica. 3. Território União
da Vitória. I. Título.

CDU 332.143(816.22)

APRESENTAÇÃO

O *Diagnóstico Socioeconômico do Território União da Vitória* é um estudo contratado pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, de iniciativa do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). É parte integrante de um conjunto de oito estudos sobre a realidade socioeconômica dos territórios: Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Caminhos do Tibagi, Paraná Centro, Ribeira, União da Vitória e Vale do Ivaí.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável foi desenvolvido visando à contratação de empréstimo internacional junto ao Banco Mundial, dando continuidade, assim, a uma cooperação de décadas voltada para o meio rural paranaense. Concomitantemente às negociações relativas à contratação do empréstimo, o Governo do Paraná, no seu Plano Plurianual (PPA 2007-2011) e no seu Programa de Desenvolvimento Regional (PDRE), assumiu algumas ações previstas no Projeto, dentre as quais a elaboração dos diagnósticos territoriais.

Para cumprir essa finalidade, constituiu-se um grupo de trabalho coordenado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com as parcerias institucionais do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Minerais do Paraná (MINEROPAR).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	7
1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	10
1.1 LOCALIZAÇÃO	11
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS.....	12
2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL	19
3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	26
3.1 INDICADORES SINTÉTICOS.....	27
3.1.1 Desenvolvimento Humano	27
3.1.2 Famílias Pobres	28
3.1.3 Desigualdade de Renda.....	29
3.1.4 Trabalho Infanto-Juvenil.....	31
3.2 HABITABILIDADE	33
3.3 SAÚDE	37
3.4 EDUCAÇÃO	45
3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	50
3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO União da Vitória	57
3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	59
4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA	61
4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO	61
4.1.1 PIB Total e PIB per Capita	61
4.1.2 Ocupação e Renda	63
4.1.2.1 Indicadores gerais	63
4.1.3 Evolução do Emprego Formal.....	69
4.1.3.1 Desempenho recente	70
4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES	71
4.2.1 Indústria.....	71
4.2.2 Serviços.....	75
4.2.3 Agropecuária	76
4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários.....	77
4.2.3.2 Estrutura fundiária	78
4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria	79
4.2.3.4 Uso da terra.....	80
4.2.3.5 Valor bruto da produção agropecuária.....	82
4.2.3.6 Produção e área das principais culturas	82
4.2.3.7 Rebanho	83
4.2.3.8 Silvicultura	84
4.3 MEIOS E INSTRUMENTOS.....	84
4.3.1 Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos.....	84
4.4 INFRA-ESTRUTURA	92
4.4.1 Infra-Estrutura Viária e Aeroportos	92

4.4.2 Armazéns.....	93
4.5 PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL	93
4.5.1 Material e Métodos	94
4.5.2 Resultados.....	94
5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	96
5.1 FINANÇAS MUNICIPAIS	97
5.2 ATIVOS INSTITUCIONAIS.....	100
5.2.1 Instituições.....	100
5.2.2 Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural	102
5.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	104
5.4 INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL	105
5.4.1 Associações de Municípios	105
5.4.2 Instituições de Desenvolvimento	105
5.4.3 Histórico do Processo Territorial	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE	114

INTRODUÇÃO

O procedimento metodológico proposto para construir os diagnósticos territoriais levou em conta o âmbito e as particularidades das ações previstas pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (PARANÁ, 2005). A concepção geral do diagnóstico (estrutura e metodologia) considerou a sua finalidade e a disponibilidade de dados. Esta última condição foi determinante para conceber o diagnóstico em duas fases complementares. Na primeira fase, analisam-se o território e seus municípios a partir de fontes secundárias; na segunda fase, analisa-se mais amplamente o território, utilizando-se a mais importante fonte brasileira de informações sobre economia agrária – o Censo Agropecuário 2006 –, cujo banco de dados estará disponível no primeiro semestre de 2008.

O Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável adotou como pressuposto a noção de espaço rural para além da economia agrícola e/ou a zona rural dos municípios. Admite haver espaços rurais onde coexistem atividades de natureza agrícola e não-agrícola.

Sobre o recorte espacial definido para análise e intervenção, vale salientar que, no Brasil, particularmente a partir dos anos 2000, a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ressalte-se que o MDA vinculou a sua política de crédito rural, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), à organização territorial, ação respaldada inclusive com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). No Estado do Paraná, essa ação legitimou e/ou estimulou a organização de municípios em territórios.

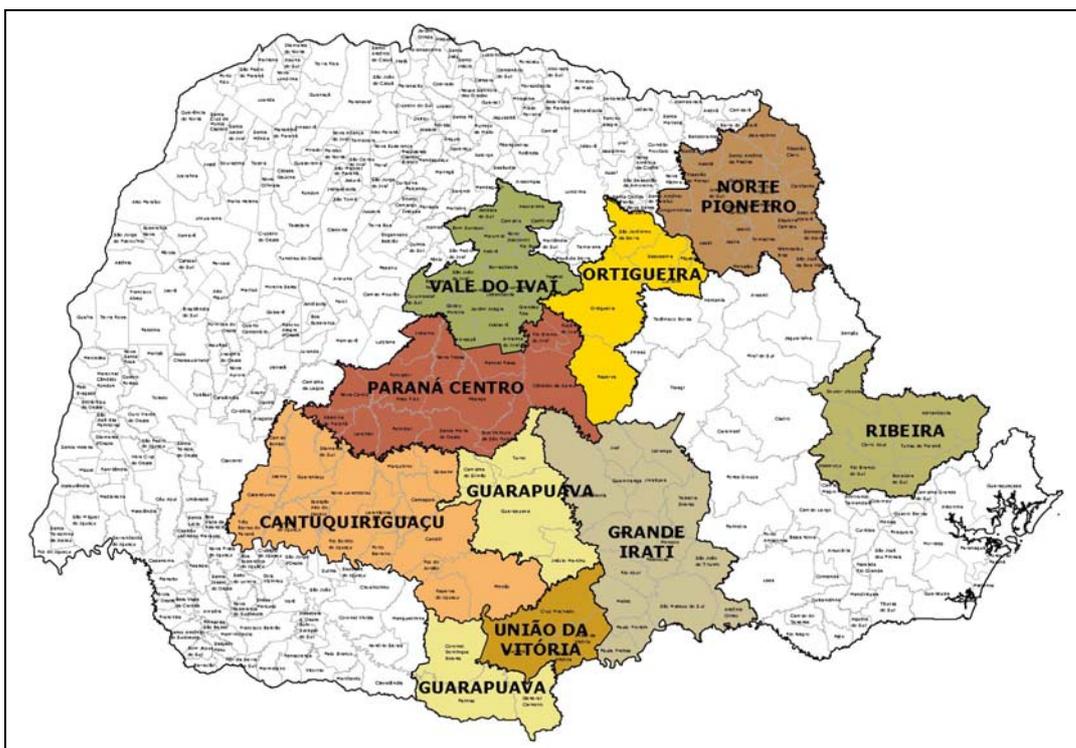
O conceito de território presente na política de crédito do MDA vem atrelado à perspectiva da promoção do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente. Nesse contexto, a escala territorial assume um papel crescente enquanto unidade de planejamento e intervenção. Vale esclarecer que a organização de municípios em torno de um projeto não é novidade no Brasil, sendo que as associações de municípios e os consórcios municipais de saúde são exemplos dessas iniciativas.

Não cabe aqui debater a concepção territorial presente no Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, mas elucidar que essa noção busca trazer para as ações voltadas ao desenvolvimento a idéia da multissetorialidade concomitante à superação da dicotomia urbano-rural no que tange ao planejamento da ação pública. Nesse sentido, um conjunto de municípios articulados em torno de um projeto comum tem se mostrado eficaz na realização de mudanças desejadas e apresenta maior capacidade de negociação e maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

Assim, no âmbito do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, os diagnósticos socioeconômicos territoriais têm o objetivo de subsidiar as ações do

Projeto, como também o planejamento das ações dos Fóruns e/ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial. Com essa orientação, o Projeto identificou espaços geográficos relativamente homogêneos do ponto de vista físico-ambiental. A partir dessa delimitação geográfica, priorizou as áreas mais vulneráveis do Estado para intervenção. Pelos critérios técnicos adotados pelo Projeto, foram selecionados nove territórios, abrangendo 121 municípios e uma área de 8 milhões de hectares, que, em 2000, correspondiam a uma população de 1,7 milhão de habitantes (mapa A).

MAPA A - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO INICIAL



FONTE: SEPL

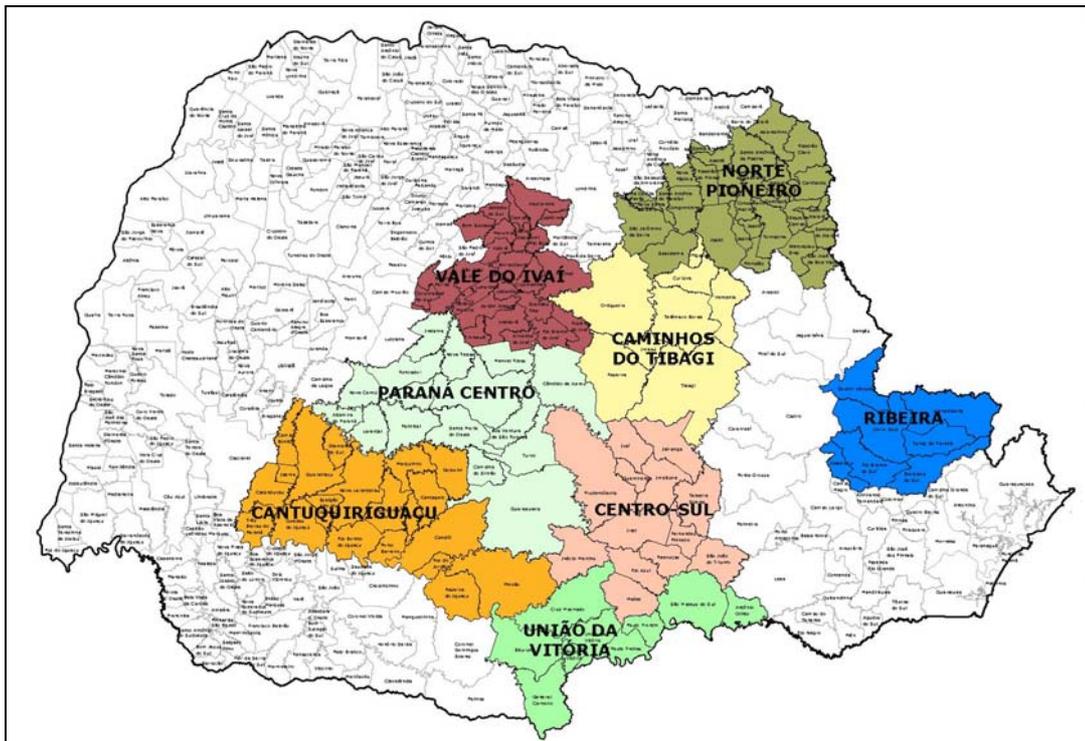
NOTAS: Elaboração: IPARDES.

BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

Uma etapa que antecedeu a elaboração dos Diagnósticos Territoriais foi proceder à validação desses espaços. Essa tarefa foi colocada *a priori*, para que o diagnóstico fosse desenvolvido com base na percepção local de sua abrangência e institucionalidade.

Esse procedimento, construído a partir de reuniões técnicas com instituições locais e mediadas pela Coordenação de Programas de Governo – CPG/ SEPL, pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP/SEAB e pelo IPARDES/SEPL, identificou a necessidade de redefinir o desenho inicial. Assim, a área do Projeto passou para aproximadamente 8 milhões de hectares e os territórios prioritários passaram a ser oito, abrangendo 127 municípios, com uma população total de 1,8 milhão de habitantes, em 2007 (mapa B).

MAPA B - TERRITÓRIOS PRIORIZADOS NO PROJETO INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONFIGURAÇÃO FINAL



FONTE: SEPL

NOTAS: Elaboração: IPARDES.

BASE CARTOGRÁFICA - SEMA (2004).

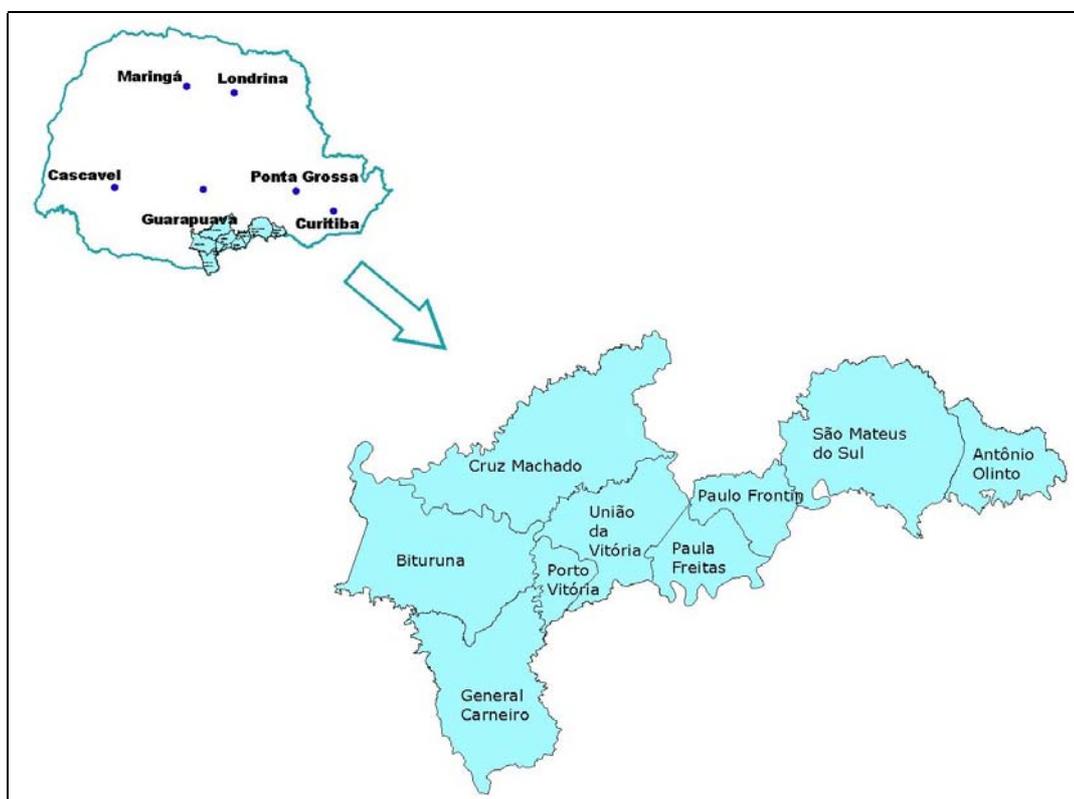
Para cumprir o seu papel de organizador dos elementos sociais e econômicos presentes nos territórios selecionados, os diagnósticos referentes à primeira fase apresentam uma leitura global do território estruturada em seis seções. A primeira seção traz a caracterização do território, localizando-o espacialmente e abordando seus aspectos físicos ambientais; a segunda seção trata da dinâmica populacional, com a história da ocupação do espaço territorial analisado e indicadores demográficos; na terceira seção são apresentados indicadores sociais e econômicos cuja ênfase recai sobre as dimensões do desenvolvimento; a quarta seção está voltada para a caracterização econômica e analisa a estrutura produtiva, as atividades, os meios e instrumentos e a perspectiva econômica territorial; na quinta seção, analisam-se os aspectos institucionais presentes no território; e na seção 6, fazem-se as considerações finais.

1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 LOCALIZAÇÃO

O território União da Vitória localiza-se parte no Segundo Planalto e parte no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 7.298 km², correspondendo a cerca de 3,7% do território estadual e a 9,1% da área do Projeto. Essa região faz divisa ao norte e leste com o território Centro-Sul; a noroeste, com o território Cantuquiriguaçu; a oeste, com o Grande Sudoeste, e ao sul, com o estado de Santa Catarina (mapa 1.1).

MAPA 1.1 - LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

O território é constituído por nove municípios: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. Esse conjunto de municípios reúne 162.807 pessoas, representando 1,6% da população estadual e 8,7% da população da área do Projeto (tabela 1.1).

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL E ÁREA TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL ⁽¹⁾	ÁREA TERRITORIAL (km ²)
Antônio Olinto	7 477	469,76
Bituruna	16 142	1 214,91
Cruz Machado	18 329	1 478,35
General Carneiro	14 591	1 070,25
Paula Freitas	5 457	420,33
Paulo Frontin	7 032	369,21
Porto Vitória	3 779	212,58
São Mateus do Sul	39 079	1 342,63
União da Vitória	50 921	720,01
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	162 807	7 298,02

FONTE: IBGE - Contagem de População (resultados preliminares)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) Resultados divulgados em Diário Oficial da União em 05 e outubro de 2007.

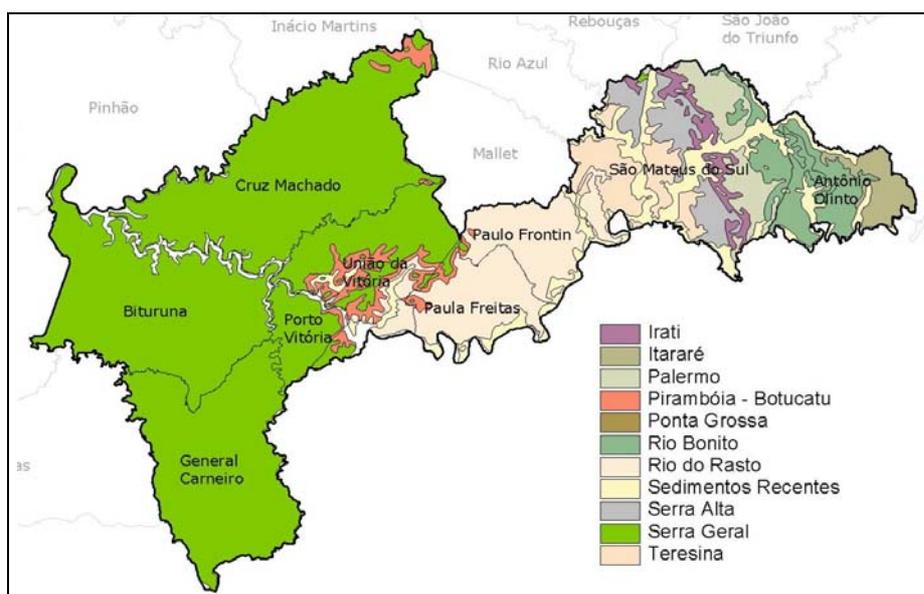
1.2 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Neste item são apresentados temas que caracterizam ambientalmente o território União da Vitória. Os temas abordados referem-se ao meio físico (geologia, médias das temperaturas mínimas e máximas, hipsometria, declividade e áreas com potencial à degradação do solo) e ao meio biológico (domínios fitogeográficos e cobertura vegetal de remanescentes e reflorestamento).

Os mapeamentos de uso da terra de 1980, de uso da terra de 2001/2002 e de unidades de conservação também compõem este diagnóstico e representam as relações de pressões antrópicas e os aspectos jurídico-ambientais. Para cada tema, além do mapa, foi realizada uma caracterização baseada nos dados medidos em área desses mapeamentos.

A geologia do território é composta por dez unidades, mas caracteriza-se pela predominância da Formação Serra Geral, com 57,8% de toda área, seguida pelas formações Rio do Rastro (10,6%) e sedimentos recentes (6,9%). A formação Serra Geral é representativa das manifestações vulcânicas que ocorreram entre os períodos Jurássico e Cretáceo em grande parte do Terceiro Planalto paranaense, composta por rochas efusivas básicas como basaltos maciços e amigdalóides com intercalações de arenito fino, podendo ser encontrada na porção oeste do território, nos municípios de Cruz Machado, Bituruna, General Carneiro, União da Vitória e Porto Vitória. A Formação Rio do Rastro ocorre no centro do território em quase toda área dos municípios de Paulo Frontin e Paula Freitas e em parte dos municípios de São Mateus do Sul e União da Vitória. É composta predominantemente de siltitos e argilitos avermelhados com intercalações de arenito fino, possuindo idade permiana. Os sedimentos recentes, de material areno-siltico-argiloso, oriundos de deposição fluvial, encontram-se às margens do rio Iguaçu e alguns de seus afluentes nos municípios de União da Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, São Mateus do Sul e Antônio Olinto (mapa 1.2).

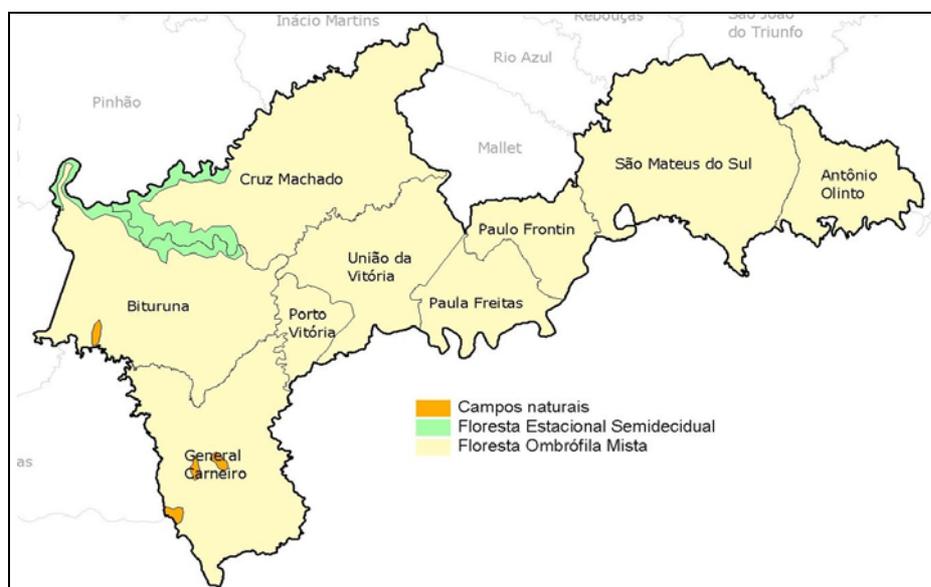
MAPA 1.2 - GEOLOGIA DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: MINEROPAR

Originalmente o território contava com predominância do bioma de Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucária), com uma proporção de 96,5% de todo território. A Floresta Estacional Semidecidual (3,3%) encontrava-se nas margens dos rios Iguaçu e das Antas nos municípios de Cruz Machado e Bituruna. Os Campos Naturais (0,4%) estavam nos municípios de General Carneiro e Bituruna (mapa 1.3).

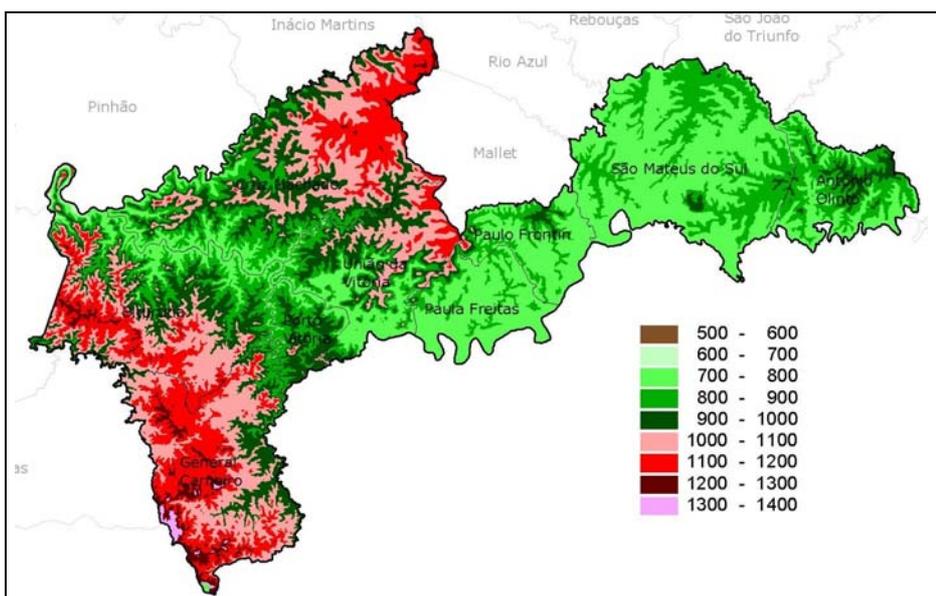
MAPA 1.3 - REGIÕES FITOGEográficas DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

Quanto à hipsometria, as altitudes de 500 a 1.000 m ocupam 66,1% do território. As altitudes de 1.000 m a 1.400 m ocupam 32% e estão localizadas na sua maior parte no município de General Carneiro, sul de Bituruna e norte e nordeste de Cruz Machado (mapa 1.4).

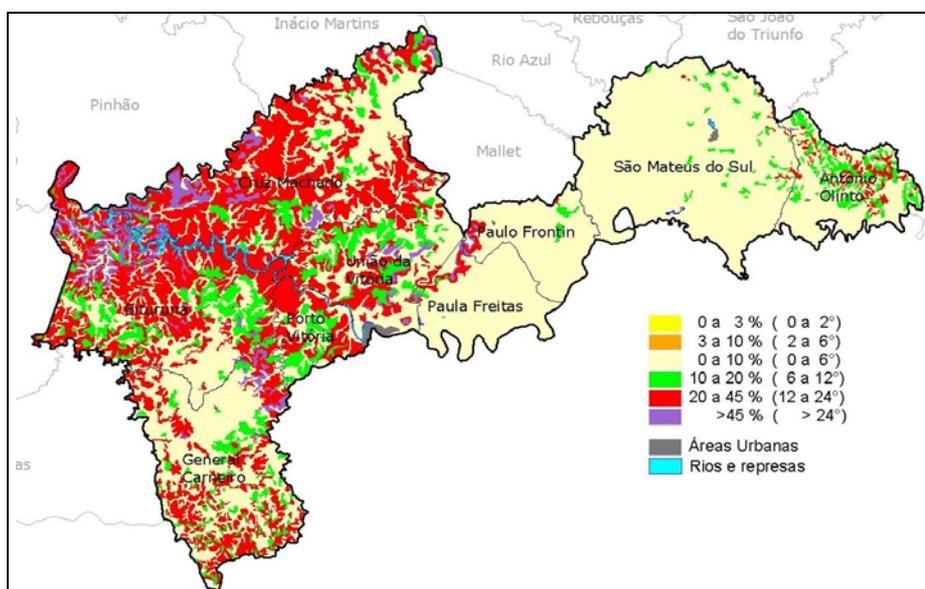
MAPA 1.4 - HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

A classe de declividade predominante é a do intervalo de 0 a 10% e ocorre em cerca de 58% do território, concentrando-se na porção leste. A classe de 10% a 20% ocorre em 9,4%; as classes de 20% a 45% ocorrem em 26,8%, e maiores que 45% em 3,5% do território, concentrando-se nos municípios de Cruz Machado, Bituruna, Porto Vitória, União da Vitória e General Carneiro (mapa 1.5).

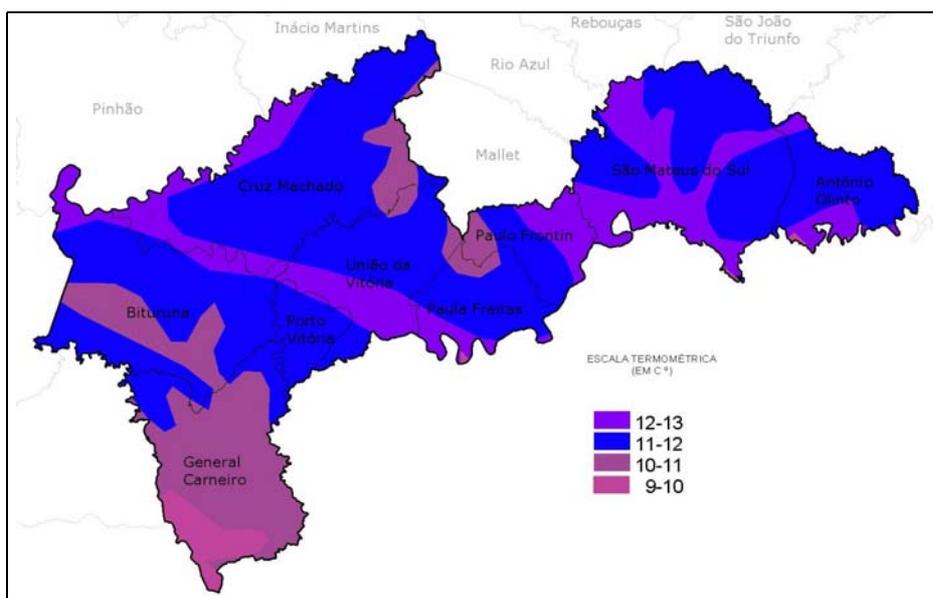
MAPA 1.5 - DECLIVIDADE NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTES: EMATER, IPARDES

As temperaturas mínimas que predominam no território ocorrem em duas classes: de 9°C a 11°C (19,1%) que se concentra no município de General Carneiro, e de 11°C a 13°C (83,7%) – mapa 1.6.

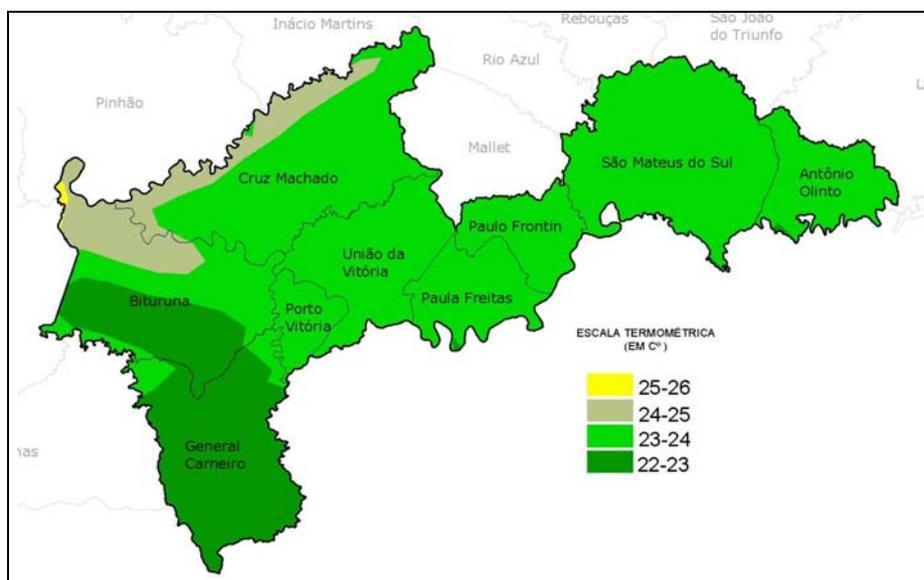
MAPA 1.6 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÍNIMAS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IAPAR

Quanto às temperaturas máximas, o território apresenta um intervalo entre 22°C a 26°C, sendo que o intervalo de 22°C a 24°C é predominante (91,1%). O intervalo entre 24°C e 26°C (8,3%) ocorre nos municípios de Bituruna e Cruz Machado (mapa 1.7).

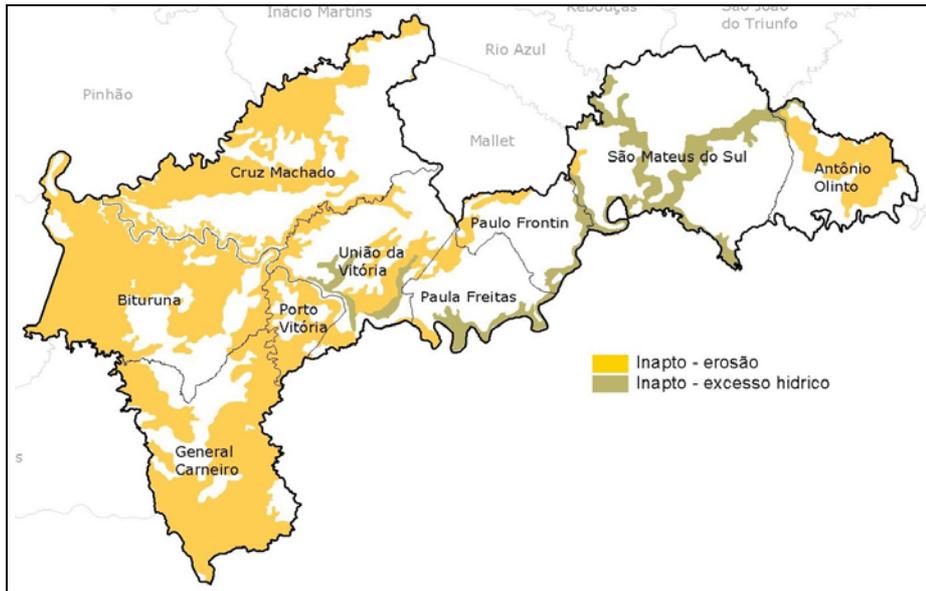
MAPA 1.7 - MÉDIA ANUAL DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IAPAR

O território apresenta 40,2% de seus solos com potencialidade à degradação, devido à alta probabilidade de riscos à erosão, e 6% inaptos por excesso hídrico (mapa 1.8).

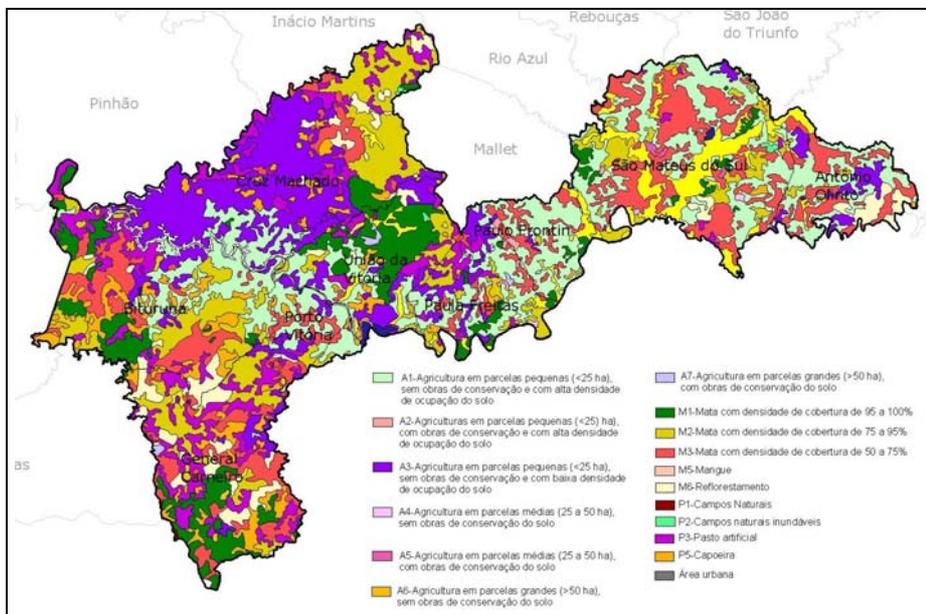
MAPA 1.8 - ÁREAS COM POTENCIAL À DEGRADAÇÃO DO SOLO NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

No levantamento de uso do solo, realizado pelo IPARDES a partir de fotografias aéreas de 1980, foi observado que as matas ocupavam 38,3% de todo o território, a agricultura, 36,2%; as pastagem e os campos naturais, 13,8%; as capoeiras, 5,3%; e os reflorestamentos, 4,3% (mapa 1.9).

MAPA 1.9 - USO DO SOLO NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1980

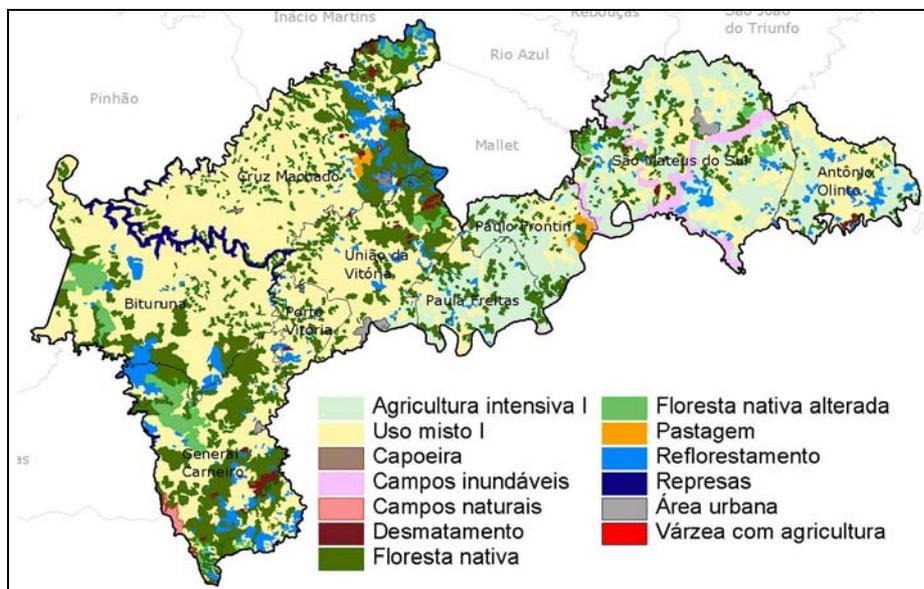


FONTE: IPARDES

Outro levantamento de uso do solo, também realizado pelo IPARDES, utilizando imagens Land Remote Sensing Satellite (LANDSAT) de 2001 e 2002, mostrou que as pressões agropecuárias aumentaram tanto na modalidade intensiva quanto o uso misto, envolvendo

68,2% do território. Desse levantamento foi possível a obtenção dos dados de remanescentes da floresta nativa, que totalizavam, em área, 19,3%. A floresta nativa ocupava 2,7%; o reflorestamento, 4,5%; pastagens, capoeiras e campos inundáveis, 3,5% (mapa 1.10).

MAPA 1.10 - USO DA TERRA NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2001-2002



FONTE: IPARDES

No que tange à extração mineral, sete dos nove municípios do território tiveram alguma produção entre 1995 e 2004. Segundo dados da MINEROPAR, nesse período houve extração de areia, argila, arenito, basalto, cascalho, folhelo pirobetuminosos (xisto) e gabro, sendo que esses três últimos ocorrem nos municípios de Bituruna, São Mateus do Sul e Cruz Machado, respectivamente (quadro 1.1).

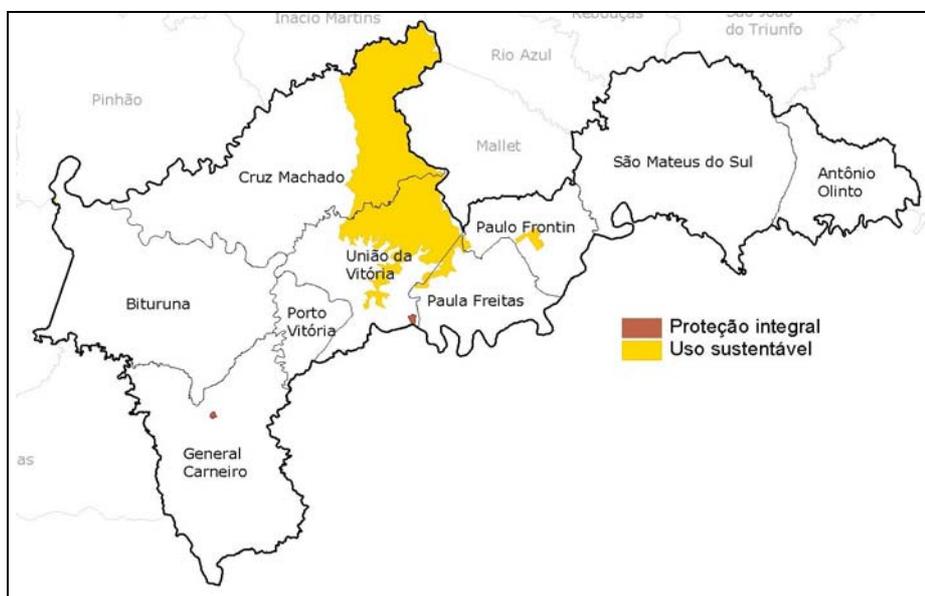
QUADRO 1.1 - PRODUÇÃO MINERAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995-2004

MUNICÍPIO	SUBSTÂNCIA
Antônio Olinto	<ul style="list-style-type: none"> • Areia • Argila
Bituruna	<ul style="list-style-type: none"> • Arenito • Argila • Basalto
Cruz Machado	<ul style="list-style-type: none"> • Gabro
Paula Freitas	<ul style="list-style-type: none"> • Areia • Argila • Cascalho
Paulo Frontin	<ul style="list-style-type: none"> • Areia • Argila
São Mateus do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Arenito • Argila • Basalto • Folhelo pirobetuminosos (xisto)
União da Vitória	<ul style="list-style-type: none"> • Areia

FONTE: MINEROPAR

As unidades de conservação de uso sustentável somam 75.109 ha, representando 10,3% de todo território, enquanto as Unidades de Conservação (UC) de proteção integral têm extensão de 458 ha, ou apenas 0,06% de todo o território. Estas são representadas pelo Parque Estadual das Araucárias no município de Bituruna, pela Reserva Particular do Patrimônio Natural das Araucárias ao norte de General Carneiro e pelo Parque Estadual Bosque das Araucárias a sudeste de União da Vitória. As unidades de uso sustentável são a Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra da Esperança, que ocorre a oeste dos municípios de Cruz Machado e União da Vitória; a Floresta Estadual de Santana, situada no centro do município de Paulo Frontin; e a Reserva Florestal de Pinhão, que ocorre a noroeste do município de Bituruna (mapa 1.11).

MAPA 1.11 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ



FONTE: IPARDES

2 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DINÂMICA POPULACIONAL¹

O território União da Vitória reúne um conjunto de municípios que ocupam parcela da extensa região denominada “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo, e parte importante do seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu, direcionando para a região a instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (principalmente poloneses, ucranianos, alemães e russos). Estas, assentadas em pequenas propriedades, dedicaram-se desde logo à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade.²

Permanecendo sempre escassamente povoada e apresentando bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo, a região teve um tardio processo de integração a outras áreas mais empreendedoras do Estado, em função da quase total ausência de vias de comunicação que estimulassem a circulação de mercadorias e fomentassem a produção.

Com este cenário de fundo, tem-se que os nove municípios que integram o território abrigavam, em 2000, 155,4 mil habitantes, sendo que o território apresentava, naquele ano, grau de urbanização de 60% e densidade populacional de 21,3 habitantes/km² (tabela 2.1). O município de União da Vitória distingue-se, na região, por apresentar um centro urbano que compõe com Porto União, em Santa Catarina, uma mancha contínua de ocupação de dimensão populacional considerável.³ O grau de urbanização do município, em 2000, alcançava 94%.

Os resultados preliminares da Contagem Populacional de 2007⁴ indicam um pequeno crescimento da população da região para 162,8 mil habitantes, e um ligeiro incremento na densidade demográfica – 22,3 habitantes/km². A despeito desse incremento populacional, o território União da Vitória apresenta um dos menores contingentes demográficos dentre os territórios priorizados pelo projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável (ver Apêndice – tabela A.2.1).

¹ Partes deste texto foram extraídas de IPARDES (2004).

² Importantes estudos discorrem sobre os principais traços históricos da formação dessa região. Ver, entre outros, Bernardes (1952), Balhana, Machado e Westphalen (1969), Padis (1981), Wachowicz (1985 e 1988) e Ferreira (1996). Um breve resumo desse processo consta em IPARDES (2000).

³ IPARDES (2000), p. 119.

⁴ Resultados divulgados em Diário Oficial da União no dia 05 de outubro de 2007.

TABELA 2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab./km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbana	Rural	TOTAL				
Antônio Olinto	612	6 795	7 407	7 477	8,3	15,8	15,9
Bituruna	7 506	8 227	15 733	16 142	47,7	12,9	13,3
Cruz Machado	3 459	14 208	17 667	18 329	19,6	12,0	12,4
General Carneiro	8 903	4 996	13 899	14 591	64,1	13,0	13,6
Paula Freitas	2 200	2 860	5 060	5 457	43,5	12,0	13,0
Paulo Frontin	1 752	4 813	6 565	7 032	26,7	17,8	19,0
Porto Vitória	2 216	1 835	4 051	3 779	54,7	19,1	17,8
São Mateus do Sul	21 131	15 438	36 569	39 079	57,8	27,2	29,1
União da Vitória	45 591	2 931	48 522	50 921	94,0	67,4	70,7
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	93 370	62 103	155 473	162 807	60,1	21,3	22,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o conjunto do território experimentou uma redução no ritmo de crescimento populacional, determinado principalmente pelo refreamento experimentado por União da Vitória, Bituruna e General Carneiro (tabela 2.2). Nos anos 1990, Bituruna e General Carneiro voltaram a apresentar impulsão em suas taxas de crescimento, mas o território manteve-se crescendo no mesmo patamar. No período subsequente, praticamente todos os municípios evidenciam taxas positivas, porém inferiores a 1% ao ano, sinalizando uma situação generalizada de perdas migratórias.

TABELA 2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1970-2007

MUNICÍPIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Antônio Olinto	-0,6	1,2	-0,5	0,1
Bituruna	2,6	0,8	2,3	0,4
Cruz Machado	1,1	0,8	0,7	0,6
General Carneiro	2,8	2,1	2,4	0,7
Paula Freitas	-0,4	0,3	0,9	1,1
Paulo Frontin	0,1	1,8	0,0	1,0
Porto Vitória	1,3	0,6	0,8	-1,0
São Mateus do Sul	1,3	1,9	1,1	1,0
União da Vitória	2,9	1,0	1,1	0,7
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	1,7	1,2	1,1	0,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Na comparação com os demais territórios (ver Apêndice - tabela A.2.2), o de União da Vitória e o Paraná Centro são os únicos que vêm sofrendo sucessivas reduções nas taxas de crescimento demográfico ao longo das décadas. Os territórios Norte Pioneiro e Vale do Ivaí se destacam pelo contínuo declínio nas taxas de decréscimo populacional, alcançando incremento próximo a zero no período 2000-2007. Os demais, e mesmo o conjunto

do Estado, se caracterizam por apresentarem comportamentos oscilantes em termos de ritmo de crescimento (ou decréscimo) populacional.

Sem dúvida, o componente migratório, dentre os fatores demográficos, vem tendo um peso substantivo na conformação do quadro populacional regional. O já conhecido processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões principalmente a partir da década de 1970, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. Os municípios que compõem o território não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo. Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

Os dados relacionados à movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 ilustram essa tendência (tabela 2.3). Embora os municípios do território recebam consideráveis fluxos imigratórios, particularmente de âmbito intra-estadual, com destaque para União da Vitória, São Mateus do Sul e General Carneiro, as perdas para a grande maioria deles são mais volumosas, provocando saldo negativo nas trocas populacionais.

TABELA 2.3 - IMIGRANTES, EMIGRANTES E TROCAS LÍQUIDAS MIGRATÓRIAS INTRA-ESTADUAIS E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA⁽¹⁾, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTES ⁽²⁾			EMIGRANTES			TROCAS LÍQUIDAS		
	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL	Intra-estaduais	Interestaduais	TOTAL
Antônio Olinto	243	80	323	427	129	556	-184	-49	-232
Bituruna	634	256	890	711	322	1 033	-76	-66	-142
Cruz Machado	574	93	667	1 068	416	1 484	-494	-324	-817
General Carneiro	861	576	1 437	621	561	1 181	240	16	256
Paula Freitas	254	160	414	258	262	521	-4	-102	-106
Paulo Frontin	279	78	357	402	411	814	-124	-333	-457
Porto Vitória	212	181	393	221	46	266	-9	135	127
São Mateus do Sul	1 340	450	1 789	2 257	693	2 950	-917	-243	-1 161
União da Vitória	2 064	1 970	4 034	3 015	2 812	5 827	-951	-842	-1 793
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	6 461	3 844	10 306	8 980	5 651	14 632	-2 519	-1 807	-4 326

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia na localidade em estudo em 1995, e sim em 2000; o emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia na localidade em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

(2) Excluíve imigrantes procedentes de países estrangeiros.

Sob o ponto de vista dos movimentos intra-estaduais, os municípios apresentam situações divergentes, mas predominam numericamente os deslocamentos entre os municípios do território e demais municípios do Estado que não integram nenhum dos territórios em estudo, particularmente no que diz respeito aos fluxos de saída (ver Apêndice – tabelas A.2.3 e A.2.4). Entretanto, chamam a atenção também os fluxos interestaduais, principalmente os de emigração, notando-se que o município de União da Vitória evidencia saldo negativo nas trocas interestaduais praticamente da mesma ordem do saldo, igualmente negativo, nas trocas intra-estaduais.

Quando se comparam os resultados do território União da Vitória com os dos demais, várias dessas observações também são válidas (ver Apêndice – tabelas A.2.5 e A.2.6). Ou seja, para todos predominam os fluxos de imigração e de emigração dentro do próprio estado paranaense. Os territórios Caminhos do Tibagi e Ribeira apresentam, inclusive, pequenos saldos positivos nas trocas interestaduais. Esse fato porém, não minimiza a prevalência de saldos migratórios totais negativos para todos os territórios.

Subjacentes às alterações na dinâmica de crescimento populacional da região, fortemente condicionadas pelos processos migratórios, interagem também as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população, verificadas no período. Desde meados da década de 1960, várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o País em um quadro irreversível de transição demográfica. A população do Paraná acompanhou *pari passu* esse processo, e, apesar da existência de diferenciais regionais intra-estaduais, já no início dos anos 1990 demonstrava padrões de controle efetivo e continuado do tamanho de suas proles (MAGALHÃES, 2003). O número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher no transcorrer do período reprodutivo, estimado para o Estado no início da década de 1990, situava-se em 2,6, tendo declinado para 2,3 em torno do ano 2000 (tabela 2.4). Os municípios do território evidenciavam níveis de fecundidade semelhantes ou mais elevados do que a média do Estado, nesse período. No entanto, todos experimentaram quedas nas taxas de fecundidade no intervalo de dez anos em questão, alguns em níveis expressivos.

TABELA 2.4 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL ⁽¹⁾		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽²⁾	
	1991	2000	1991	2000
Antônio Olinto	4,0	2,5	62,9	67,6
Bituruna	3,8	3,3	60,0	66,1
Cruz Machado	2,9	2,4	62,9	66,9
General Carneiro	4,0	3,3	60,0	67,1
Paula Freitas	2,6	2,5	65,1	67,1
Paulo Frontin	2,6	2,5	65,1	67,1
Porto Vitória	4,0	3,0	61,5	66,1
São Mateus do Sul	3,0	2,5	68,2	68,9
União da Vitória	3,0	2,5	64,8	70,5
PARANÁ	2,6	2,3	65,7	69,8

FONTE: PNUD

(1) Refere-se ao número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher residente na localidade em estudo, ao longo do seu período reprodutivo.

(2) Expectativa média de vida que uma criança tinha ao nascer na localidade em estudo, dadas as condições socioeconômicas e ambientais vigentes à época.

É interessante observar, no entanto, que desde os anos 1990 o fenômeno do aumento da gravidez na adolescência tem se alastrado nas mais diversas regiões do País,

preocupando famílias, médicos educadores e desafiando setores públicos e instâncias privadas a proporem programas, projetos e medidas direcionados ao atendimento e/ou à minimização do problema. Apesar dessa realidade, o processo mais geral de queda da fecundidade não é afetado, pois a contribuição dos nascimentos de mães jovens para o conjunto dos nascimentos é, em geral, bastante pequena.

A mortalidade, por seu turno, que desde as primeiras décadas do século XX inicia, no Paraná, forte tendência de declínio, a exemplo do que ocorria em outras áreas brasileiras, prossegue em ritmo de queda ao final do século, se bem que de forma mais lenta. Nesse contexto, a população do Estado, que no início da década de 1990 exibia índice de expectativa de vida ao nascer próximo de 66 anos, passa a apresentar, dez anos depois, indicador mais elevado, no patamar de 70 anos. De forma similar à dinâmica da fecundidade, embora a grande maioria dos municípios do território experimentasse níveis de esperança de vida ao nascer abaixo da média estadual, nos anos considerados, demonstraram significativos ganhos médios de anos de vida no transcorrer do decênio.

Todas essas mudanças imprimiram uma nova conformação à estrutura etária e por sexo da população do território, acompanhando a tendência estadual. No transcorrer das últimas décadas do século XX os padrões etários dos municípios paranaenses revelaram um processo paulatino de envelhecimento, com redução do peso dos grupos de idade mais jovens, e aumento, por outro lado, das proporções das idades adultas e idosas (IPARDES, 2004). As taxas anuais de crescimento da população por grandes grupos etários para o período 1991-2000 ilustram bem essas tendências e dimensionam as desigualdades do comportamento etário da população (ver Apêndice – tabelas A.2.7 e A.2.8). As exceções, no território, naquele decênio, relacionam-se aos municípios de General Carneiro e de Bituruna, que registraram taxas de crescimento expressivas para todos os grupos etários, inclusive o de crianças e jovens.

Assim, no limiar dos anos 2000, o grau de envelhecimento da população do Estado, medido por meio do índice de idosos⁵, atingia quase 20%, indicando que para cada 100 jovens menores de 15 anos de idade que residiam no Paraná, havia 20 idosos com 65 anos e mais de idade (ver Apêndice – tabela A.2.9). O grau de envelhecimento da população do território encontra-se em um patamar ligeiramente abaixo ao da média do Estado, apresentando-se no grupo de territórios em estudo com graus de envelhecimento de nível intermediário. No âmbito intraterritorial, os municípios de Paulo Frontin e Paula Freitas destacavam-se, em 2000, com índices de envelhecimento bem superiores à média do território, e General Carneiro e Bituruna, bem abaixo (tabela 2.5).

⁵ O índice de idosos, uma medida do envelhecimento de uma população, mede a relação entre o número de pessoas idosas e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (no presente estudo, pessoas com 65 anos e mais e menores de 15 anos, respectivamente).

TABELA 2.5 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e mais	
Antônio Olinto	2 173	540	24,9
Bituruna	5 454	675	12,4
Cruz Machado	5 782	1 024	17,7
General Carneiro	5 079	558	11,0
Paula Freitas	1 455	365	25,1
Paulo Frontin	1 877	479	25,5
Porto Vitória	1 295	258	19,9
São Mateus do Sul	11 163	1 903	17,0
União da Vitória	14 447	3 004	20,8
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	48 725	8 806	18,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

No que tange à composição por sexo da população dos distintos grupos etários, os municípios do território União da Vitória, a exemplo dos demais territórios e regiões do Estado (ver Apêndice – tabela A.2.10), evidenciam predominância masculina no segmento de crianças e jovens (abaixo de quinze anos) residentes na área, condizente com o padrão em geral percebido na maior parte das estruturas demográficas conhecidas (tabela 2.6).

TABELA 2.6 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e mais		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Antônio Olinto	1 093	1 080	1,01	2 534	2 160	1,17	266	274	0,97
Bituruna	2 793	2 661	1,05	5 010	4 594	1,09	335	340	0,99
Cruz Machado	2 929	2 853	1,03	5 781	5 080	1,14	482	542	0,89
General Carneiro	2 653	2 426	1,09	4 236	4 026	1,05	285	273	1,04
Paula Freitas	753	702	1,07	1 710	1 530	1,12	175	190	0,92
Paulo Frontin	960	917	1,05	2 300	1 909	1,20	203	276	0,74
Porto Vitória	688	607	1,13	1 305	1 193	1,09	120	138	0,87
São Mateus do Sul	5 623	5 540	1,01	11 976	11 527	1,04	866	1 037	0,84
União da Vitória	7 345	7 102	1,03	15 068	16 003	0,94	1 314	1 690	0,78
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	24 837	23 888	1,04	49 920	48 022	1,04	4 046	4 760	0,85

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

Na faixa de idade intermediária prevalece um número maior de homens do que de mulheres residentes, situação mais comumente observada em regiões com menor nível de urbanização. A superioridade numérica masculina no segmento etário em idade de trabalhar é encontrada, via de regra, em áreas rurais. Apenas no município de União da Vitória (o mais urbanizado do território) a razão de sexo média para o grupo de residentes em idade produtiva

indica predomínio da população feminina. No cômputo geral do território, prevalece o contingente masculino nesse intervalo etário.

Na faixa etária superior, que abrange a população considerada idosa, a tendência demográfica internacional é a de predomínio do número de mulheres, principalmente em decorrência dos efeitos da sobremortalidade masculina. Em outras palavras, entre os idosos, as mulheres detêm maiores probabilidades de sobrevivência do que os homens. Com exceção de General Carneiro, todos os municípios do território evidenciam esse padrão. É interessante observar, inclusive, que, dentre os territórios, o de União da Vitória é o que apresenta a maior proporção de mulheres em relação ao número de homens, entre os idosos.

Após essa caracterização, é importante salientar que as disparidades nas estruturas etárias e de sexo verificadas entre as distintas populações dos municípios, ou de grupos de municípios, além de constituírem o resultado dos efeitos combinados das respectivas histórias pregressas de evolução dos componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração –, geram pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população, especialmente no que se refere aos setores da educação e da saúde. Clarificá-las constitui, portanto, elemento relevante para a tarefa de planejamento.

3 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Esta seção busca dimensionar as condições de vida da população do território União da Vitória por meio de indicadores sintéticos e variáveis socioeconômicas. Com isso, o diagnóstico do território investiga e traz para a discussão um conjunto de dados e informações que apontam para os avanços alcançados e para as fragilidades a serem superadas.

3.1 INDICADORES SINTÉTICOS

3.1.1 Desenvolvimento Humano

O uso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁶ em análises socioeconômicas é relevante pela possibilidade de expor desigualdades entre estruturas político-administrativas e por permitir comparações que contribuem para a gestão pública.

Os municípios que integram o território acompanharam o movimento de variação positiva do indicador no período 1991-2000 que, de modo geral, abrangeu os municípios brasileiros. No entanto, esse movimento não foi suficiente para melhor posicionar este conjunto de municípios em relação à média estadual. O município de União da Vitória figura como exceção no contexto do território por registrar índice mais elevado (0,793) do que o da média estadual (0,787). Salvo São Mateus do Sul, que apresentava o mesmo índice, todos os demais situavam-se inclusive abaixo da média brasileira (0,766) – tabela 3.1.

TABELA 3.1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, *RANKING* E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	IDH-M 1991	IDH-M 2000	<i>RANKING</i> ESTADUAL IDH-M 2000	VARIAÇÃO NO <i>RANKING</i> 1991-2000	VARIAÇÃO (%)		
					Índice de Renda <i>per Capita</i> 1991/2000	Índice de Longevidade 1991/2000	Índice de Educação 1991/2000
Antônio Olinto	0,609	0,711	296°	-54	13,0	12,5	23,9
Bituruna	0,621	0,715	285°	-39	12,3	17,3	15,6
Cruz Machado	0,630	0,712	292°	-10	13,4	10,4	14,8
General Carneiro	0,631	0,711	299°	2	5,6	20,4	12,1
Paula Freitas	0,658	0,735	222°	19	21,2	5,1	11,0
Paulo Frontin	0,678	0,735	223°	88	6,2	5,1	12,9
Porto Vitória	0,650	0,732	235°	-3	8,2	12,3	16,3
São Mateus do Sul	0,698	0,766	103°	24	16,2	1,7	12,4
União da Vitória	0,715	0,793	31°	-10	11,5	14,2	8,1

FONTE: PNDU/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

⁶ Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD-ONU), é um índice construído com o objetivo de medir o desenvolvimento humano a partir dos componentes educação, saúde e renda. Para uma síntese do detalhamento da construção do IDH-M, ver PNUD (2003) e IPARDES (2003b).

A variação entre os patamares máximo e mínimo do IDH-M expressa a desigualdade social neste território. Enquanto União da Vitória ocupa a 31.^a posição no *ranking* dos 399 municípios, outros ocupam posições bastante desfavoráveis, destacando-se General Carneiro, Cruz Machado e Bituruna no limite extremo deste *ranking*.

Muitas vezes os avanços socioeconômicos não se refletiram em conquista de melhor posição no *ranking* estadual. Nesse sentido, vale citar Paulo de Frontin e São Mateus do Sul, que, embora tenham melhorado seus indicadores, perderam posição relativa.

Os componentes do IDH-M Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas de 7 a 22 anos de idade) e Renda *per Capita* refletem mudanças sociais com desempenhos diferentes, nos vários municípios. De modo geral, no território, as áreas da saúde e educação registraram em seus índices variações percentuais relativamente mais elevadas do que as verificadas para os índices da renda, sendo que a educação apresentou variações relativamente mais homogêneas. Entre os nove municípios do território, União da Vitória registrou o pior índice para o componente educação. O índice longevidade, entre os municípios do território, revelou duas realidades distintas. Por um lado, a variação pouco representativa do município de São Mateus do Sul e, por outro lado, o desempenho positivo do município de General Carneiro. O componente renda registrou variações significativas para a maioria dos municípios, destacando-se Paula Freitas, com a maior variação.

3.1.2 Famílias Pobres

Entre os vários indicadores que quantificam e qualificam a situação de pobreza, a renda familiar constitui um referencial analítico capaz de expressar aspectos da privação humana relacionados às necessidades básicas insatisfeitas. Neste estudo, este limiar está relacionado à renda familiar *per capita* até meio salário mínimo.⁷

O total de famílias pobres no território, em 2000, era de 12.656, ou seja, 55,2% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, ultrapassando em muito a média estadual (tabela 3.2).

⁷ Critério adotado no estudo *Famílias Pobres no Estado do Paraná* (IPARDES, 2003a).

TABELA 3.2 - TOTAL DE FAMÍLIAS E DE FAMÍLIAS POBRES, DISTRIBUIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TAXA DE POBREZA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS	FAMÍLIAS POBRES					
		Situação de Domicílio					TAXA DE POBREZA
		Urbano		Rural		TOTAL	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	2 118	29	2,9	979	97,1	1 008	47,6
Bituruna	4 189	415	30,0	967	70,0	1 382	33,0
Cruz Machado	4 480	199	10,6	1 671	89,4	1 870	41,7
General Carneiro	3 728	744	60,6	483	39,4	1 227	32,9
Paula Freitas	1 419	176	37,1	298	62,9	474	33,4
Paulo Frontin	1 874	153	27,4	405	72,6	558	29,8
Porto Vitória	1 080	129	42,2	177	57,8	306	28,3
São Mateus do Sul	10 319	1 508	47,1	1 695	52,9	3 203	31,0
União da Vitória	14 272	2 317	88,2	311	11,8	2 628	18,4
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	43 479	5 670	44,8	6 986	55,2	12 656	29,1
PARANÁ	2 824 283	395 344	67,1	194 076	32,9	589 420	20,9

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

A condição urbana do município de União da Vitória contribuiu para a concentração de famílias pobres na área urbana (88,2%). Em termos absolutos, o município de São Mateus do Sul apresentou o maior número de famílias pobres (3.203). A forte presença de municípios com predominância de população rural contribuiu para a maior concentração de famílias pobres nestas áreas. Com grandes proporções de famílias pobres destacam-se: Antônio Olinto, Cruz Machado, Paulo de Frontin e Bituruna, nos quais mais de 70% das famílias são pobres.

As elevadas taxas de pobreza das famílias rurais não revelam a parcela dos ganhos familiares resultantes da produção para o consumo próprio. De qualquer modo, essa parcela possivelmente não representa acréscimo significativo, capaz de alterar o quadro de carências sociais dessas famílias, considerando a fragilidade das condições de produção em geral.

3.1.3 Desigualdade de Renda

Uma medida clássica de mensuração da desigualdade de renda é a razão entre a renda média domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres.

No Brasil, essa medida indicou que a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 30 vezes maior, com aumento, na década, para 33 vezes, determinada pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres passou de R\$ 38,58 em 1991 para R\$ 47,26 em 2000. A renda média *per capita* dos 10% mais ricos, por sua vez, cresceu de R\$ 1.174,20 para R\$ 1.556,24. Nessa evolução, a

variação percentual, respectivamente de 22,5% e 32,5%, confirma o maior ganho do grupo de maior renda (tabela 3.3).

TABELA 3.3 - RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES E VALORES DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	RAZÃO ENTRE A RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E DOS 40% MAIS POBRES		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 40% MAIS POBRES ⁽¹⁾ (R\$ de 2000)		RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS ⁽¹⁾ (R\$ de 2000)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Antônio Olinto	15	17	24,26	31,52	359,00	526,06
Bituruna	12	15	32,87	43,08	399,74	638,67
Cruz Machado	19	23	22,45	29,17	418,73	679,64
General Carneiro	17	16	41,46	51,61	688,66	811,79
Paula Freitas	13	23	27,93	36,39	367,19	832,62
Paulo Frontin	25	19	29,33	42,43	741,41	817,75
Porto Vitória	14	15	42,76	53,86	594,77	804,76
São Mateus do Sul	24	30	28,30	45,58	692,26	1 347,60
União da Vitória	14	18	53,76	73,26	730,39	1 283,38
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	17	19	33,68	45,21	554,68	860,25
PARANÁ	23	24	48,16	66,92	1 090,75	1 595,38
BRASIL	30	33	38,58	47,26	1 174,21	1 556,24

FONTE: IPEA/IPEADATA

No Paraná, a renda média *per capita* dos mais ricos, em 1991, era 23 vezes maior, com pequeno aumento na década, para 24 vezes, determinado também pela maior velocidade de ganho dos 10% mais ricos. A renda média *per capita* dos 40% mais pobres manteve-se mais elevada que a brasileira, passando de R\$ 48,16, em 1991, para R\$ 66,92, em 2000. Por sua vez, a renda média *per capita* dos 10% mais ricos alcança a renda média *per capita* brasileira em 2000, passando de R\$ 1.090,75 para R\$ 1.595,38. Nessa evolução, a variação percentual foi superior às médias nacionais, 38,9% e 46,2%, respectivamente, para os segmentos mais pobres e mais ricos.

No território, a dinâmica econômica também favoreceu a renda dos 10% mais ricos. Em 1991, a razão entre os extremos era de 17, bem abaixo da média estadual. Em 2000, esse indicador (19) manteve-se abaixo da média do Estado (24). O aumento da desigualdade foi generalizado no território, à exceção de dois municípios: Paulo de Frontin e General Carneiro (ver tabela 3.3).

É importante notar que essa medida de desigualdade se dá sobre uma base muito baixa de renda domiciliar *per capita* dos 40% mais pobres. Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar

per capita de um terço do salário mínimo⁸, enquanto no topo da pirâmide os ganhos foram elevados e, em conseqüência, definiram valores substanciais com variações de 15 a 30 na razão de desigualdade.

Em 2000, o município de São Mateus do Sul foi o único do território que apresentou nível de desigualdade mais elevado que a média estadual. Além desse município, podem-se destacar Cruz Machado e Paula Freitas entre aqueles que mostraram maior desigualdade. Inversamente, Bituruna, Porto Vitória e General Carneiro situavam-se como os menos desiguais em termos de renda. Vale destacar dois casos distintos: o município de Paulo Frontin, que, entre 1991 e 2000, diminuiu a razão da renda domiciliar *per capita* média entre os 10% mais ricos e dos 40% mais pobres de 25 para 19, respectivamente, e, na direção oposta, o município de Paula Freitas, que apresentou forte concentração, passando de 13 para 23 entre os dois períodos censitários.

Em síntese, comparativamente ao Brasil, no Paraná o segmento de menor renda obteve acréscimos que podem ser considerados substanciais e que contribuíram para amenizar os níveis de desigualdade. Por sua vez, no território, ainda que tenham ocorrido acréscimos, à exceção do município de União da Vitória, na grande maioria dos municípios o segmento de menor renda permanece com média *per capita* bastante inferior à paranaense e mesmo à brasileira. Este resultado não é diferente para o segmento mais rico, que apresenta médias de ganho muito abaixo do Paraná e do Brasil, o que revela a trajetória de dificuldades associadas à dinâmica regional.

3.1.4 Trabalho Infanto-Juvenil

A presença do trabalho infanto-juvenil é mais um forte indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos (IPARDES, 2007). A condição de uma ocupação precoce pressupõe que este segmento se encontra comprometido com obrigações que, de modo geral, o penalizam pelos riscos à saúde, pela perda de oportunidade de investimentos na formação e, sobretudo, pela supressão da infância como momento fundamental para atender à integralidade do desenvolvimento humano.

No território, segundo dados do IBGE de 2000, encontravam-se ocupados 5.378 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, 21,2% do total desse grupo etário, um percentual superior à média estadual, de 16,9%. Assim como para o Estado, neste conjunto predominam os adolescentes de 14 a 17 anos, que representavam 34,7% do total de ocupados (tabela 3.4).

⁸ Salário mínimo vigente no período entre 03/04/2000 e 01/04/2001 era de R\$ 151,00.

TABELA 3.4 - TOTAL DE PESSOAS E DE OCUPADOS, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS								
	TOTAL			Ocupados					
	10 a 17 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	10 a 17 anos		10 a 13 anos		14 a 17 anos	
				Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	1 248	609	639	405	32,4	83	13,7	321	50,3
Bituruna	3 013	1 331	1 681	778	25,8	145	10,9	633	37,6
Cruz Machado	3 019	1 572	1 447	1 113	36,9	319	20,3	794	54,9
General Carneiro	2 402	1 272	1 130	457	19,0	92	7,2	366	32,4
Paula Freitas	817	402	415	163	19,9	18	4,4	145	35,0
Paulo Frontin	1 036	501	535	174	16,8	27	5,3	148	27,6
Porto Vitória	696	353	344	102	14,7	11	3,0	92	26,7
São Mateus do Sul	5 693	2 958	2 735	1 108	19,5	199	6,7	909	33,2
União da Vitória	7 426	3 780	3 647	1 078	14,5	125	3,3	953	26,1
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	25 351	12 778	12 573	5 378	21,2	1 018	8,0	4 361	34,7
PARANÁ	1 502 974	746 331	756 642	253 256	16,9	36 458	4,9	216 798	28,7

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados Elaborados pelo IPARDES.

No âmbito dos municípios, a proporção de crianças de 10 a 13 anos que trabalhavam chegava a atingir percentuais significativos, como em Cruz Machado (20,3%), Antônio Olinto (13,7%) e Bituruna (10,9%), e para o grupo de 14 a 17 anos, a proporção dos ocupados era superior a 30% em mais da metade dos municípios.

Dentre os nove municípios, três concentravam esses trabalhadores, distinguindo-se Cruz Machado, que, além do grande contingente, apresentava proporção elevada em relação ao total do grupo etário. O número significativo registrado em União da Vitória está associado à dimensão populacional deste pólo regional, uma vez que os ocupados em relação ao total do grupo etário atingiam 14,5%, percentual abaixo da média do território e do Estado.

De modo geral, a grande maioria das crianças encontrava-se ocupada em atividades agrossilvopastoris. Neste território observa-se grande concentração no cultivo do milho, com número bastante elevado no município de Cruz Machado. Nas demais atividades, as crianças encontram-se distribuídas de modo mais atomizado, seguindo a diversidade existente nos municípios. Vale destacar o trabalho na silvicultura, em particular no município de São Mateus do Sul, e no cultivo do fumo, com maior presença de crianças nos municípios de Bituruna, Cruz Machado, Paula Freitas e Paulo Frontin. Em termos de atividades urbanas, destaca-se a presença de crianças na fabricação de produtos de madeira, distribuída em vários municípios, e em serviços domésticos, principalmente em Cruz Machado e Bituruna.

Os adolescentes encontram-se distribuídos igualmente entre as atividades urbanas e rurais. O trabalho rural, assim como no Paraná, tem o cultivo de milho como grande absorvedor deste segmento, com participação elevada de ocupados no município de Cruz Machado. Outra parcela expressiva encontra-se na silvicultura, que se desenvolve em vários municípios do território. Vale observar que um número menor de adolescentes também está presente no cultivo do fumo. Independentemente da dimensão desse grupo, é importante salientar que enfrentam um elevado grau de exposição aos riscos inerentes ao cultivo de fumo, bem como à produção de carvão, em geral associada à silvicultura, e estão sujeitos a graves penalizações à saúde.

Em relação às ocupações urbanas, destaca-se que o município de União da Vitória responde por um terço dos ocupados do território. A atividade predominante é serviços domésticos, com número elevado de adolescentes ocupados no município de União da Vitória, seguido de São Mateus do Sul e Cruz Machado. A fabricação de produtos de madeira, atividade peculiar ao território, absorve contingente expressivo de trabalhadores adolescentes, principalmente em General Carneiro, São Mateus do Sul e Cruz Machado.

3.2 HABITABILIDADE

Este item busca traçar um quadro das condições mais gerais de habitação da população do território. Para tanto, foram analisados indicadores de densidade por cômodo, infra-estrutura dos domicílios e déficit habitacional.

Observa-se que a maioria dos municípios evidenciaram expressivos decréscimos nos percentuais de pessoas que viviam em domicílios com densidade superior a duas pessoas por cômodo⁹, entre 1991 e 2000. Para o primeiro ano analisado, a maioria dos municípios teve uma participação percentual superior à média estadual e nacional. Percebe-se, no entanto, que no segundo ano analisado o quadro se altera favoravelmente em diversos municípios, com percentuais abaixo da média do Estado e do País. A diminuição nos percentuais de inadequação pode ser verificada tanto para o Paraná quanto para o Brasil (tabela 3.5).

TABELA 3.5 - PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM DENSIDADE SUPERIOR A DUAS PESSOAS POR CÔMODO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - 1991/2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS (%)	
	1991	2000
Antônio Olinto	25,4	15,6
Bituruna	33,5	21,6
Cruz Machado	31,3	17,5
General Carneiro	31,5	22,2
Paula Freitas	20,8	11,8
Paulo Frontin	23,1	10,9
Porto Vitória	28,6	14,4
São Mateus do sul	22,8	14,4
União da Vitória	19,2	17,4
PARANÁ	21,7	14,7
BRASIL	26,5	21,1

FONTE: PNUD/IPEA/FJP - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os dados permitem destacar o município de General Carneiro como aquele que apresentou o maior percentual de inadequação para os dois anos analisados – 1991 e 2000, 31,5% e 22,2%, respectivamente. Na posição inversa, o município de Paulo Frontin, em 2000, registrou o menor percentual de inadequação quando considerado o número de pessoas por cômodo, a saber: 10,9% (ver tabela 3.5).

⁹ Critério de adequação adotado pelo estudo *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (PNUD, 2003).

A análise da infra-estrutura associada às condições de habitação adota o enfoque da inadequação e, portanto, da demanda, e tem como objetivo apontar as necessidades mais imediatas da população. Esse indicador foi construído a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

Foram considerados inadequados todos os domicílios particulares permanentes que não tinham água encanada em pelo menos um cômodo, independentemente da condição de acesso (rede geral, poço ou nascente). Também foram considerados inadequados quanto ao esgotamento sanitário os domicílios não ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica. Do mesmo modo, foram tomados como inadequados aqueles domicílios em que o lixo não é coletado e há ausência de energia elétrica.¹⁰

A análise das condições mais gerais de habitabilidade no território deve considerar o fato de que 62,4% da população encontrava-se na zona urbana e 37,6% na zona rural, e se destacam os municípios de Antônio Olinto (91,2%), Cruz Machado (78,6%) e Paulo Frontin (72%) como aqueles com população predominantemente domiciliada na zona rural. Esta característica rural confere especificidade à realidade analisada, pois sabe-se que o rural brasileiro é marcado pela iniquidade social. As variáveis selecionadas, apresentadas na tabela 3.6, apontam demanda potencial dos municípios e mostram que é na zona rural que o déficit é maior.

TABELA 3.6 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E PERCENTUAL DE INADEQUAÇÃO DE ÁGUA, ESGOTO, COLETA DE LIXO E ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS					DOMICÍLIOS INADEQUADOS (%)						
	TOTAL	Abs.		%		Água		Esgotamento		Lixo		Energia Elétrica
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Antônio Olinto	2 041	179	1 862	8,8	91,2	1,7	27,8	76,0	87,6	3,4	88,7	17,4
Bituruna	3 641	1 907	1 734	52,4	47,6	1,6	4,4	21,3	89,1	5,2	80,4	7,5
Cruz Machado	4 235	906	3 329	21,4	78,6	13,0	12,5	55,8	93,8	8,6	92,0	9,6
General Carneiro	3 467	2 310	1 157	66,6	33,4	5,1	5,5	63,8	84,6	4,5	75,6	5,6
Paula Freitas	1 324	580	744	43,8	56,2	9,1	16,0	68,8	96,5	33,3	98,7	6,2
Paulo Frontin	1 783	499	1 284	28,0	72,0	6,2	21,1	38,7	83,2	21,8	99,6	6,5
Porto Vitória	1 045	569	476	54,4	45,6	1,4	0,4	96,0	60,1	7,9	90,3	2,7
São Mateus do Sul	9 782	5 804	3 978	59,3	40,7	7,8	34,8	32,5	88,6	5,2	99,6	4,7
União da Vitória	13 463	12 711	752	94,4	5,6	3,8	9,8	14,3	62,1	4,4	98,4	2,1
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	5,1	19,1	28,9	87,1	5,9	92,2	5,4
Total de domicílios inadequados (abs.)	40 781	25 465	15 316	62,4	37,6	1 302	2 925	7 364	13 342	1 493	14 129	2 196
PARANÁ (abs.)	2 664 276	2 209 536	454 740	57 008	51 488	856 345	394 890	64 072	383 087	56 796

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

¹⁰ Neste estudo foram adotados os seguintes parâmetros para a análise da infra-estrutura habitacional: domicílios particulares permanentes, construídos para servir exclusivamente à habitação e com finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Para os domicílios urbanos, em relação ao acesso à água, foram considerados inadequados os domicílios abastecidos por: rede geral canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) canalizada só na propriedade ou terreno; poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; canalizada em pelo menos um cômodo; canalizada só na propriedade ou terreno; não canalizada. Os domicílios rurais inadequados em relação ao acesso a água são aqueles abastecidos por poço ou nascente (na propriedade) não canalizada; água canalizada só na propriedade ou terreno e água não canalizada. Quanto ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados: fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar; outro escoadouro; domicílios que não tinham banheiro ou sanitário. Quanto ao destino do lixo, foram considerados inadequados: queimado (na propriedade); enterrado (na propriedade); jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

Constata-se que a inadequação no abastecimento de água na área urbana registrou maiores percentuais para os municípios de Cruz Machado, com 13%, seguido por Paula Freitas, com 9,1%, e São Mateus do Sul, com 7,8%, sendo que a média do território para a zona urbana foi de 5,1%. Na zona rural, os municípios que apresentaram os maiores percentuais de inadequação no abastecimento de água foram São Mateus do Sul (34,8%), Antônio Olinto (27,8%), Paulo Frontin (21,1%) e Paula Freitas (16%), sendo que a média do território para a zona rural foi de 19,1%. Podem-se destacar os municípios de Porto Vitória (1,4%) e Bituruna (1,6%) como aqueles que exibiram as menores taxas de inadequação no abastecimento de água dos domicílios rurais (ver tabela 3.6).

No que se refere a esgotamento sanitário e destino do lixo, chama a atenção a magnitude da inadequação. Observa-se que 28,9% dos domicílios urbanos e 87,1% dos domicílios rurais do território encontravam-se inadequados para o esgotamento sanitário. Quanto ao destino do lixo, é na zona rural que esse serviço demanda uma política mais efetiva, uma vez que, segundo o Censo Demográfico 2000, 92,2% dos domicílios rurais adotavam práticas inadequadas. Sobre esse ponto, é preciso ressaltar que o padrão de consumo das populações rurais com acesso a produtos industrializados está cada vez mais próximo do padrão urbano, o que coloca a necessidade de se dotar essas populações de serviços de coleta de lixo. Considerando-se que na zona urbana o percentual médio de inadequação para a coleta de lixo no território foi de 5,9%, os municípios de Paula Freitas e Paulo Frontin, com 33,3% e 21,8%, respectivamente, apresentaram as piores taxas (ver tabela 3.6).

Visto globalmente, o território apresentava uma significativa cobertura de acesso à energia elétrica, uma vez que, em 2000, 5,4% dos domicílios não tinham acesso a esse serviço. No entanto, verifica-se que, para alguns municípios, o acesso à energia elétrica apresentava déficits expressivos, a exemplo dos municípios de Antônio Olinto (17,4%) e Cruz Machado (9,6%) – ver tabela 3.6.

Mas, segundo dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), vem se verificando também uma expansão significativa no total de consumidores residenciais desse serviço no território, destacando-se os municípios de Paula Freitas, São Mateus do Sul, Bituruna e General Carneiro, todos com expressivos percentuais (tabela 3.7).

TABELA 3.7 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	413	463	556	50	12,1	93	20,1
Bituruna	1 632	1 985	2 539	353	21,6	554	27,9
Cruz Machado	953	1 216	1 727	263	27,6	511	42,0
General Carneiro	2 081	2 426	2 824	345	16,6	398	16,4
Paula Freitas	418	509	658	91	21,8	149	29,3
Paulo Frontin	520	530	629	10	1,9	99	18,7
Porto Vitória	519	591	658	72	13,9	67	11,3
São Mateus do Sul	5 057	5 709	7 085	652	12,9	1 376	24,1
União da Vitória	11 370	12 626	14 599	1 256	11,1	1 973	15,6

FONTE: COPEL

O consumo de energia elétrica na zona rural apresentou expansão significativa, podendo-se destacar os municípios de Antônio Olinto, Bituruna e São Mateus do Sul, que tiveram expansão para os dois períodos considerados – 1996/2000 e 2000/2006. Nesse caso, vale lembrar que o consumo elétrico na zona rural compreende tanto o consumo doméstico como o produtivo (tabela 3.8).

TABELA 3.8 - CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1996/2006

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES						
	TOTAL			Variação			
	1996	2000	2006	1996/2000		2000/2006	
				Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	777	895	975	118	8,9	80	15,2
Bituruna	914	1 129	1 387	215	22,9	258	23,5
Cruz Machado	2 109	2 248	2 361	139	5,0	113	6,6
General Carneiro	474	504	559	30	10,9	55	6,3
Paula Freitas	639	711	778	72	9,4	67	11,3
Paulo Frontin	970	1 028	1 133	58	10,2	105	6,0
Porto Vitória	356	377	422	21	11,9	45	5,9
São Mateus do Sul	2 571	2 929	3 381	358	15,4	452	13,9
União da Vitória	748	843	925	95	9,7	82	12,7

FONTE: COPEL

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente ao conceito de deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas moradias sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física.

A partir dos resultados, observou-se que o déficit para o Paraná representa 3,5% do total de domicílios do Estado. Tais números representam 169.227 do total de domicílios particulares permanentes existentes no Paraná para o ano de 2000.

Cabe notar, que os maiores percentuais de déficit no território União da Vitória concentravam-se nos municípios de Bituruna e General Carneiro (tabela 3.9).

TABELA 3.9 - POPULAÇÃO, TOTAL DE DOMICÍLIOS E DÉFICIT HABITACIONAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TOTAL DE DOMICÍLIO	DÉFICIT HABITACIONAL	
			Absoluto	%
Antônio Olinto	7 407	2 041	4	0,2
Bituruna	15 733	3 666	261	7,1
Cruz Machado	17 667	4 235	22	0,5
General Carneiro	13 899	3 467	84	2,4
Paula Freitas	5 060	1 324	25	1,9
Paulo Frontin	6 565	1 783	22	1,3
Porto Vitória	4 051	1 045	5	0,5
São Mateus do Sul	36 569	9 811	40	0,4
União da Vitória	48 522	13 463	37	0,3
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	155 473	40 835	501	1,2
PARANÁ	9 563 458	4 875 645	169 227	3,5

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, IPARDES

Comparando-se os resultados dos demais municípios do território com a média do Déficit Habitacional do Estado, a maioria dos municípios encontrava-se numa situação relativamente mais favorável.

3.3 SAÚDE

O perfil da saúde de uma população resulta do padrão demográfico que a caracteriza, bem como reflete o contexto socioeconômico-ambiental mais amplo em que ela se insere. Isso significa dizer que, no quadro das doenças e óbitos que afetam essa população, têm peso o grau de desenvolvimento e a abrangência do nível de bem-estar social.

Os dados relacionados a óbitos e a internações hospitalares, associados a outros indicadores, tais como a cobertura da rede de atenção básica e hospitalar, fornecem elementos necessários para o conhecimento da saúde da população, oferecendo subsídios para o planejamento das ações das políticas de atenção à saúde.

Um dos principais indicadores de qualidade de vida e assistência à saúde é o coeficiente de mortalidade infantil¹¹. Porém, apesar da tendência continuada de declínio dos níveis de mortalidade infantil no País, ainda se observam profundas desigualdades sociais e espaciais.

Dos nove municípios que compõem o território, três se destacam por apresentarem coeficientes de mortalidade infantil (CMI) muito acima da média do território (14,5 por mil nascidos vivos) e do Estado (15,5 por mil nascidos vivos). Estes municípios são: Paula Freitas, Cruz Machado e Bituruna, com 24,1, 23,5 e 21,2 de CMI, respectivamente. Em contrapartida, chama atenção os municípios de Paulo Frontin, com baixíssimo CMI (3,4), e Porto Vitória, que aponta CMI de 0,0 para os três anos – 2003,2004,2005 (tabela 3.10).

Vale lembrar que as mortes infantis incidem, principalmente, no grupo de causas das afecções originadas no período perinatal¹², que são transtornos específicos do feto ou recém-nascido no período perinatal. É preciso assinalar que, em áreas sociais deprimidas, parcelas expressivas desse conjunto de óbitos poderiam ser evitados se os serviços básicos de atendimento à saúde da mulher no período da gestação fossem mais eficientes. Outra parcela da mortalidade infantil decorre das doenças infecto-parasitárias, também incluídas no rol das causas evitáveis, causadas pela desnutrição e pelas precárias condições habitacionais, de saneamento básico e de padrão de vida das famílias dessas crianças.

¹¹ O coeficiente de mortalidade infantil, bem como o coeficiente de mortalidade neonatal (mortes entre nascidos vivos durante os primeiros 28 dias completos de vida) e o coeficiente de mortalidade infantil tardia (mortes entre nascidos vivos de 1 a 11 meses completos de vida), foram calculados pela soma dos anos de 2003, 2004 e 2005.

¹² O período perinatal começa com 22 semanas completas (154 dias) de gestação (época em que o peso de nascimento é normalmente de 500 g) e termina com 7 dias completos após o nascimento.

TABELA 3.10 - TOTAL DE NASCIDOS VIVOS E TOTAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL, INFANTIL TARDIA E INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2003-2004-2005

MUNICÍPIO	TOTAL DE NASCIDOS VIVOS 2003-2004-2005	MORTALIDADE INFANTIL					
		2003-2004-2005					
		Neonatal (A)		Infantil Tardia (B)		Infantil Menor 1 Ano (A + B)	
		Abs.	Coef./1 000 n.v.	Abs.	Coef./1 000 n.v.	Abs.	Coef./1 000 n.v.
Antônio Olinto	274	3	10,9	1	3,6	4	14,6
Bituruna	1 036	14	13,5	8	7,7	22	21,2
Cruz Machado	1 021	11	10,8	13	12,7	24	23,5
General Carneiro	1 003	10	10,0	4	4,0	14	14,0
Paula Freitas	249	4	16,1	2	8,0	6	24,1
Paulo Frontin	292	0	0,0	1	3,4	1	3,4
Porto Vitória	186	0	0,0	0	0,0	0	0,0
São Mateus do Sul	1 954	15	7,7	8	4,1	23	11,8
União da Vitória	2 738	23	8,4	10	3,7	33	12,1
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	8 753	80	9,1	47	5,4	127	14,5
PARANÁ	483 948	5 162	10,7	2 353	4,9	7 515	15,5

FONTES: SESA/ISEP/CIDS - Departamento de Sistemas de Informação em Saúde, SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade; SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos

NOTA: Dados calculados pelo IPARDES.

A análise do padrão de morbimortalidade segundo grupos de causas sinaliza alguns pontos de pressão de demanda sobre áreas específicas do sistema público de atendimento à saúde. Nesse sentido, observa-se que o perfil das causas de óbitos se diferencia, em maior ou menor grau, daquele resultante das demandas por internações hospitalares, mostrando, de forma geral, a aparente complexidade que envolve esse setor.

No que se refere ao quadro de mortalidade¹³, os óbitos decorrentes das doenças circulatórias predominam como primeira causa nos nove municípios do território, sendo que os municípios de Antônio Olinto, União da Vitória, Paulo Frontin e Porto Vitória apresentam proporções superiores às médias do Estado (32,2%) e do território (33,6%). As neoplasias (tumores) predominam como segundo e terceiro principal grupo de causa em oito dos nove municípios do território. Os municípios de Bituruna, Paula Freitas, São Mateus do Sul e União da Vitória apresentam proporções acima do encontrado no Estado (16,4%) e no território (16,9%), destacando-se Paula Freitas, cuja média trienal 2003/2005 foi de 22% (ver Apêndice – tabela A.3.1).

As causas externas de morbidade e mortalidade (mortes violentas)¹⁴ foram identificadas como segunda e terceira principal *causa mortis* em sete dos nove municípios do território, destacando-se em Bituruna e General Carneiro, cuja média trienal 2003/2005

¹³ Os dados de mortalidade foram calculados pela média dos óbitos dos anos de 2003, 2004 e 2005.

¹⁴ As causas externas de morbidade e de mortalidade são: acidentes de transporte; quedas; afogamentos e submersões acidentais; exposição à fumaça, ao fogo e às chamas; envenenamento acidental por exposição a substâncias nocivas; lesões autoprovocadas voluntariamente; agressões; eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra; todas as outras causas externas.

foi de 17,5% e 16,8%, respectivamente, proporções superiores às médias encontradas no território (12,8%) e no Estado (13,8%), onde o grupo aponta, igualmente, como o terceiro principal em causas de mortalidade (ver Apêndice – tabela A.3.1).

Cabe destacar o município de Paulo Frontin, cujo terceiro principal grupo de causa de mortalidade são os sintomas, sinais e achados anormais (causas mal definidas)¹⁵, com percentual equivalente a 9,9%, acima do encontrado no território (5,8%) e no Estado (5%). Ademais, é importante chamar a atenção para outros seis municípios do território que também apresentam elevadas proporções de mortes por causas mal definidas, mesmo considerando que esse grupo não se encontra entre os três principais em causas de óbitos nestes municípios: General Carneiro (10,8%), Paula Freitas (9,2%), Cruz Machado (8,9%), Porto Vitória (8,1%) e São Mateus do Sul (7,6%). Este grupo constitui um importante indicador do grau de atestados de óbitos, no sistema de informações e na estrutura da rede de assistência à saúde, comprometendo a análise da real estrutura de causas de mortalidade da população (ver Apêndice – tabela A.3.1).

As doenças do aparelho respiratório aparecem em cinco municípios do território como segundo e terceiro principais grupos de *causa mortis*, destacando-se a elevada proporção de óbitos ocorridos em Paulo Frontin (18,4%), bastante superior às médias encontradas no território (11%) e no Estado (10,2%) (ver Apêndice – tabela A.3.1).

Os dados de morbidade hospitalar¹⁶ servem para orientar as ações de vigilância em saúde, acompanhar as mudanças nos fatores condicionantes do processo saúde-doença, orientar o planejamento de ações e recomendar medidas para prevenção e controle das doenças.

Entre as demandas hospitalares na rede pública ou conveniada do Sistema Único de Saúde (SUS), no território, as internações decorrentes das doenças do aparelho respiratório aparecem como o principal grupo de causa do Estado, com 17,8%. No território, esse grupo aponta como o segundo principal em causas de internações hospitalares, responsável por 16,7% delas. Em sete municípios, as doenças respiratórias aparecem entre os três principais grupos de causas de internações hospitalares, destacando-se Cruz Machado, Bituruna e General Carneiro, com 26,7%, 23,3% e 21,7%, respectivamente (tabela 3.11).

¹⁵ As causas mal definidas são: senilidade; morte sem assistência médica; restante de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte.

¹⁶ A morbidade hospitalar foi calculada a partir da soma mensal das internações hospitalares do SUS ocorridas durante o ano de 2006.

TABELA 3.11 - NÚMERO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES DO SUS, SEGUNDO OS GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006continua

MUNICÍPIO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças Infecciosas e Parasitárias		Neoplasias		Doenças Sangue Org. Hemat. e Transornos Imunitários		Doenças Endócrinas Nutricionais e Met.		Transornos Mentais e Comportamentais		Doenças do Sistema Nervoso		Doenças do Olho e Anexos		Doenças do Ouvido e Apófise		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	17	4,1	15	3,6	1	0,2	19	4,6	13	3,1	16	3,8	1	0,2	-	-	71	17,0	47	11,3	55	13,2
Bituruna	111	7,6	43	3,0	12	0,8	47	3,2	23	1,6	6	0,4	3	0,2	2	0,1	160	11,0	340	23,3	134	9,2
Cruz Machado	75	5,6	40	3,0	8	0,6	24	1,8	41	3,1	15	1,1	5	0,4	-	-	161	12,0	345	25,7	149	11,1
General Carneiro	54	4,7	35	3,0	3	0,3	27	2,3	23	2,0	13	1,1	1	0,1	-	-	123	10,6	252	21,7	88	7,6
Paula Freitas	25	6,4	12	3,1	40	10,3	7	1,8	9	2,3	8	2,1	5	1,3	-	-	79	20,3	47	12,1	27	6,9
Paulo Frontin	31	6,1	14	2,8	-	0,0	10	2,0	9	1,8	57	11,2	2	0,4	-	-	62	12,2	77	15,2	63	12,4
Porto Vitória	28	7,9	11	3,1	17	4,8	5	1,4	13	3,7	20	5,6	2	0,6	-	-	79	22,3	49	13,8	25	7,1
São Mateus do Sul	150	5,8	108	4,1	15	0,6	74	2,8	32	1,2	49	1,9	12	0,5	10	0,4	409	15,7	442	17,0	220	8,4
União da Vitória	270	6,7	172	4,2	21	0,5	86	2,1	316	7,8	58	1,4	17	0,4	10	0,2	585	14,4	447	11,0	283	7,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	761	6,2	450	3,7	117	1,0	299	2,4	479	3,9	242	2,0	48	0,4	22	0,2	1 729	14,1	2 046	16,7	1 044	8,5
PARANÁ	48 713	6,72	45 700	6,30	4 593	0,63	16 278	2,24	31 616	4,36	12 728	1,75	2 619	0,36	1 197	0,17	92 931	12,81	129 471	17,85	60 320	8,32

MUNICÍPIO	INTERNAÇÕES HOSPITALARES																					
	Doenças da Pele e Tecido Subcutâneo		Doenças do Sistema Ósteo-muscular e Tecido Conj.		Doenças do Aparelho Geniturinário		Gravidez, Parto e Puerpério		Algumas Afec. Origin. Per. Perinatal		Malf. Cong. Deform. e Anom. Cromos.		Sint. Sinais e Achados Anormais		Lesões e Envenenamentos		Causas Externas de Morb. e Mort.		Contatos com Serviços de Saúde		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	3	0,7	20	4,8	22	5,3	64	15,3	4	1,0	3	0,7	-	-	44	10,6	-	-	2	0,5	417	100,0
Bituruna	11	0,8	21	1,4	144	9,9	290	19,9	37	2,5	16	1,1	17	1,2	38	2,6	-	-	2	0,1	1 457	100,0
Cruz Machado	27	2,0	34	2,5	108	8,0	180	13,4	24	1,8	13	1,0	9	0,7	70	5,2	-	-	16	1,2	1 344	100,0
General Carneiro	3	0,3	31	2,7	96	8,3	286	24,7	15	1,3	8	0,7	6	0,5	70	6,0	-	-	25	2,2	1 159	100,0
Paula Freitas	5	1,3	11	2,8	16	4,1	53	13,6	5	1,3	4	1,0	2	0,5	33	8,5	-	-	2	0,5	390	100,0
Paulo Frontin	10	2,0	22	4,3	34	6,7	63	12,4	9	1,8	2	0,4	3	0,6	37	7,3	-	-	2	0,4	507	100,0
Porto Vitória	8	2,3	19	5,4	14	4,0	5	1,4	7	2,0	-	-	2	0,6	50	14,1	-	-	-	0,0	354	100,0
São Mateus do Sul	41	1,6	92	3,5	143	5,5	590	22,7	19	0,7	24	0,9	15	0,6	143	5,5	-	-	16	0,6	2 604	100,0
União da Vitória	56	1,4	124	3,1	170	4,2	745	18,4	90	2,2	37	0,9	32	0,8	484	11,9	-	-	49	1,2	4 052	100,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	164	1,3	374	3,0	747	6,1	2 276	18,5	210	1,7	107	0,9	86	0,7	969	7,9	-	-	114	0,9	12 284	100,0
PARANÁ	9 518	1,31	18 929	2,61	41 250	5,69	116 531	16,06	9 957	1,37	5 658	0,78	7 715	1,06	53 693	7,40	49	0,01	15 968	2,20	725 434	100,0

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

As internações decorrentes da gravidez, parto e puerpério apontam como principal grupo de causa do território (18,5%) e como o segundo principal grupo do Estado (16,1%). Em oito municípios, este grupo aparece ora como primeiro, ora como segundo principal em internações hospitalares, sendo que três desses municípios (General Carneiro, São Mateus do Sul e Bituruna) têm proporções acima da média encontrada no território. Por outro lado, chama atenção o município de Porto Vitória, uma vez que as internações hospitalares decorrentes de gravidez, parto e puerpério são responsáveis por apenas 1,4% do total das internações do município, o que, por sua vez, pode caracterizar, inclusive, alguma forma de sub-notificação. De modo geral, este quadro pode estar vinculado à ineficiência dos programas de atendimento básico caracterizados pela expansão dos serviços de atenção primária (ver tabela 3.11).

As doenças do aparelho circulatório apontam como terceiro principal grupo de internações hospitalares do território (14,1%) e do Estado (12,8%). Em todos os nove municípios do território, o grupo aparece entre as três principais causas de internações, destacando-se em cinco deles (Antônio Olinto, Paula Freitas, Porto Vitória, União da Vitória e São Mateus do Sul), que apresentam proporções acima do encontrado no Estado e no território.

As internações decorrentes de lesões e envenenamentos ganham destaque nos municípios de Porto Vitória (14,1%) e União da Vitória (11,9%), aparecendo como segundo e terceiro principal grupo, ambos muito acima da média mensal registrada no Estado (7,4%) e no território (7,9%) – ver tabela 3.11.

Chamam a atenção as doenças do aparelho digestivo, presentes como segunda e terceira principais causas nos municípios de Antônio Olinto e Paulo Frontin respectivamente, com proporções muito acima da encontrada no Estado (8,3%) e no território (8,5%) – ver tabela 3.11.

As doenças do sangue e os transtornos imunitários são responsáveis por 10,3% das internações hospitalares de Paula Freitas, colocando-se como o quarto principal grupo de internações do município. Chama a atenção igualmente, o grupo das doenças do sistema nervoso, que aparece no município de Paulo Frontin com 11,2%, quarto principal grupo de internações hospitalares do município.

Os dados referentes à rede hospitalar do SUS (DATASUS, julho de 2003) mostram que a oferta de serviços médicos e de leitos hospitalares encontra-se bastante concentrada no território, uma vez que, aproximadamente 60% deles estão no município de União da Vitória. Existem oito hospitais no território, distribuídos entre seis municípios, sendo que aproximadamente 35% dos leitos hospitalares são de clínica médica. Os 12 leitos de UTI disponíveis no território estão no município de União da Vitória (tabela 3.12).

TABELA 3.12 - NÚMERO DE HOSPITAIS E OFERTA DE LEITOS HOSPITALARES VINCULADOS À REDE DO SUS, SEGUNDO ESPECIALIDADES MÉDICAS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - JUL/2003

MUNICÍPIO	LEITOS HOSPITALARES (por mil habitantes)	NÚMERO DE HOSPITAIS	LEITOS HOSPITALARES							TOTAL DE LEITOS HOSPITALARES (inclusive leitos de UTI)
			Leitos Cirúrgicos	Leitos Obstétricos	Leitos Pediátricos	Leitos de Clínica Médica	Outros Leitos Hospitalares ⁽¹⁾	Total de Leitos Hospitalares (exclusive leitos UTI)	Leitos de UTI	
Bituruna	2,4	1	1	8	11	18	0	38	-	38
Cruz Machado	2,0	1	2	7	5	23	0	37	-	37
General Carneiro	1,8	1	2	4	6	13	0	25	-	25
Paulo Frontin	3,8	1	2	2	6	15	1	26	-	26
São Mateus do Sul	1,4	1	4	13	14	26	0	57	-	57
União da Vitória	5,0	3	39	22	36	61	96	254	12	266
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	3,0	8	50	56	78	156	97	437	12	449
PARANÁ	2,8	475	5 078	4 268	5 183	8 534	5 456	28 519	772	29 291

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

(1) Leitos psiquiátricos; leitos para cuidados prolongados; leitos fisiologia; leitos hospital/dia.

A rede ambulatorial do SUS é composta por 148 unidades, sendo que 50% delas são postos de saúde. Mais da metade (51,4%) dessas unidades estão nos municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul. Além disso, existem 12 unidades de saúde da família, todas concentradas no município de União da Vitória e, ainda, sete unidades de vigilância sanitária distribuídas entre os municípios do território, com exceção de Antônio Olinto e Bituruna (tabela 3.13).

Outro aspecto importante a ser analisado é a capacidade estrutural da rede de atenção básica, atualmente concentrada na Estratégia de Saúde da Família (ESF), na Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Os municípios, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, em parceria com o Ministério da Saúde, que destina recursos financeiros com a finalidade de estimular a implantação das estratégias nacionais de reorganização do modelo de atenção à saúde.

Nesse contexto, há necessidade de participação permanente dos gestores da saúde, planejando, executando e avaliando se os objetivos e metas estão sendo alcançados dentro dos recursos e tempo previstos, uma vez que o modelo de gestão está diretamente ligado à melhoria dos indicadores básicos de saúde¹⁷.

A avaliação da cobertura da rede de assistência básica à saúde caracteriza-se, entre outros fatores, pela comparação entre o número de equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e de saúde bucal preconizado pelo Ministério da Saúde e o número de equipes realmente implantadas pelos municípios.

¹⁷ O Ministério da Saúde recomenda, para municípios maiores, o parâmetro de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para até 30 mil habitantes, localizada dentro do território pelo qual tem responsabilidade sanitária. Para UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, recomenda-se a cobertura de 12 mil habitantes. No entanto, no caso dos municípios menores, o recomendado é no mínimo uma UBS com saúde da família, e cobertura de uma equipe de saúde da família para cada 4.500 pessoas.

A implantação da estratégia da Saúde da Família, da Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é recomendada como uma possibilidade para a reorganização da Atenção Básica. Os municípios podem implantar as três estratégias em conjunto, ou, em determinadas áreas, implantar cada uma separadamente. A equipe mínima multiprofissional da Estratégia da Saúde da Família é composta por médico, enfermeiro, cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico em higiene dental, auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde.

Um grupo de até 30 ACS constitui uma equipe de ACS. A definição das microáreas sob responsabilidade de cada ACS não deve ser superior a 750 pessoas. O número de ACS por equipe de Saúde da Família não deve ser superior a 12 agentes.

A equipe de ESB modalidade 1 é composta por um cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dentário. A equipe de ESB modalidade 2 é composta por no mínimo um cirurgião-dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico de higiene dental. Seu trabalho deve ser integrado a uma ou duas ESFs.

TABELA 3.13 - REDE AMBULATORIAL DO SUS, SEGUNDO TIPOS DE UNIDADES E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - JUL 2003

MUNICÍPIO	REDE AMBULATORIAL DO SUS												TOTAL
	Postos de Saúde	Centros de Saúde	Policlínicas	Ambulatórios de Unidade Hospitalar Geral	Unidades Mista	Consultórios	Clínicas Especializadas	Outros Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia	Farmácias para Dispensação de Medicamentos	Unidades de Saúde da Família	Unidades de Vigilância Sanitária	Unidades Não-Específicas	
Antônio Olinto	5	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Bituruna	11	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	15
Cruz Machado	5	1	-	3	-	1	-	1	-	-	1	2	14
General Carneiro	14	1	-	-	2	-	-	-	-	-	1	1	19
Paula Freitas	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	6
Paulo Frontin	-	5	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	8
Porto Vitória	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
São Mateus do Sul	21	3	-	1	1	-	-	3	-	-	1	-	30
União da Vitória	15	6	1	3	-	1	2	4	1	12	1	-	46
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	74	22	1	9	4	5	2	8	1	12	7	3	148
PARANÁ	920	924	50	374	138	811	277	376	22	716	270	80	5 115

FONTE: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

NOTA: Incluídos no total do Estado as seguintes unidades da rede ambulatorial do SUS: pronto-socorro especializado, centro/núcleo de reabilitação psicossocial, unidade móvel terrestre para programas emergenciais e traumas, ambulatório de unidade hospitalar especializada, pronto-socorro geral, centro/ núcleo de reabilitação e unidade móvel terrestre p/atendimento médico/odontológico.

Isto significa que, dependendo da organização e da vontade política dos gestores municipais, esse indicador pode até mesmo superar a meta de 100% de cobertura.

Entre os indicadores de acompanhamento da qualidade da atenção básica estão as taxas de cobertura populacional por equipes de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e saúde bucal, coeficientes de mortalidade infantil/neonatal, e taxas de óbito e de internamento.

Segundo relatório do Ministério da Saúde (agosto 2007), o município de Cruz Machado não possui cobertura dos referidos programas e Bituruna apresenta 50%. Pelos dados dos anos de 2003, 2004 e 2005, Cruz Machado apresenta taxa de mortalidade infantil de 23,5/1.000 nascidos vivos (nv) e Bituruna, de 21,3/1.000 nv. Entretanto, Porto Vitória registra índice de mortalidade infantil 0/1.000 nv e Paulo Frontin, de 3,4/1.000 nv. Nesse cenário, é importante considerar a possibilidade de sub-notificação dos dados de mortalidade infantil e a necessidade de maior investimento em atenção básica.

Os municípios de Bituruna e Cruz Machado apresentam dados acima da média do Paraná (15,5/1.000 nv), enquanto o município de Antônio Olinto, cuja cobertura de PSF atinge 100%, registra uma das taxas mais baixas de mortalidade infantil da região, de 14,6/1.000 nv (tabela 3.14). Os dados analisados indicam a relação entre maior ou menor adesão aos programas de saúde básica e internamentos.

A precariedade de dados na área de Saúde Bucal bem como a baixa cobertura nos demais municípios do território devem-se à recente destinação dos incentivos para implantação do referido programa (ver tabela 3.14).

Por fim, é importante lembrar a condição desafiadora para os gestores da saúde em acompanhar a evolução desses indicadores e organizar programas, projetos de estruturação de serviços, captação de recursos financeiros e qualificação de pessoal, promovendo uma gestão mais efetiva e equânime da saúde.

3.4 EDUCAÇÃO

A educação, assim como as outras dimensões analisadas, cumpre um importante papel no desenvolvimento, cabendo ao poder público garantir a educação pública a todos, num trabalho articulado entre as três esferas de governo.

No entanto, as informações disponíveis revelam, para o ano 2000, um número ainda elevado de analfabetismo na população de 15 anos e mais no território União da Vitória. Enquanto a média estadual atinge 9,5%, os municípios que compõem o território registraram taxas superiores à média do Estado, sendo que os municípios de General Carneiro, Bituruna e Antônio Olinto apresentaram posição acima da média estadual. De modo geral, a maior concentração de analfabetos está na área rural, padrão verificado para o Estado como um todo. Entretanto, os municípios de Paulo Frontin e Porto Vitória apresentam taxa de analfabetismo rural menor que a urbana; e o município de Paula Freitas registrou taxas urbana e rural bem próximas (tabela 3.15).

TABELA 3.14 - COBERTURA DA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE, PROPOSTA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E EFETIVADA PELOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	POPU- LAÇÃO	REDE DE ATENÇÃO BÁSICA														
		Agente Comunitário de Saúde			Equipes de Saúde da Família			Equipes de Saúde Bucal								
		Credencia- -mento ⁽¹⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Credencia- -mento ⁽²⁾	Cobertura ⁽⁴⁾	%	Credencia- -mento ⁽³⁾	Cobertura ⁽⁴⁾							
									Cobertura Mod. I	%	Cobertura Mod. II	%	Cobertura Total	%		
Antônio Olinto	7 166	18	16	88,9	3	3	100,0	3	1	33,3	-	-	1	33,3		
Bituruna	18 189	45	31	68,9	8	4	50,0	8	3	37,5	-	-	3	37,5		
Cruz Machado	18 479	46	30	65,2	8	-	-	8	-	-	-	-	-	-		
General Carneiro	16 094	40	39	97,5	7	4	57,1	7	3	42,9	-	-	3	42,9		
Paula Freitas	5 352	13	13	100,0	2	2	100,0	2	1	50,0	-	-	1	50,0		
Paulo Frontin	6 570	16	10	62,5	3	2	66,7	3	1	33,3	-	-	1	33,3		
Porto Vitória	4 257	11	11	100,0	2	2	100,0	2	1	50,0	-	-	1	50,0		
São Mateus do Sul	39 105	98	37	37,8	16	5	31,3	16	5	31,3	-	-	5	31,3		
União da Vitória	51 858	130	47	36,2	22	6	27,3	22	-	-	-	-	-	-		
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	167 070	417	234	56,1	71	28	42,1	71	15	21,1	-	-	21	30		
PARANÁ	10 288 081	25 723	11 137	43,30	4 292	1 572	37,00	4 292	622	14,49	353	8,22	975	22,80		

FONTE: Ministério da Saúde - Relatório de Municípios credenciados ao PACS/ESF/Saúde Bucal até a competência agosto/2007

NOTAS: ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade I (Equipe composta por cirurgião dentista e auxiliar de consultório dental);

ESB - Equipe de Saúde Bucal modalidade II (Equipe composta por cirurgião dentista, técnico de higiene dental e auxiliar consultório dental);

(1) Credenciamento ACS - Agente Comunitário de Saúde - número preconizado pelo Ministério da Saúde.

(2) Credenciamento de ESF - Equipe Saúde da Família - número preconizada pelo Ministério da Saúde.

(3) Credenciamento de ACS - Equipe de Saúde Bucal - número preconizada pelo Ministério da Saúde.

(4) Número de equipes implantadas pelo município.

TABELA 3.15 - POPULAÇÃO COM 15 ANOS E MAIS DE IDADE: TOTAL, TAXA DE ANALFABETOS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, DE ANALFABETOS FUNCIONAIS E NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS E MAIS	TAXA DE ANALFABETOS (%)			TOTAL DE ANALFABETOS FUNCIONAIS ⁽¹⁾		NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS
		Total	Urbana	Rural	Abs.	Taxa (%)	
Antônio Olinto	5 234	11,2	4,0	11,9	2.027	38,7	4,3
Bituruna	10 279	11,2	9,2	13,1	2.798	27,2	5,1
Cruz Machado	11 885	8,3	7,0	8,6	3.392	28,5	4,7
General Carneiro	8 820	13,1	12,3	14,6	2.770	31,4	5,0
Paula Freitas	3 605	8,8	8,8	8,9	944	26,2	5,4
Paulo Frontin	4 688	6,5	6,8	6,4	1.105	23,6	5,3
Porto Vitória	2 756	8,3	9,1	7,3	738	26,8	5,0
São Mateus do Sul	25 406	6,2	5,3	7,5	5.199	20,5	5,8
União da Vitória	34 075	6,0	5,7	11,1	6.194	18,2	6,9
PARANÁ	6 816 328	9,5	8,2	15,4	1 669 624	24,5	6,5

FONTES: IBGE: Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organização das Nações Unidas

(1) São consideradas analfabetas funcionais as pessoas com 15 anos e mais de idade, com menos de 4 anos de estudo (séries concluídas) - Anuário Estatístico do Brasil. (IBGE, 1999).

Como agravante dessa realidade tem-se o analfabetismo funcional, que se aplica à pessoa maior de 15 anos que possui escolaridade inferior a quatro anos de estudo ou que, mesmo tendo aprendido a ler e a escrever, não desenvolve a habilidade de elaboração e interpretação de textos. A taxa média de analfabetismo funcional estadual em 2000 era de 24,5%. Os dados mostram que o município de Antônio Olinto possuía aproximadamente 38% da população na condição de analfabeta funcional (ver tabela 3.15).

O indicador do número médio de séries concluídas para a população de 15 anos e mais mostra o grau de escolaridade da população regional. A média de séries concluídas no Estado foi de 6,5 anos de estudo; já no território, a maior média atingida equivale a 6,9 em União da Vitória e a menor já registrada foi em Antônio Olinto, 4,3. As médias registradas correspondem ao Ensino Fundamental incompleto.

Os dados relativos ao número médio de séries concluídas estão apontando um quadro preocupante, pois, de modo geral, o segmento populacional analisado interrompe os estudos precocemente, no final da primeira etapa do Ensino Fundamental.

O indicador de frequência à escola ou creche, no Estado, por parte das crianças de 0 a 3 anos, foi de 9,7%. No território, o município de União da Vitória apresentou taxa superior à estadual, e o município de General Carneiro registrou taxa inferior a 1% (tabela 3.16).

TABELA 3.16 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE					
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 22 anos	Mais de 22 anos
Antônio Olinto	2,6	28,3	93,2	65,4	25,8	1,8
Bituruna	3,0	37,2	91,9	57,3	25,3	4,4
Cruz Machado	1,5	20,9	91,8	52,2	15,5	1,5
General Carneiro	0,3	27,6	87,5	50,5	12,3	2,2
Paula Freitas	8,4	50,8	95,7	69,9	31,5	2,8
Paulo Frontin	5,8	33,1	96,2	62,6	22,6	1,3
Porto Vitória	1,8	54,3	97,7	65,7	22,7	3,4
São Mateus do Sul	7,2	39,0	95,5	64,0	25,3	4,8
União da Vitória	10,0	57,9	96,9	70,1	36,7	5,9
PARANÁ	9,7	53,3	95,7	73,1	33,5	6,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP - Censo Escolar, Organização das Nações Unidas

Para crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, correspondente à Pré-escola, a média estadual de frequência à escola era de 53,3%. Os municípios de União da Vitória e Porto Vitória ultrapassaram esse percentual. Já o município de Cruz Machado registrou a menor taxa do território, com 20,9%.

Com relação ao Ensino Fundamental, correspondente à faixa etária de escolarização obrigatória de 7 a 14 anos, a média verificada no Estado equivalia a 95,7%, e os municípios que ultrapassaram a média estadual foram Porto Vitória, União da Vitória e Paulo Frontin. A menor taxa registrada no território foi a de General Carneiro (ver tabela 3.16).

No que tange à frequência à escola por parte dos jovens de 15 a 17 anos, a média do Estado, em 2000, foi de 73,1%. No território, nenhum município ultrapassou esse valor, entretanto o município de União da Vitória apresentou a melhor taxa (70,1%). Na faixa etária analisada, a menor taxa de frequência à escola foi registrada no município de General Carneiro.

Com relação à frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 22 anos, a situação analisada mostra que somente o município de União da Vitória (36,7%) apresentou taxa superior à estadual (33,5%), e o município de General Carneiro revelou a menor taxa do território, 12,3% (ver tabela 3.16). Já para os mais de 22 anos, destaca-se União da Vitória com taxa de frequência à escola próxima à estadual.

Quanto à estrutura de serviços educacionais à disposição da população, os dados de 2005 indicam que no território existem 32 estabelecimentos que atendem a crianças em Creche, e na Pré-escola são 79 os estabelecimentos municipais, os quais, somados aos estabelecimentos particulares, perfazem um total de 93 estabelecimentos Pré-escolares. O número total de estabelecimentos de Ensino Fundamental é de 190, sendo que 140 estão na rede municipal, e 41, estabelecimentos na rede estadual. Com relação ao número de estabelecimentos de Ensino Médio, o território possui um total de 28, sendo 23 da rede estadual, e os demais, particulares. Verifica-se que todos os municípios do território ofertam os serviços de ensinos de Creche, Pré-Escolar, Fundamental e Médio (tabela 3.17).

TABELA 3.17 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR NÍVEL, DA REDE MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO							
	Total de Creches	Pré-escola		Ensino Fundamental			Ensino Médio	
		Total ⁽¹⁾	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual	Rede municipal	Total ⁽¹⁾	Rede estadual
Antônio Olinto	1	5	5	6	2	4	1	1
Bituruna	3	10	9	13	4	9	2	2
Cruz Machado	1	4	4	33	3	30	3	3
General Carneiro	1	1	1	31	4	27	2	2
Paula Freitas	2	6	6	6	2	4	1	1
Paulo Frontin	1	5	5	6	2	4	1	1
Porto Vitória	1	3	3	6	1	5	1	1
São Mateus do Sul	10	23	14	47	9	33	7	4
União da Vitória	12	36	32	42	14	24	10	8
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	32	93	79	190	41	140	28	23
PARANÁ	2 216	4 633	3 211	6 373	1 839	3 809	1 454	1 134

FONTE: INEP

(1) Inclui estabelecimentos públicos e privados.

Sustenta-se a generalização da municipalização das matrículas do primeiro segmento do Ensino Fundamental (1.^a a 4.^a série), bem como a oferta de serviços de Educação Infantil por meio de creches e pré-escola no território União da Vitória; e o segundo segmento do Ensino Fundamental (5.^a a 8.^a série), Ensino Médio e Profissionalizante fica sob a responsabilidade da esfera estadual.

Com relação ao aproveitamento escolar dos estudantes, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB), obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino, ou seja, 4.^a e 8.^a séries do Ensino Fundamental e 3.^o ano do Ensino Médio, com informações sobre rendimento escolar (aprovação)¹⁸.

Os melhores índices do IDEB na educação fundamental, nos anos iniciais da rede municipal para o território, são de São Mateus do Sul, Porto Vitória, Paulo Frontin e Antônio Olinto, que estão acima da média estadual, que corresponde ao índice de 4,4. No Paraná, o maior índice registrado em um município foi de 6,0, e o menor, de 1,2.

No que tange ao Ensino Fundamental nos anos finais, atendidos pela rede estadual, todos os municípios do território apresentaram índice médio acima do estadual (3,3), sendo que o menor índice registrado no Estado foi de 2,1 (tabela 3.18).

¹⁸ A definição e o método utilizado para a construção do IDEB encontra-se na publicação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (FERNANDES, 2007).

TABELA 3.18 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) ANOS INICIAIS E FINAIS E TAXA DE APROVAÇÃO MÉDIA NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	ENSINO FUNDAMENTAL			
	IDEB		Taxa de Aprovação Média	
	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)	Rede municipal (anos iniciais)	Rede estadual (anos finais)
Antônio Olinto	4,5	3,7	93,1	83,2
Bituruna	4,4	3,4	86,3	73,5
Cruz Machado	3,8	3,7	86,3	84,6
General Carneiro	4,1	3,4	87,6	77,6
Paula Freitas	4,4	3,9	91,6	85,4
Paulo Frontin	4,7	4,2	93,0	91,8
Porto Vitória	4,7	3,9	92,0	82,4
São Mateus do Sul	4,7	3,6	89,1	77,9
União da Vitória	4,0	3,7	94,7	78,0
PARANÁ	4,4	3,3	-	-

FONTE: INEP

NOTAS: O IDEB foi calculado a partir da base corrigida da Prova Brasil (2005). Ver nota explicativa em:

www.inep.gov.br/basica/saeb/prova_brasil/

Os municípios do Paraná apresentam a maior taxa de aprovação na rede municipal (anos iniciais) de 100%, e a menor em 24,4%; na rede estadual (anos finais), a maior é de 98,4%, e a menor, de 49,2%.

Quanto à taxa média de aprovação nos anos iniciais na educação fundamental da rede municipal, o município de União da Vitória exibiu a melhor taxa (94,7%) no território. Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental, da rede estadual, a melhor taxa registrada é de Paulo Frontin (91,8%) – ver tabela 3.18.

3.5 PROGRAMAS SOCIAIS E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Este tópico visa informar de que forma os moradores do território União da Vitória são atendidos pelos diversos programas sociais e de transferência de renda. De início, é importante destacar que os recursos desses programas têm origem tanto no Governo Estadual como no Federal.

Nessa perspectiva, faz-se a seguir um breve relato dos programas desenvolvidos pelo Governo Estadual e se analisam dados sobre os beneficiários desses programas.

O Programa Luz Fraterna¹⁹ é um programa social que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh de eletricidade por mês. Para poder participar do Programa, além de atender ao requisito do limite de consumo, o domicílio deve ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda e estar cadastrado no Programa Social da COPEL ou ser beneficiário de algum dos Programas Sociais do Governo Federal (como Bolsa-Família ou Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás).

¹⁹ Parte dos recursos do Programa Luz Fraterna provém do Governo Federal.

No território, são 5.788 os domicílios beneficiários do Programa Luz Fraterna, e quase a metade desses domicílios está situada na zona rural. As maiores participações de beneficiários, em áreas rurais, são encontradas em Cruz Machado e Paulo Frontin, onde cerca de 85% dos domicílios atendidos encontram-se na zona rural. Já em General Carneiro e União da Vitória, menos de 20% dos domicílios beneficiados pelo Programa são rurais (tabela 3.19).

TABELA 3.19 - BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - AGO 2005

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS				
	TOTAL		Situação de Domicílio		
	Abs.	%	Urbana	Rural	
				Abs.	%
Antônio Olinto	363	6,3	91	272	74,9
Bituruna	562	9,7	320	242	43,1
Cruz Machado	765	13,2	106	659	86,1
General Carneiro	645	11,1	526	119	18,4
Paula Freitas	263	4,5	104	159	60,5
Paulo Frontin	326	5,6	51	275	84,4
Porto Vitória	131	2,3	65	66	50,4
São Mateus do Sul	1 380	23,8	669	711	51,5
União da Vitória	1 353	23,4	1 187	166	12,3
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	5 788	100,0	3 119	2 669	46,1

FONTE: SETP, COPEL

Do total de domicílios atendidos pelo Programa no território, as maiores concentrações são encontradas em São Mateus do Sul e União da Vitória, com cerca de 24% do total de domicílios atendidos. São expressivas também as participações dos municípios de Cruz Machado e General Carneiro – pouco mais de 10%. O município que apresenta a menor participação no total de domicílios beneficiados pelo Programa no território é Porto Vitória, com apenas 2,3% dos domicílios atendidos.

A Tarifa Social da Água é um benefício de redução do pagamento da conta da água para famílias residentes em imóveis com área construída de até 70 m² e que tenham renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de no máximo dois salários mínimos por família, vigente na data de solicitação do benefício. Além disso, o consumo mensal de água deverá ser de até 10 m³ (sendo o valor da tarifa social fixado em R\$ 5,00).

São 4.280 os domicílios atendidos pelo Programa Tarifa Social da Água no território e cerca da metade deles pode ser encontrada nos municípios de União da Vitória e General Carneiro, seguidos do município de São Mateus do Sul, que concentra 15,5% dos domicílios atendidos pelo Programa no território (tabela 3.20).

TABELA 3.20 - ECONOMIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA E TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	ECONOMIAS CADASTRADAS		FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾	
	Abs.	Participação (%)	Total em 2000 ⁽¹⁾	Atendidas pelo Programa em Relação à Previsão Inicial (%)
Antônio Olinto	90	2,1	29	310
Bituruna	292	6,8	415	70
Cruz Machado	334	7,8	199	168
General Carneiro	868	20,3	744	117
Paula Freitas	230	5,4	176	131
Paulo Frontin	258	6,0	153	169
Porto Vitória	134	3,1	129	104
São Mateus do Sul	665	15,5	1 508	44
União da Vitória	1 409	32,9	2 317	61
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	4 280	100,0	5 669	75
PARANÁ	334 111		358 659	93,2

FONTE: SANEPAR

(1) Estimativa do número de famílias pobres urbanas, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

Tomando como meta de atendimento o número de famílias pobres urbanas identificadas pelo Censo Demográfico de 2000, verifica-se que, no conjunto do território, 75% da meta já foi atendida. Em dois terços dos municípios essa meta foi largamente ultrapassada.²⁰ Apenas os municípios de São Mateus do Sul e União da Vitória apresentam um percentual de atendimento da meta inferior a 65%.

O Programa Leite das Crianças é destinado à diminuição da desnutrição, sendo prioritário o atendimento a crianças de 6 a 36 meses de idade, pertencentes a famílias com renda média *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, por meio da distribuição de leite fluido pasteurizado, com teor mínimo de gordura de 3% e enriquecido com ferro e vitaminas A e D.

No território, são atendidas 3.602 crianças, concentradas principalmente no município de União da Vitória, que representa 32% das crianças beneficiadas em todo o território. Seguem-se os municípios de São Mateus do Sul, que representa 19% das crianças atendidas, Bituruna, com 15%, e General Carneiro, com 14,4%. Os demais municípios representam, cada um, menos de 7% do total (tabela 3.21).

²⁰ Há três hipóteses para a superação da meta: 1) dada a valorização do salário mínimo, nem sempre acompanhada pelo crescimento da renda familiar, um número maior de famílias passou a se enquadrar no Programa; 2) famílias com até três membros e com renda de até 2 s.m. podem não ser enquadradas como pobres pelo critério de meio s.m. de renda *per capita*, mas são elegíveis pelo programa; 3) há um problema de extravasamento do Programa, atendendo a outros grupos sociais.

TABELA 3.21 - CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA LEITE DAS CRIANÇAS E ESTIMATIVA DE CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES E PARTICIPAÇÃO DAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - JUL 2007

MUNICÍPIO	CRIANÇAS ATENDIDAS		CRIANÇAS EM FAMÍLIAS POBRES	
	Abs.	(%)	Estimativa em 2000	Defasagem em Relação à Previsão Inicial (%)
Antônio Olinto	222	6,2	250	-11,2
Bituruna	539	15,0	548	-1,6
Cruz Machado	242	6,7	680	-64,4
General Carneiro	517	14,4	485	6,6
Paula Freitas	72	2,0	93	-22,6
Paulo Frontin	102	2,8	131	-22,1
Porto Vitória	73	2,0	92	-20,7
São Mateus do Sul	684	19,0	698	-2,0
União da Vitória	1 151	32,0	783	47,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	3 602	100,0	3 760	-4,2
PARANÁ	170 893		157 853	8,3

FONTES: SEAB, IBGE - Censo Demográfico

(1) Estimativa do número de crianças em famílias pobres com base no Censo Demográfico 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

A maior defasagem é observada em Cruz Machado, e as exceções são encontradas em União da Vitória, que ultrapassou a meta em 47%, e General Carneiro, que ficou 6,6% acima.

Convém lembrar, para todas essas relações estabelecidas com base na população registrada no Censo Demográfico de 2000, que os resultados preliminares da Contagem Populacional feita pelo IBGE em 2007 estão indicando taxas anuais de crescimento populacional no período 2000-2007 pouco superiores a zero e que não chegam a ultrapassar 1% para todos os municípios do território, com exceção de Porto Vitória, cujo crescimento é negativo.

Entre os programas do Governo Federal destaca-se, por sua abrangência, o Bolsa-Família, programa de transferência de renda que concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. O Bolsa-Família está unificando todos os benefícios sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás) do Governo Federal num único programa. No território mais de 97% dos benefícios repassados correspondem ao Bolsa-Família. No conjunto dos municípios há uma concentração de beneficiários em União da Vitória e São Mateus do Sul, que são também os municípios mais populosos. Ainda há um pequeno número de beneficiários remanescentes do Auxílio-Gás (144), do Bolsa Alimentação (um) e do Bolsa-Escola (cinco).

Por outro lado, é possível ter como referência de meta a ser atingida por esses programas o número total de famílias pobres identificado pelo Censo Demográfico 2000, para os municípios do território. Confrontando esta meta com o número de atendimentos do Bolsa-Família (ao qual foram incorporados os beneficiários do Vale-Gás, Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação), verifica-se que, atingiram-se 73,5% da meta, enquanto no Estado cumpriram-se 80%. Dois municípios se destacam com um percentual de atendimento da meta superior ao do Estado: Bituruna (88,6%) e União da Vitória (85,4%). No extremo oposto, com índices bem inferiores ao do território, encontram-se Cruz Machado (57,1%) e Paulo Frontin (56,6%) – tabela 3.22.

TABELA 3.22 - TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS POBRES ⁽¹⁾ 2000	FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA ⁽²⁾	
		Total	% em Relação à Previsão Inicial
Antônio Olinto	1 008	686	68,1
Bituruna	1 382	1 224	88,6
Cruz Machado	1 870	1 067	57,1
General Carneiro	1 227	979	79,8
Paula Freitas	474	346	73,0
Paulo Frontin	558	316	56,6
Porto Vitória	306	209	68,3
São Mateus do Sul	3 203	2 234	69,7
União da Vitória	2 628	2 243	85,4
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	12 656	9 304	73,5
PARANÁ	589 428	471 482	80,0

FONTES: IBGE - Censo Demográfico (microdados), IPARDES - Tabulações especiais

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Estimativa do total de famílias pobres, com base no Censo Demográfico em 2000, calculada pelo IPARDES, correspondente à previsão inicial do Programa.

(2) Inclui também o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o Bolsa-Alimentação.

O Programa Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano do Governo Federal é uma ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando ao desenvolvimento pessoal social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O valor do benefício é de R\$ 65,00, e no território os municípios de Cruz Machado, General Carneiro, Paulo Frontin e São Mateus do Sul inserem-se no Programa, que atende a 54 jovens.

Outro importante programa de transferência direta de renda do Governo Federal é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), destinado a famílias de crianças e adolescentes (entre 7 e 15 anos) envolvidos no trabalho precoce. O objetivo é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil no País, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los freqüentar a jornada ampliada. Famílias cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana²¹ têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40,00 por criança. As que exercem atividades típicas da área rural recebem R\$ 25,00 ao mês, para cada criança cadastrada. No território, são distribuídos 204 benefícios, atendendo à maioria dos municípios. Apenas Porto Vitória e União da Vitória não participam do PETI (tabela 3.23).

²¹ O Ministério de Desenvolvimento Social considera como área urbana somente as capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes.

TABELA 3.23 - NÚMERO E VALOR DE BENEFÍCIOS SOCIAIS, SEGUNDO TIPO DE PAGAMENTO DISPONIBILIZADO E MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - AGO 2007

MUNICÍPIO	BENEFÍCIOS												TOTAL DISPONIBILIZADO			
	Agente Jovem		Auxílio-Gás		Bolsa-Alimentação		Bolsa-Escola		Bolsa-Família		PETI ⁽¹⁾		Número		Valor	
	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	N.º	Valor (R\$)	Abs.	%	R\$	%
Antônio Olinto	-	-	15	225,00	-	-	-	-	671	46 000,00	32	1 275,00	718	7,5	47 500,00	7,1
Bituruna	-	-	35	525,00	-	-	3	60,00	1 186	88 015,00	33	1 550,00	1 257	13,1	90 150,00	13,6
Cruz Machado	14	910,00	-	-	-	-	-	-	1 067	84 198,00	4	125,00	1 085	11,3	85 233,00	12,8
General Carneiro	19	1 235,00	25	375,00	1	15,00	1	15,00	952	66 554,00	13	815,00	1 011	10,6	69 009,00	10,4
Paula Freitas	-	-	4	60,00	-	-	-	-	342	24 571,00	19	575,00	365	3,8	25 206,00	3,8
Paulo Frontin	19	1 235,00	8	120,00	-	-	-	-	308	18 948,00	100	4 025,00	435	4,5	24 328,00	3,7
Porto Vitória	-	-	2	30,00	-	-	-	-	207	12 932,00	-	-	209	2,2	12 962,00	1,9
São Mateus do Sul	2	130,00	9	135,00	-	-	-	-	2 225	162 288,00	3	100,00	2 239	23,4	162 653,00	24,5
União da Vitória	-	-	46	690,00	-	-	1	15,00	2 196	147 237,00	-	-	2 243	23,5	147 942,00	22,2
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	54	3 510,00	144	2 160,00	1	15,00	5	90,00	9 154	650 743,00	204	8 465,00	9 562	100,0	664 983,00	100,0
PARANÁ	1 490	96 850,00	14 763	221 445,00	9	135,00	400	7 560,00	456 310	29 494 727,00	6 953	326465,00	479 991	-	30 150 482,00	-

FONTE: SETP

(1) PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

De forma complementar a esse conjunto de programas tem-se o Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, que apoia o produtor rural e também atende a instituições e populações necessitadas. Esse Programa é coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O território acessou, em 2004, R\$ 33.654,49, beneficiando 18 agricultores familiares e 8.632 pessoas com alimentação. No ano seguinte, o número de agricultores familiares envolvidos com o Programa foi um pouco maior, 27, mas o número de entidades beneficiadas diminuiu. Em 2006, o Programa foi ampliado, participaram 154 famílias na produção de alimentos, contribuindo para a alimentação de 22.074 pessoas (consumidores finais) na região com a aplicação de R\$ 293.351,70 (tabela 3.24).

TABELA 3.24 - NÚMERO DE ENTIDADES, FAMÍLIAS E PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR E VALOR TOTAL ACESSADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2004-2005-2006

MUNICÍPIO	PROGRAMA COMPRA DIRETA			
	Valor Total do Projeto (R\$)	N.º de Entidades Beneficiadas	N.º de Pessoas Beneficiadas	N.º de Famílias Beneficiadas ⁽¹⁾
2004				
São Mateus do Sul	22 699,25	22	8 282	12
União da Vitória	10 955,24	8	350	6
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	33 654,49	30	8 632	18
2005				
Paula Freitas	29 993,35	10	1 499	12
União da Vitória	26 977,88	18	3 167	15
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	56 971,23	28	4 666	27
2006				
Bituruna	8 713,00	11	3 420	22
General Carneiro	60 690,00	23	5 768	31
Paula Freitas	39 999,95	10	1 499	17
Paulo Frontin	22 251,45	13	1 790	12
Porto Vitória	29 666,50	8	1 195	18
União da Vitória	132 030,80	51	8 402	54
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	293 351,70	116	22 074	154

FONTE: SETP - Programa Compra Direta da Agricultura Familiar

NOTA: Dados obtidos no banco de dados.

(1) Famílias beneficiadas na condição de fornecedores de produtos.

Observa-se a descontinuidade do Programa Compra Direta da Agricultura Familiar na região. Somente o município de União da Vitória participou nos três anos analisados, apresentando evolução no número de beneficiários e no valor dos projetos (ver tabela 3.24).

3.6 SÍNTESE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA

Com a finalidade de sintetizar as análises feitas nos tópicos precedentes, procedeu-se a uma hierarquização dos municípios do território segundo alguns indicadores sociais selecionados das análises anteriores (quadro 3.1). Cada um desses indicadores foi numerado de 1 a 9, de acordo com seu valor, considerando-se o 1 como a situação mais favorável e o 9 como a mais desfavorável.

QUADRO 3.1 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS - PARANÁ

MUNICÍPIO	INDICADORES												
	IDH-M (2000)	Taxa de Pobreza (2000)	Desigualdade de Renda (1991-2000)	IDEb rede Municipal (2005)	IDEb rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005)	Cobertura de PSF (ago. 2007)	Inadequação Água Urbana (2000)	Inadequação Água Rural (2000)	Inadequação Esgoto Urbano (2000)	Inadequação Esgoto Rural (2000)	Inadequação Lixo Urbano (2000)	Inadequação Lixo Rural (2000)
Antônio Olinto	8	9	4	4	4	6	1	3	8	8	5	1	3
Bituruna	6	6	1	5	8	7	6	2	2	2	7	4	2
Cruz Machado	7	8	7	9	4	8	9	9	5	5	8	7	5
General Carneiro	8	5	3	7	8	5	5	5	3	6	4	3	1
Paula Freitas	3	7	7	5	2	9	1	8	6	7	9	9	7
Paulo Frontin	3	3	6	1	1	2	4	6	7	4	3	8	8
Porto Vitória	5	2	1	1	2	1	1	1	1	9	1	6	4
São Mateus do Sul	2	4	9	1	7	3	7	7	9	3	6	4	8
União da Vitória	1	1	5	8	4	4	8	4	4	1	2	2	6

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, Ministério da Saúde/DATASUS
 NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

LEGENDA:

1 e 2	Muito favorável
3 e 4	Favorável
5 a 7	Desfavorável
8 e 9	Muito desfavorável

A visualização do quadro 3.1 permite verificar a hierarquização dos municípios de acordo com o valor do conjunto de indicadores. Para facilitar a análise, utilizaram-se quatro cores, que representam, na escala de 1 a 9, quatro grupos de situações: mais favorável, favorável, desfavorável e mais desfavorável, de tal forma que a simples observação das cores obtidas pelo município já revela sua situação social.

Em termos das condições sociais dos municípios, quanto menor a pontuação em cada categoria, melhor a situação relativa do município.

Complementarmente a essa análise, a tabela 3.25 apresenta o mesmo conjunto de indicadores, com seus valores originais, e comparados às respectivas médias estaduais, indicando-se, para cada município, se a sua situação é mais favorável ou mais desfavorável do que a média do Estado.

TABELA 3.25 - POSICIONAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA EM RELAÇÃO À MÉDIA DO ESTADO, SEGUNDO DIFERENTES INDICADORES SOCIAIS - PARANÁ

MUNICÍPIO	INDICADORES												
	IDHM (2000)	Taxa de Pobreza (2000) (%)	Desigualdade de Renda (1991-2000)	IDEb rede Municipal (2005)	IDEb Rede Estadual (2005)	Mortalidade Infantil (2003-2004-2005) (‰)	Cobertura de PSF (ago. 2007) (%)	Inadequação Água Urbana (2000) (%)	Inadequação Água Rural (2000) (%)	Inadequação Esgoto Urbano (2000) (%)	Inadequação Esgoto Rural (2000) (%)	Inadequação Lixo Urbano (2000) (%)	Inadequação Lixo Rural (2000) (%)
Antônio Olinto	0,711	47,6	17	4,5	3,7	14,6	100,0	1,7	27,8	76,0	87,6	3,4	88,7
Bituruna	0,715	33,0	15	4,4	3,4	21,2	50,0	1,6	4,4	21,3	89,1	5,2	80,4
Cruz Machado	0,712	41,7	23	3,8	3,7	23,5	0,0	13,0	12,5	55,8	93,8	8,6	92,0
General Carneiro	0,711	32,9	16	4,1	3,4	14,0	57,1	5,1	5,5	63,8	84,6	4,5	75,6
Paula Freitas	0,735	33,4	23	4,4	3,9	24,1	100,0	9,1	16,0	68,8	96,5	33,3	98,7
Paulo Frontin	0,735	29,8	19	4,7	4,2	3,4	66,7	6,2	21,1	38,7	83,2	21,8	99,6
Porto Vitória	0,732	28,3	15	4,7	3,9	0,0	100,0	1,4	0,4	96,0	60,1	7,9	90,3
São Mateus do Sul	0,766	31,0	30	4,7	3,6	11,8	31,3	7,8	34,8	32,5	88,6	5,2	99,6
União da Vitória	0,793	18,4	18	4,0	3,7	12,1	27,3	3,8	9,8	14,3	62,1	4,4	98,4
PARANÁ	0,787	20,9	24	4,4	3,3	15,5	36,6	2,6	11,3	38,8	86,8	2,9	84,4

FONTES: PNUD, IBGE - Censo Demográfico (microdados), INEP, Ministério da Saúde/DATASUS

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os dados em azul e em vermelho representam, respectivamente, as situações mais favoráveis e mais desfavoráveis em relação à média do Estado para cada indicador.

3.7 TURISMO E EQUIPAMENTOS CULTURAIS

A grande diversidade de paisagens e costumes e as características da sua população, formada por descendentes de diversas etnias, tornam o Paraná um potencial atrativo turístico. Sabe-se que o turismo, em seus diversos tipos, possui elevada capacidade de gerar empregos, renda e divisas. A Secretaria de Estado do Turismo (SETU) classifica o turismo em dez tipos²²: ecoturismo, aventura, rural, histórico-cultural, técnico, sol e praia, esportivo, religioso, negócios e eventos, e saúde.

O território apresenta pouca estrutura para a atividade do turismo. Em quatro municípios, dos nove que compõem o território, não havia nenhum registro oficial de algum tipo de turismo, a saber: Antônio Olinto, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin. Os demais municípios apresentaram os seguintes tipos de turismo: ecoturismo, aventura, cultural, religioso, evento e rural (quadro 3.2). Os municípios de São Mateus do Sul e União da Vitória foram os que mostraram mais opções.

QUADRO 3.2 - TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	TIPO DE TURISMO	OBSERVAÇÃO
Bituruna	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrativos naturais
Cruz Machado	<ul style="list-style-type: none"> • Rural • Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> • Feira da colheita • Romaria à Capelinha do Paredão • Festa do padroeiro Sagrado Coração de Jesus
Porto Vitória	<ul style="list-style-type: none"> • Cultural • Rural • Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> • Festa do Kerb • Aniversário do município • Festa da Cerveja e Pesca do Lambari • Festa do Feijão • Festa do Padroeiro São Miguel Arcanjo
São Mateus do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Aventura • Cultural • Rural • Religioso 	<ul style="list-style-type: none"> • Canoagem • <i>Rafting</i> • Bóia-cross • Rodeios e torneios • Festa de pratos típicos poloneses • Festa de N.ª Sr.ª de Czestochwa
União da Vitória	<ul style="list-style-type: none"> • Ecoturismo • Aventura • Cultural • Religioso • Rural • Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrativos naturais • <i>Rappel</i> • <i>Hiking</i> • <i>Trekking</i> • Pesca amadora • Aniversário do município • Feira Estadual de Pratos Típicos • Mostra de dança • Festival da Canção • Festa das Etnias • Festa da uVa • Feira Estadual de Bezerros • Feira REGIONAL da indústria, Comércio e Serviços Públicos • Festival Universitário do Vale do Iguaçu • Seminário de ciências empresariais

FONTE: SETU - Paraná Turismo/ Banco de dados da pesquisa CPT

²² No quadro A.3.1, em apêndice, encontram-se listados os tipos de turismo e as principais atividades ligadas a cada um.

Nos municípios Antônio Olinto e General Carneiro não existe órgão municipal de turismo. Em quatro municípios (Antônio Olinto, Cruz Machado, São Mateus do Sul e União da Vitória) existe um conselho municipal de turismo.

A Secretaria de Estado da Cultura realizou, em 2006, um inventário cultural dos municípios do Paraná. Este levantamento registra as instalações disponíveis à cultura, de acesso irrestrito à população em geral. Foram considerados equipamentos culturais “[...] os espaços que se destinam à produção, guarda, gestão e exibição de produtos culturais dos mais diversos gêneros. Tanto aqueles de produção denominada erudita, quanto popular” (PARANÁ, 2007b).

O levantamento sobre as instalações disponíveis à cultura no território União da Vitória constatou pouca presença de equipamentos culturais naqueles municípios. O total de 23 equipamentos culturais encontrados nos nove municípios deste território equivale a apenas 1,1% dos equipamentos existentes no Paraná (tabela 3.26).

TABELA 3.26 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS CULTURAIS											TOTAL	
	Anfiteatro e Auditório	Arquivo e Centro de Pesquisa	Biblioteca	Casa de Cultura, Centro Cultural e Casa da Memória	Cinema e Cineteatro	Sala de Cinema	Concha Acústica e Coreto	Museu	Galeria de Arte e Sala Exposição	Teatro	Outros ⁽¹⁾	Abs.	%
Antônio Olinto	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	8,7
Bituruna	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,3
Cruz Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,3
General Carneiro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,7
Paula Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8,7
Paulo Frontin	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,3
Porto Vitória	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,3
São Mateus do Sul	-	-	1	-	-	-	-	1	1	1	2	6	26,1
União da Vitória	2	-	3	-	1	1	-	-	-	-	-	7	30,4
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	2	0	9	1	1	1	0	1	1	1	6	23	⁽²⁾ 1,1
PARANÁ	256	34	483	179	56	111	65	145	104	73	578	2 084	

FONTE: SEEC - Inventário Cultural do Paraná - Programa Paraná da Gente

(1) Estão incluídos equipamentos originalmente destinados a outras atividades, mas que eventualmente são utilizados para atividades culturais; ginásio e estádios, parques de exposição, salões paroquiais e praças públicas.

(2) Refere-se à participação do território União da Vitória no total do Paraná.

No território não há arquivo ou centro de pesquisa, concha acústica ou coreto. Os municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul, juntos, possuem 56,5% dos equipamentos encontrados no território. Em todos os municípios da região há pelo menos um equipamento cultural.

Sabe-se que a existência de equipamentos culturais desacompanhada de uma política cultural pouco acrescenta para viabilizar a construção de uma identidade cultural bem, como para a manutenção e divulgação do patrimônio imaterial. Portanto, a ausência desses equipamentos é um elemento a mais para a manutenção da desigualdade no acesso à cultura e ao lazer.

4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

Essa seção apresenta dados e indicadores que procuram traduzir a realidade econômica do território União da Vitória. Para cumprir esse objetivo, foram analisadas variáveis relativas à evolução da estrutura produtiva e de emprego, à caracterização setorial das atividades, aos meios e instrumentos de intervenção e à infra-estrutura e, por último, fez-se uma análise das perspectivas econômicas territoriais.

4.1 ESTRUTURA PRODUTIVA E EMPREGO

4.1.1 PIB Total e PIB *per Capita*

O Produto Interno Bruto (PIB) do território somou R\$ 681,8 milhões em 1999, o que correspondeu a 1,1% do valor final dos bens e serviços produzidos no Paraná (tabela 4.1). Essa participação foi mantida em 2004, indicando que a região cresceu a taxas próximas das registradas pelo Estado.

TABELA 4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1999-2004

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ mil)		PARTICIPAÇÃO A/B (%)
	Território União da Vitória (A)	Paraná (B)	
1999	681 811	61 723 959	1,1
2000	737 983	65 968 713	1,1
2001	774 990	72 770 350	1,1
2002	948 632	81 449 312	1,2
2003	1 156 080	98 999 740	1,2
2004	1 211 508	108 698 901	1,1

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTAS: PIB a preços correntes.

Valor adicionado + impostos - *dummy* financeiro = produto interno bruto.

Nos últimos anos, a agropecuária tornou-se mais representativa em termos econômicos, respondendo por 34,4% do valor adicionado regional em 2004, acima da participação de 29,8% registrada em 1999. Conseqüentemente, os pesos relativos da indústria e dos serviços apresentaram declínio, passando de 26,8% para 24,7%, no caso do setor secundário, e de 43,4% para 40,9%, no caso do terciário (tabela 4.2).

TABELA 4.2 - VALOR ADICIONADO, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1999/2004

SETOR	VALOR ADICIONADO			
	1999		2004	
	R\$ mil correntes	Part. (%)	R\$ mil correntes	Part. (%)
Agropecuária	182 858	29,8	392 944	34,4
Indústria	164 483	26,8	281 718	24,7
Serviços	266 706	43,4	466 314	40,9
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	614 047	100,0	1 140 975	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Valor adicionado a preços correntes.

Essas mudanças não deixam dúvida quanto ao maior dinamismo da agropecuária, comparativamente aos demais segmentos, o que permite relacionar a manutenção da importância relativa do território na economia estadual ao crescimento das atividades primárias.

Em maior desagregação territorial, observa-se que o PIB da região concentra-se fortemente nos municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul, responsáveis por 27,6% e 27,3%, respectivamente, do total da renda territorial (tabela 4.3). No período 1999-2004, as participações dos municípios de Antônio Olinto, Paulo Frontin e Paula Freitas cresceram de forma significativa, em contraposição à queda de General Carneiro, União da Vitória e Bituruna, que se tornaram menos representativos no PIB local.

TABELA 4.3 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	1999		2004	
	R\$ mil	Part. (%)	R\$ mil	Part. (%)
Antônio Olinto	29 126	4,3	72 581	6,0
Bituruna	68 057	10,0	107 727	8,9
Cruz Machado	65 360	9,6	128 331	10,6
General Carneiro	54 779	8,0	82 915	6,8
Paula Freitas	29 036	4,3	58 133	4,8
Paulo Frontin	30 751	4,5	68 264	5,6
Porto Vitória	17 313	2,5	27 965	2,3
São Mateus do Sul	173 489	25,4	330 829	27,3
União da Vitória	213 899	31,4	334 763	27,6
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	681 811	100,0	1 211 508	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB a preços correntes.

No tocante ao PIB *per capita*, verifica-se que os municípios do território apresentam números inferiores à média estadual, à exceção de Paula Freitas, cuja renda por habitante atingiu o valor de R\$ 11.046,00 em 2004. Entre os municípios com os piores resultados, sobressaem General Carneiro e Bituruna, com valores de PIB *per capita* abaixo de R\$ 6.300,00 (tabela 4.4).

TABELA 4.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL *PER CAPITA*, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1999/2004

MUNICÍPIO	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$ mil)	
	1999	2004
Antônio Olinto	3 931	10 025
Bituruna	4 418	6 259
Cruz Machado	3 749	7 039
General Carneiro	3 856	5 441
Paula Freitas	5 991	11 046
Paulo Frontin	4 372	10 392
Porto Vitória	4 549	6 668
São Mateus do Sul	4 444	8 631
União da Vitória	4 514	6 585
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	4 355	7 427
PARANÁ	6 489	10 725

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: PIB *per capita* a preços correntes.

4.1.2 Ocupação e Renda

A análise sobre a estrutura do mercado de trabalho será apresentada em dois níveis. O primeiro envolve a totalidade do mercado de trabalho, compreendendo o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais/informais ou desempregadas, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA), fundamentada em indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico do ano de 2000. O segundo nível concentra-se apenas no mercado formal, destacando-se sua evolução no período recente (2000-2007), por meio da análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

4.1.2.1 Indicadores gerais

Um importante indicador²³ sobre o mercado de trabalho procura relacionar a População em Idade Ativa (PIA), a qual compreende as pessoas com dez anos e mais de idade, com a PEA, constituída de pessoas com dez anos e mais de idade inseridas ou em busca de inserção no mercado de trabalho.

No território, em 2000, do total de 122.968 pessoas com dez anos e mais de idade, 56,7% eram consideradas economicamente ativas, pois exerciam alguma atividade ou estavam buscando se inserir no mercado de trabalho, por meio da procura de emprego (tabela 4.5).

²³ Trata-se da taxa de participação, que indica a pressão para inserção no mercado de trabalho.

TABELA 4.5 - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, POR SEXO E CONDIÇÃO DE ATIVIDADE NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA- PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE - PIA										
	TOTAL	Distribuição por Sexo		Condição de Atividade na Semana de Referência e Sexo							
		Homens (%)	Mulheres (%)	Economicamente ativas - PEA				Não-economicamente ativas - PNEA			
				Total		Homens (%)	Mulheres (%)	Total		Homens (%)	Mulheres (%)
				Abs.	%			Abs.	%		
Antônio Olinto	6 020	53,3	46,7	3 520	58,5	41,4	17,1	2 500	41,5	11,9	29,6
Bituruna	12 318	51,0	49,0	7 331	59,5	39,5	20,0	4 987	40,5	11,5	29,0
Cruz Machado	13 822	52,5	47,5	8 803	63,7	41,9	21,8	5 019	36,3	10,6	25,7
General Carneiro	10 355	51,5	48,5	5 338	51,5	37,4	14,1	5 017	48,5	14,1	34,3
Paula Freitas	4 116	51,9	48,1	2 121	51,5	34,8	16,8	1 995	48,5	17,1	31,3
Paulo Frontin	5 336	53,2	46,8	2 727	51,1	37,1	14,0	2 609	48,9	16,1	32,8
Porto Vitória	3 172	51,9	48,1	1 524	48,0	34,0	14,0	1 648	52,0	17,9	34,1
São Mateus do Sul	29 100	50,5	49,5	16 474	56,6	35,9	20,7	12 626	43,4	14,6	28,8
União da Vitória	38 729	48,2	51,8	21 919	56,6	33,6	23,0	16 810	43,4	14,6	28,8
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	122 968	50,5	49,5	69 757	56,7	36,6	20,2	53 211	43,3	13,9	29,4
PARANÁ	7 753 440	49,2	50,8	4 651 850	60,0	36,2	23,8	3 101 592	40,0	13,0	27,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A condição de atividade nos municípios do território indica Cruz Machado, Bituruna e Antônio Olinto como os que apresentaram os maiores percentuais de pessoas incluídas na PEA: 63,7%, 59,5%, e 58,5%, respectivamente, sendo que apenas o primeiro registrou percentual superior à média do Estado, em torno de 60%. O menor percentual foi verificado em Porto Vitória (48%).

Quanto à participação por sexo, observa-se que os homens constituíam, em todos os municípios, a maioria da PIA, à exceção do município de União da Vitória. Quanto à PEA, igualmente há a prevalência masculina, enquanto as mulheres predominam entre as pessoas não-economicamente ativas.

O setor agropecuário concentrava a maior parte das ocupações do território (37,6%). Para corroborar essa elevada representatividade, destaque-se que, à exceção do município de União da Vitória, a ocupação no setor agropecuário era superior à média do Estado, em todos os municípios, em torno de 20%. Nesta análise, cabe destacar a elevada representatividade destas ocupações nos municípios de Antônio Olinto, Cruz Machado e Paulo Frontin, respectivamente, 73,3%, 72% e 62,1% (tabela 4.6).

TABELA 4.6 - TOTAL DE OCUPAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE OCUPAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)					
		Agropecuário	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Mal Definidas
Antônio Olinto	3 307	73,3	6,1	4,0	3,5	12,7	0,4
Bituruna	6 910	45,1	21,2	3,3	5,8	21,5	3,2
Cruz Machado	8 652	72,0	5,0	3,0	3,9	14,9	1,2
General Carneiro	4 770	24,4	35,5	5,5	10,5	21,9	2,3
Paula Freitas	1 787	40,0	14,4	7,4	9,1	27,8	1,2
Paulo Frontin	2 533	62,1	10,0	3,4	6,7	17,8	0,0
Porto Vitória	1 384	36,4	28,6	4,2	5,1	25,7	0,0
São Mateus do Sul	14 573	40,9	12,6	5,2	11,1	28,4	1,7
União da Vitória	19 053	10,5	21,2	8,7	18,9	40,1	0,5
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	62 969	37,6	16,8	5,7	11,1	27,5	1,3
PARANÁ	4 055 739	20,1	15,1	7,2	17,1	39,1	1,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

O setor de serviços absorvia 27,5% dos trabalhadores do território e, entre os municípios, apareceu com mais expressão em União da Vitória, onde representava 40,1% do total de ocupações.

O número de ocupações vinculadas ao setor industrial correspondia a 16,8% do total do território, percentual superior àquele verificado para o Estado (15,1%). Nesse segmento, quatro municípios apresentaram percentuais superiores ao do Paraná, valendo-se um destaque para General Carneiro, visto que neste as ocupações industriais representavam 35,5% do total do município.

A análise da situação de trabalho demanda outras informações capazes de qualificar as formas de inserção ocupacional. Assim, apresentam-se dados da parcela da PEA

que estava ocupada, indicando, para o território, algumas particularidades, quando comparado ao total do Estado.

O percentual de pessoas ocupadas na condição de empregadas no território União da Vitória (55,4%) foi menor do que o verificado para o Estado (66,4%). Os dados desagregados por município indicam que somente em General Carneiro e União da Vitória a participação dessa categoria foi superior à do Estado, sendo os únicos municípios onde os empregados com carteira de trabalho assinada superaram o percentual verificado para o Paraná – respectivamente, 44,4%, 46,6% e 40,5% (tabela 4.7).

No caso dos empregados sem carteira de trabalho assinada, o território apresentou percentual (18,6%) relativamente inferior ao do Estado (22,6%). Neste território, em seis municípios, os empregos sem registro em carteira foram inferiores ao número de assalariados com carteira assinada, indicando um nível diferenciado de formalização do mercado de trabalho territorial.

Além dos ocupados exercendo funções por conta-própria (28,1%), onde a participação da categoria superou a média estadual (23,8%), as categorias de trabalhadores não-remunerados em ajuda a membro do domicílio e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, comparativamente com o Estado, apresentaram percentuais superiores. Em boa medida, essas três categorias estão relacionadas à importância, em vários municípios, das atividades agropecuárias como base para a inserção ocupacional da população.

A análise do rendimento mensal²⁴ da população em idade ativa apontou para uma circunstância bastante restritiva no território, uma vez que os maiores percentuais foram observados nas classes sem rendimento²⁵ (41,8%) e até 1 salário mínimo (20,8%), sendo que em ambos os casos esses percentuais superaram a média estadual (tabela 4.8).

Em todos os municípios, excetuando-se União da Vitória, mais de 40% da população em idade ativa encontrava-se na classe sem rendimento, apresentando percentuais superiores à média do Estado nessa categoria, que foi de 38,6%. Esse dado reforça a fragilidade do território, visto que a grande maioria da população enquadra-se em faixas inferiores de renda.

²⁴ Considera todas as modalidades de rendimento auferidas pelas pessoas.

²⁵ Como são consideradas todas as pessoas de dez anos de idade e mais, os sem rendimento podem estar relacionados à situação de inativos sem renda, mas também ao importante contingente de trabalhadores em ajuda a membros do domicílio ou para autoconsumo.

TABELA 4.7 - TOTAL DE PESSOAS COM 10 ANOS DE IDADE E MAIS, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL E POSSE DE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA												
	TOTAL	Posição na Ocupação no Trabalho Principal (%)								Empregador	Conta própria	Não-remunerado sem ajuda a membro do domicílio	Trabalhador na produção para o próprio consumo
		Empregado											
		Total	Categoria do emprego no trabalho formal										
Com carteira de trabalho assinada	Militar e funcionário público estatutário		Outro sem carteira de trabalho assinada										
Antônio Olinto	3 307	29,9	15,0	1,3	13,7	0,5	38,9	23,3	7,4				
Bituruna	6 910	50,4	33,2	1,5	15,7	1,5	29,1	16,5	2,5				
Cruz Machado	8 652	24,7	14,7	0,1	9,9	0,7	31,7	36,0	7,0				
General Carneiro	4 770	73,4	44,4	0,5	28,6	3,1	18,5	4,6	0,4				
Paula Freitas	1 787	56,1	31,3	1,0	23,9	2,2	31,3	1,8	8,5				
Paulo Frontin	2 533	35,5	21,8	1,6	12,1	0,9	55,6	5,9	2,0				
Porto Vitória	1 384	62,7	40,2	4,3	18,2	2,0	30,9	0,4	4,0				
São Mateus do Sul	14 573	59,5	34,8	2,0	22,7	1,3	28,2	6,2	4,8				
União da Vitória	19 053	69,9	46,6	4,2	19,1	4,7	22,4	2,5	0,6				
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	62 969	55,4	34,6	2,2	18,6	2,4	28,1	10,8	3,4				
PARANÁ	4 055 739	66,4	40,5	3,3	22,6	3,6	23,8	4,7	1,4				

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TABELA 4.8 - PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	PESSOAS COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE								
	TOTAL	Distribuição (%)							
		Até 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento
Antônio Olinto	6 020	30,0	14,0	4,6	2,4	1,9	0,4	0,2	46,4
Bituruna	12 318	18,4	18,9	7,6	5,7	3,5	1,2	0,3	44,4
Cruz Machado	13 822	24,6	13,7	5,4	3,0	2,3	1,1	0,6	49,4
General Carneiro	10 355	17,9	19,4	7,5	5,4	3,8	1,1	0,7	44,3
Paula Freitas	4 116	26,6	15,9	5,8	4,8	2,7	1,4	0,7	42,1
Paulo Frontin	5 336	27,2	15,8	5,7	5,4	4,3	0,6	0,4	40,6
Porto Vitória	3 172	18,9	18,7	8,0	5,0	4,4	0,6	0,3	44,1
São Mateus do Sul	29 100	23,0	15,1	5,6	6,1	4,4	2,4	1,5	41,9
União da Vitória	38 729	16,5	18,7	8,9	8,0	7,3	2,6	1,0	36,9
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	122 968	20,8	16,9	7,0	6,0	4,7	1,8	0,9	41,8
PARANÁ	7 753 440	16,5	16,8	8,2	8,2	7,1	3,0	1,7	38,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

4.1.3 Evolução do Emprego Formal

As informações relativas ao emprego formal são importantes por permitirem acompanhar o desempenho de um conjunto de atividades econômicas, principalmente as de base urbana, possibilitando a construção de indicadores sobre o dinamismo das economias locais/regionais.

Entretanto, não se deve esquecer que esse tipo de informação não permite caracterizar a situação de parcela expressiva dos ocupados, principalmente onde o peso das atividades agrícolas organizadas em molde familiar ainda é significativo, como é o caso deste território.

Com respeito ao estoque de emprego formal no território, observa-se que o mesmo apresentou, entre o ano de 2000 e de 2005, incremento de 23,6%, inferior ao crescimento do Estado (27,6%). Essa taxa corresponde, em termos absolutos, à geração de 4.443 postos de trabalho adicionais, no período de cinco anos. Cabe ressaltar que somente os municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul concentraram 61,5% dos postos de trabalhos gerados no período analisado (tabela 4.9).

TABELA 4.9 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS			
	2000	2005	Variação	
			Abs.	%
Antônio Olinto	377	514	137	36,3
Bituruna	2 010	2 435	425	21,1
Cruz Machado	1 030	1 526	496	48,2
General Carneiro	1 889	2 211	322	17,0
Paula Freitas	416	578	162	38,9
Paulo Frontin	372	450	78	21,0
Porto Vitória	447	538	91	20,4
São Mateus do Sul	4 101	5 334	1 233	30,1
União da Vitória	8 224	9 723	1 499	18,2
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	18 866	23 309	4 443	23,6
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	455 913	27,6

FONTE: MTE - RAIS

Em termos relativos, apenas quatro municípios apresentaram incremento no emprego superior ao do Estado. Merece especial destaque Cruz Machado, por exibir o melhor desempenho no território (48,2%).

Quanto ao desempenho dos setores de atividade econômica, observa-se que os setores que mais incorporaram trabalhadores no território, entre 2000 e 2005, foram o comercial, o da construção civil e o agrícola, crescendo, respectivamente, 52,1%, 47,1% e 39,5% (tabela 4.10). Esses setores econômicos mostraram-se relevantes nos últimos anos,

visto que cresceram a taxas superiores às do Paraná. Contudo, cabe a ressalva para os setores industrial e de serviços, nos quais o território demonstrou pouco dinamismo comparativamente com o desempenho estadual.

TABELA 4.10 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2005

SETORES DE ATIVIDADE	EMPREGOS FORMAIS							
	Território União da Vitória				Paraná			
	2000	2005	Variação		2000	2005	Variação	
			Abs.	%			Abs.	%
Indústria	7 662	8 860	1 198	15,6	368 919	510 350	141 431	27,7
Construção Civil	295	434	139	47,1	64 528	56 391	-8 137	-14,4
Comércio	3 400	5 170	1 770	52,1	290 006	431 821	141 815	32,8
Serviços	3 257	3 775	518	15,9	512 996	645 718	132 722	20,6
Administração Pública	3 013	3 341	328	10,9	328 194	366 273	38 079	10,4
Agricultura	1 239	1 729	490	39,5	88 792	98 795	10 003	10,1
TOTAL	18 866	23 309	4 443	23,6	1 653 435	2 109 348	455 913	21,6

FONTE: MTE - RAIS

A Administração Pública, outro importante setor concentrador de empregos formais do território (especialmente nos municípios de menor porte), igualmente registrou crescimento na geração de postos de trabalho (10,9%), seguindo a mesma tendência de crescimento verificada no Estado (10,4%).

4.1.3.1 Desempenho recente

Com o fim de verificar o desempenho recente do mercado de trabalho no Estado, incorporaram-se à análise os dados do CAGED, referentes ao período de janeiro de 2006 a julho de 2007. Compararam-se os dados de estoque de emprego da RAIS para o ano de 2000 aos do estoque de 2005, acrescidos do saldo de emprego do CAGED disponível até o mês de julho de 2007.

Sob essa perspectiva, percebe-se que o território apresentou, relativamente ao ano de 2000, incremento de 26,5% no estoque de emprego, significativamente inferior ao apresentado pelo Estado e também pela grande maioria dos demais territórios. Os números do CAGED revelam que o território, no período mais recente, não vem acompanhando a dinâmica do mercado de trabalho paranaense, tampouco vem mantendo o nível de crescimento de empregos verificado em anos anteriores (tabela 4.11).

TABELA 4.11 - EMPREGO FORMAL, SEGUNDO TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS - PARANÁ - 2000/JUL 2007

TERRITÓRIO	EMPREGOS FORMAIS			B+C / A (%)
	RAIS 2000 (A)	RAIS 2005 (B)	CAGED (JAN/06 A JUL/07) (C)	
Cantuquiriguaçu	15 489	20 312	1 288	39,5
Grande Irati	21 299	26 789	1 903	34,7
Norte Pioneiro	31 182	40 197	6 006	48,2
Ortigueira	18 159	28 102	3 505	74,1
Paraná Centro	32 374	42 718	791	34,4
Ribeira	6 292	10 566	868	81,7
União da Vitória	18 866	23 309	552	26,5
Vale do Ivaí	35 672	48 820	4 794	50,3
Demais territórios	1 474 237	1 868 778	171 966	38,4
PARANÁ	1 653 435	2 109 348	191 679	39,2

FONTES: MTE - RAIS e CAGED

4.2 CARACTERIZAÇÃO SETORIAL DAS ATIVIDADES

Neste tópico são apresentados indicadores setoriais, além de breves considerações acerca do desempenho econômico da região no período recente. Nos segmentos industrial e de serviços, as avaliações têm como base o detalhamento das estatísticas relativas ao emprego formal e ao número de estabelecimentos, sendo que, no caso específico do setor manufatureiro, são feitas adicionalmente análises a partir dos dados de valor adicionado.

Já em relação à agropecuária, os comentários concentram-se na questão da agricultura familiar, havendo, ainda, considerações sobre a evolução da produção e do faturamento do setor primário.

4.2.1 Indústria

O perfil do emprego industrial do território foi traçado com base nas informações da RAIS, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram reunidos dados sobre empregos e estabelecimentos registrados nos anos de 1995, 2000 e 2005, último período com dados disponíveis. A comparação com os registros do Estado, referentes aos mesmos anos, foi realizada com a intenção de verificar o dinamismo dessas empresas e sua importância relativa ao longo do tempo.

O território, entre os anos 1995 e 2000, perdeu 652 postos de trabalho e teve crescimento do número de estabelecimentos industriais muito inferior à média paranaense (tabela 4.12). Em 2000, foram registrados pela RAIS 591 estabelecimentos industriais, quantidade 15,9% superior a 1995, sendo este crescimento inferior ao alcançado pelo setor no Estado (22,7%), no mesmo período.

TABELA 4.12 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA E DO PARANÁ - 1995/2005

ANO	EMPREGOS FORMAIS			ESTABELECIMENTOS		
	Território União da Vitória	Paraná	Participação (%)	Território União da Vitória	Paraná	Participação (%)
1995	8 609	384 970	2,2	510	23 546	2,2
2000	7 957	433 447	1,8	591	28 891	2,0
2005	9 294	566 741	1,6	600	33 025	1,8

FONTE: MTE - RAIS

Nesse período, a variação negativa no número de postos de trabalho no território concentrou-se nas atividades de construção (queda superior a 30%), na fabricação de coque e no refino de petróleo (os 313 postos de trabalho registrados em 1995 foram extintos em 2000), e edição, impressão e reprodução de gravações (queda superior a 91%). As duas últimas atividades, concentradas em São Mateus do Sul e Cruz Machado, respectivamente, foram determinantes para o desempenho ruim do emprego industrial no território.

No quinquênio subsequente, as contratações na fabricação de coque e refino de petróleo e na construção recompuseram parcialmente a força de trabalho empregada nessas atividades. O maior impulso para a recuperação do emprego industrial, contudo, foi dado pelas atividades de fabricação de celulose, papel e produtos de papel e de fabricação de produtos de madeira (tabela 4.13).

TABELA 4.13 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Extração de carvão mineral	1	0,0	1	0,2
Extração de minerais não-metálicos	168	1,8	19	3,2
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	485	5,2	78	13,0
Fabricação de produtos do fumo	43	0,5	4	0,7
Fabricação de produtos têxteis	5	0,1	3	0,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	36	0,4	10	1,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	2	0,0	1	0,2
Fabricação de produtos de madeira	5 364	57,7	267	44,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1 322	14,2	7	1,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	59	0,6	19	3,2
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis	288	3,1	1	0,2
Fabricação de produtos químicos	75	0,8	13	2,2
Fabricação de artigos de borracha e plástico	166	1,8	15	2,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	418	4,5	25	4,2
Metalurgia básica	15	0,2	2	0,3
Fabricação de produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	142	1,5	24	4,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	50	0,5	7	1,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6	0,1	1	0,2
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	27	0,3	6	1,0
Fabricação de móveis e indústrias diversas	187	2,0	36	6,0
Reciclagem	1	0,0	1	0,2
Construção	434	4,7	60	10,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	9 294	100,0	600	100,0

FONTE: MTE - RAIS

O município de União da Vitória concentrava, em 2005, 94,6% dos empregos formais ligados à fabricação de celulose, papel e produtos de papel. Os empregos associados à atividade de fabricação de produtos de madeira estavam melhor distribuídos pelo território, destacando-se em Bituruna, General Carneiro e Cruz Machado. Ainda assim, União da Vitória abrigava 2.015 dos 5.364 registros de emprego (37,6%) desse ramo de atividade. Por isso o município participa de forma preponderante na economia do território, reunindo 44,9% dos empregos formais e 39,5% dos estabelecimentos industriais (tabela 4.14).

TABELA 4.14 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR INDUSTRIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	30	0,3	7	1,2
Bituruna	1 321	14,2	93	15,5
Cruz Machado	661	7,1	38	6,3
General Carneiro	976	10,5	80	13,3
Paula Freitas	158	1,7	16	2,7
Paulo Frontin	179	1,9	19	3,2
Porto Vitória	270	2,9	22	3,7
São Mateus do Sul	1 526	16,4	88	14,7
União da Vitória	4 173	44,9	237	39,5
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	9 294	100,0	600	100,0

FONTE: MTE - RAIS

O território contribui com cerca de apenas 2% do produto industrial do Estado, número que mantém-se relativamente constante ao longo dos últimos anos (tabela 4.15). Apesar de pequena, a participação do valor adicionado veio crescendo entre 1997 e 2005.

TABELA 4.15 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA NO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DO ESTADO - PARANÁ - 1997/2005

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
1997	1,6
2000	1,9
2005	2,2

FONTE: SEFA

Como vários dos outros territórios prioritários, o de União da Vitória repete o mesmo padrão de estrutura industrial, baseado na exploração de recursos naturais. Assim, apresenta-se especializado nas indústrias de petróleo (especificamente xisto) e serviços correlatos (produtos de madeira, fabricação de papel, produtos de papel e celulose e produtos de minerais não-metálicos), que perfazem cerca de 95% do valor adicionado industrial (tabela

4.16). Além destas, observam-se contribuições marginais de atividades intensivas em mão-de-obra como de alimentos e bebidas, móveis e artigos de borracha e plástico.

TABELA 4.16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)
Extração de petróleo e serviços correlatos	33,7
Extração de minerais não-metálicos	1,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4,6
Fabricação de produtos do fumo	0,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,1
Fabricação de produtos de madeira	28,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	15,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,1
Fabricação de produtos químicos	1,5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	1,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	9,9
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,3
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,4
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,1
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,1
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,8
TOTAL	100,0

FONTE: SEFA

Da mesma forma que em outros territórios, as atividades líderes parecem proporcionar encadeamentos produtivos pouco significativos, impedindo maior expansão do tecido produtivo e, conseqüentemente, do emprego e da renda.

Parte relevante desse produto concentra-se em apenas dois municípios, São Mateus do Sul e União da Vitória, onde se localizam atividades respectivamente associadas à extração e beneficiamento de derivados do petróleo e à extração e beneficiamento de madeira (tabela 4.17).

TABELA 4.17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DISTRIBUIÇÃO (%)
Antônio Olinto	0,1
Bituruna	8,5
Cruz Machado	2,7
General Carneiro	5,9
Paula Freitas	2,1
Paulo Frontin	1,0
Porto Vitória	1,0
São Mateus do Sul	48,0
União da Vitória	30,6
TOTAL	100,0

FONTE: SEFA

4.2.2 Serviços

Os empregos formais no setor de serviços do território têm se expandido em ritmo semelhante aos do Paraná, de modo a manter estável sua participação no número total de empregos e estabelecimentos desse setor no Estado (tabela 4.18). Sua performance está associada ao comércio varejista que, segundo a RAIS, entre 1995 e 2000, cresceu 30,1%; entre 2000 e 2005 seu crescimento foi ainda maior, registrando 56,9%.

TABELA 4.18 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA E NO ESTADO - PARANÁ - 1995-2005

ANO	EMPREGOS FORMAIS			ESTABELECIMENTOS		
	Território União da Vitória	Paraná	%	Território União da Vitória	Paraná	%
1995	7 423	987 429	0,8	1 129	88 153	1,3
2000	9 670	1 130 971	0,9	1 610	119 951	1,3
2005	12 286	1 443 518	0,9	2 032	157 858	1,3

FONTE: MTE - RAIS

No primeiro quinquênio analisado, houve expansão de 2.247 registros de empregos no setor de serviços, dos quais 560 foram gerados pelo comércio varejista. Entre 2000 e 2005, a atividade acentua sua relevância, de forma a representar 51,6% dos 2.616 postos de trabalho adicionais em todo o setor de serviços local.

Entre os municípios do território, São Mateus do Sul e União da Vitória concentravam mais de 60% dos empregos formais e estabelecimentos do setor de serviços.

TABELA 4.19 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E DE ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Antônio Olinto	298	2,4	33	1,6
Bituruna	827	6,7	152	7,5
Cruz Machado	782	6,4	122	6,0
General Carneiro	875	7,1	146	7,2
Paula Freitas	371	3,0	40	2,0
Paulo Frontin	237	1,9	45	2,2
Porto Vitória	218	1,8	45	2,2
São Mateus do Sul	3 401	27,7	468	23,0
União da Vitória	5 277	43,0	981	48,3
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	12 286	100,0	2 032	100,0

FONTE: MTE - RAIS

A Administração Pública era responsável, em 2005, por 27,2% dos empregos no setor de serviços. Entre 1995 e 2000, o número de empregos ligados à Administração Pública cresceu 11,2%, e entre 2000 e 2005, 10,9% (tabela 4.19).

Especificamente, as atividades de comércio e reparação de veículos e comércio a varejo de combustíveis registraram crescimento significativo na década compreendida entre 1995 e 2005. Em conjunto, detinham, em 2005, 980 empregos formais, e em 1995 eram 420. Sua participação no número de estabelecimentos do setor cresceu de 8,3% em 1995 para 10,8% em 2005.

Os serviços prestados principalmente às empresas contam, ainda, com discreta participação no número de empregos formais e estabelecimentos registrados – 4,5% e 5,9%, respectivamente (tabela 4.20). Contudo, o número de empregos associados a essa atividade aumentou de forma consistente, acumulando 54,3% entre 1995 e 2000. O ritmo nos cinco anos seguintes decresce, mantendo-se, contudo, relevante: a expansão acumulada de 28,9% acompanha o setor de serviços do território (27%).

TABELA 4.20 - EMPREGO FORMAL E ESTABELECIMENTOS DO SETOR DE SERVIÇOS, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREGOS FORMAIS		ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Comércio e reparação de veículos e comércio a varejo de combustíveis	980	8,0	219	10,8
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	463	3,8	93	4,6
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	3 727	30,3	946	46,6
Alojamento e alimentação	414	3,4	127	6,3
Transporte terrestre	576	4,7	81	4,0
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	22	0,2	13	0,6
Correio e telecomunicações	55	0,4	15	0,7
Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	170	1,4	23	1,1
Seguros e previdência privada	1	0,0	1	0,0
Atividades auxiliares da intermediação financeira	3	0,0	4	0,2
Atividades imobiliárias	43	0,3	19	0,9
Aluguel de veículos e máquinas sem condutores e de objetos pessoais e domésticos	7	0,1	5	0,2
Atividades de informática e conexas	15	0,1	6	0,3
Serviços prestados principalmente às empresas	549	4,5	119	5,9
Administração Pública, defesa e seguridade social	3 341	27,2	28	1,4
Educação	623	5,1	36	1,8
Saúde e serviços sociais	575	4,7	113	5,6
Limpeza urbana e esgoto, e atividades conexas	32	0,3	2	0,1
Atividades associativas	494	4,0	120	5,9
Atividades recreativas, culturais e desportivas	122	1,0	28	1,4
Serviços pessoais	54	0,4	15	0,7
Serviços domésticos	20	0,2	19	0,9
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	12 286	100,0	2 032	100,0

FONTES: MTE - RAIS

4.2.3 Agropecuária

Neste item, são identificados e quantificados os tipos de estabelecimentos agropecuários, bem como analisadas as variáveis selecionadas com a estratificação da área segundo os tipos de estabelecimentos; a evolução do nível de concentração do acesso a terra; o uso e a procedência da força de tração, máquinas e equipamentos; o uso da terra realizado pelos estabelecimentos familiares, o valor bruto da produção dos principais produtos das lavouras e

criações; a evolução da área e o rendimento das lavouras; a evolução do rebanho animal; e os principais produtos da silvicultura em termos de valor bruto da produção.

É necessário chamar a atenção para o fato de que essa análise está baseada nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 – o último disponível. Retrata, portanto, uma realidade de mais de dez anos. No entanto, acredita-se que os dados analisados dão conta de questões estruturais que, somadas ao conjunto dos dados analisados nesse estudo, compõem um quadro geral do setor.

4.2.3.1 Tipologia dos estabelecimentos agropecuários

O território União da Vitória possuía 10.578 estabelecimentos agropecuários em 1995/1996, que representavam 3,2% do total dos estabelecimentos do Estado (tabela 4.21). Esse conjunto de estabelecimentos estava distribuído desigualmente entre os nove municípios que compõem o território, sendo que Porto Vitória tinha o menor número (286), e São Mateus do Sul, o maior (2.877). Além da marcante diferença no número de estabelecimentos, decorrência evidente das diferentes áreas municipais, havia também distinção entre os estabelecimentos no que concerne ao relevo, à fertilidade natural e às atividades produtivas empreendidas em cada município.

TABELA 4.21 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS NO ESTADO E NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PARANÁ		TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	216 069	66,0	8 239	77,9
Familiar empregador	78 696	24,0	1 875	17,7
Não-familiar	32 846	10,0	464	4,4
TOTAL	327 611	100,0	10 578	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

Havia no território evidente predominância do tipo de estabelecimento agropecuário familiar, que congrega unidades produtivas que utilizavam exclusivamente mão-de-obra doméstica. A segunda categoria mais freqüente foi o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão-de-obra com contratação de terceiros. Finalmente, tem-se o estabelecimento não-familiar, que contrata a maior parte da mão-de-obra. Estes últimos foram os menos freqüentes. A distribuição foi a mesma observada em todo o Estado, mas no território União da Vitória o tipo familiar ocorre com maior freqüência (77,9%) em relação aos outros dois tipos, quando comparado ao total do Paraná (66%).

Para efeito da descrição que segue, são agregados em um único tipo o estabelecimento familiar e o familiar empregador, em contraste com o não-familiar.

4.2.3.2 Estrutura fundiária

Esse item apresenta a distribuição dos tipos de estabelecimentos por meio de sua frequência relativa e da respectiva área total, segundo a estratificação utilizada para efetuar o enquadramento dos agricultores beneficiários dos programas de crédito do Governo Federal. A partir desse quadro, nota-se, inicialmente, que o tipo de estabelecimento não-familiar, tanto no Estado (10,0%) quanto no território (4,4%), apropriou-se proporcionalmente da maior parcela da área total, ou seja, 44,3% e 24,2%, respectivamente (tabela 4.22).

TABELA 4.22 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA ÁREA, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECEMENTO NO ESTADO E NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECEMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Paraná		Território União da Vitória	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Familiar	90,0	55,7	95,6	75,8
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	85,4	35,5	89,9	47,7
Maior que 4 módulos fiscais	4,6	20,2	5,7	28,1
Não-familiar	10,0	44,3	4,4	24,2
De 4 módulos fiscais e menos	5,7	3,9	2,3	1,8
Maior que 4 módulos fiscais	4,4	40,4	2,1	22,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) Módulo fiscal varia de 16 a 24 hectares nos municípios do território (INCRA).

O tipo familiar foi relativamente mais freqüente em relação ao Estado, predominando unidades produtivas com área total de quatro módulos fiscais e menos (89,9%). Por outro lado, as unidades familiares e não-familiares do território, com acima de quatro módulos fiscais, que representavam 7,8% dos estabelecimentos, ocupavam em torno da metade da área total (ver tabela 4.22).

Em termos gerais, a área média dos estabelecimentos agropecuários do território, apesar de próxima, era superior à do Estado (tabela 4.23).

TABELA 4.23 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECEMENTOS E A ESTRATIFICAÇÃO DOS MÓDULOS FISCAIS DO ESTADO E DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECEMENTO	ÁREA MÉDIA (ha)	
	Paraná	Território União da Vitória
Familiar	23,4	31,2
De 4 módulos fiscais ⁽¹⁾ e menos	15,7	20,9
Maior que 4 módulos fiscais	166,1	194,5
Não-familiar	166,8	216,8
De 4 módulos fiscais e menos	26,0	31,0
Maior que 4 módulos fiscais	348,9	415,9
TOTAL	37,8	39,3

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) O módulo fiscal varia de 16 a 24 hectares nos municípios do território (INCRA).

Os tipos de estabelecimentos familiar e não-familiar apresentavam área média em torno de 30% superior àquela verificada para o Estado Paraná. Observa-se, ainda, que a área média para os dois tipos nos dois estratos, menor e maior que quatro módulos fiscais, era também maior no território.

Essa característica territorial, de áreas médias maiores e maior proporção de área total nos estratos de área acima de quatro módulos fiscais, constituem elemento indicativo da ocorrência de concentração do acesso a terra, mensurada mediante o Índice de Gini (tabela 4.24).

TABELA 4.24 - ÍNDICE DE GINI DO ACESSO A TERRA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1970/1995

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI ⁽¹⁾			
	1970	1980	1985	1995
Antônio Olinto	0,544	0,601	0,638	0,636
Bituruna	-	0,737	0,744	0,660
Cruz Machado	0,397	0,516	0,572	0,595
General Carneiro	0,791	0,821	0,817	0,778
Paula Freitas	0,592	0,703	0,689	0,682
Paulo Frontin	0,549	0,535	0,549	0,553
Porto Vitória	0,485	0,538	0,535	0,544
São Mateus do Sul	0,672	0,721	0,698	0,732
União da Vitória	0,732	0,753	0,743	0,741
PARANÁ	0,634	0,686	0,692	0,686

FONTE: IBGE - Censo agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) Medida de desigualdade que mensura a distância do real acesso a terra, com a perfeita equidistribuição dos estabelecimentos com a área (ha), variando de 0 (zero) a 1. Níveis de concentração: fraca - menor de 0,251; média - de 0,251 a 0,500; forte - de 0,501 a 0,700; muito forte - de 0,701 a 0,900; absoluta - de 0,901 a 1,0.

Entre os anos 1970 e 1985 ocorreu no Paraná forte processo de concentração do acesso a terra, e entre 1985 e 1995 verificou-se pequena redução. Esse processo ocorreu igualmente, com pequenas variações, nos municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória.

Em 1995, dos nove municípios do território três (General Carneiro, São Mateus do Sul e União da Vitória) apresentaram nível de concentração muito forte. O município de Cruz Machado foi o único que mostrou contínuo crescimento do nível de concentração do acesso a terra, no período de 1970 a 1995, passando de concentração média para forte.

4.2.3.3 Procedência da força de tração e de maquinaria

O processo de terceirização na execução dos trabalhos agrários evidenciado em outras localidades do Estado do Paraná não ocorreu com a mesma intensidade no território União da Vitória (tabela 4.25).

TABELA 4.25 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS TIPOS DE ESTABELECIMENTO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO ESTADO E NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/1996

TIPO DE ESTABELECIMENTO E PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	ESTABELECIMENTOS			
	Paraná		Território União da Vitória	
	Abs.	%	Abs.	%
Familiar	294 765	100,0	10 114	100,0
Próprios	113 446	38,5	5 280	52,2
Terceiros	126 179	42,8	3 191	31,6
Sem uso de tração	55 140	18,7	1 643	16,2
Não-familiar	32 846	100,0	464	100,0
Próprios	17 056	51,9	264	56,9
Terceiros	9 692	29,5	94	20,3
Sem uso de tração	6 098	18,6	106	22,8
TOTAL	327 611	-	10 578	-

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

Neste território, os estabelecimentos agropecuários familiares e não-familiares utilizavam principalmente a força de tração própria nos trabalhos agrários, com taxas acima das verificadas para o Paraná. O diferencial está entre os tipos de estabelecimentos sem uso de força de tração, pois a frequência do não-familiar (22,8%) no território foi superior ao observado no Paraná (18,6%), enquanto ocorreu o contrário com o familiar.

4.2.3.4 Uso da terra

O uso da terra nos estabelecimentos agropecuários familiares do território União da Vitória foi analisado a partir de vários cruzamentos, contemplando pecuária, pastagem e matas (tabela 4.26).

O conjunto de estabelecimentos familiares com a presença de pecuária representava 93,3% dos estabelecimentos, acessava 93,9% da área total, utilizava 95,7% do pessoal ocupado e detinha 96% do valor bruto da produção vendida. Nos estabelecimentos com pecuária, verificou-se que a combinação de atividades mais freqüente (46,4%) era a de grandes e pequenos animais com pastagem e mata.

A maior parte (72,6%) dos estabelecimentos familiares combinava o uso da terra com mata. Dessa forma, vale destacar que mais de dois terços dos estabelecimentos familiares possuíam áreas de matas, independentemente de constituírem áreas de preservação permanente, proteção de nascentes ou mata ciliar.

TABELA 4.26 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, PESSOAL OCUPADO (EH) E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO VENDIDA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES, SEGUNDO O USO DA TERRA, NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/1996

USO DA TERRA	ESTABELECIMENTOS			
	TOTAL	Área (ha)	Pessoal Ocupado EH ⁽¹⁾	VBPV ⁽²⁾ (R\$ mil)
Com pecuária (A)	9 435	295 707	28 040	49 530
Grandes animais ⁽³⁾	435	19 832	952	2 267
Com pastagem	250	15 325	495	1 299
Com mata	192	13 168	387	922
Sem mata	58	2 157	108	377
Sem pastagem	155	4 200	392	903
Com mata	107	3 703	277	758
Sem mata e outra condição	48	498	115	145
Sem declaração	30	307	65	65
Pequenos animais ⁽⁴⁾	84	723	173	467
Com pastagem	26	227	50	78
Com mata	20	204	38	61
Sem mata	6	23	12	17
Sem pastagem	57	495	119	382
Com mata	32	233	68	151
Sem mata e outra condição	25	261	51	231
Sem declaração	1	2	4	8
Grandes e pequenos animais ⁽³⁾⁽⁴⁾	8 916	275 151	26 915	46 796
Com pastagem	6 032	231 770	18 591	37 642
Com mata	4 689	203 054	14 564	22 719
Sem mata	1 343	28 716	4 027	14 923
Sem pastagem	2 723	42 661	7 936	8 754
Com mata	1 885	36 805	5 553	6 811
Sem mata e outra condição	838	5 856	2 383	1 943
Sem declaração	161	720	388	400
Sem pecuária (B)	679	19 374	1 260	2 080
Com pastagem	124	6 233	236	321
Com mata	97	5 653	178	223
Sem mata	27	580	59	98
Sem pastagem	425	12 226	793	1 410
Com mata	317	10 728	587	1 029
Sem mata e outra condição	108	1 497	206	381
Sem declaração	130	916	231	350
Total com pastagem ⁽⁵⁾	6 432	253 554	19 372	39 339
Com mata ⁽⁶⁾	4 998	222 079	15 166	23 925
Sem mata	1 434	31 475	4 206	15 415
Total sem pastagem	3 360	59 582	9 240	11 449
Com mata	2 341	51 470	6 485	8 749
Sem mata e outra condição ⁽⁷⁾	1 019	8 112	2 754	2 699
Total sem declaração ⁽⁸⁾	322	1 945	689	823
TOTAL GERAL (A + B)	10 114	315 081	29 300	51 610,5

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo IAPAR.

(1) Corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

(2) Valor Bruto da Produção Vendida menos a receita recebida com a venda de máquinas.

(3) Estab. com a presença de um ou mais dos seguintes tipos de animais: asininos, bovinos, bubalinos, eqüinos e muares.

(4) Estab. com a presença de um ou mais dos animais: abelhas, aves, caprinos, coelhos, bicho-da-seda, ovinos e suínos.

(5) Estabelecimento com pastagem natural e/ou plantada.

(6) Estabelecimento com mata natural e/ou plantada.

(7) Estabelecimento com terras em descanso, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis.

(8) Estabelecimento sem informação de área de pastagem, mata e outra condição.

4.2.3.5 Valor bruto da produção agropecuária

Duas atividades pecuárias e oito de lavouras destacam-se no território. No período 2003-2005, esses dez produtos representaram mais de 87% do total do valor bruto da produção agropecuária (tabela 4.27). Dentre eles, destacam-se as atividades com madeira e milho, que, juntas, perfazem mais da metade do valor bruto da produção. O território apresentou uma pauta definida de produtos, principalmente porque as alterações verificadas são basicamente em termos de posicionamento relativo do valor bruto da produção.

TABELA 4.27 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS E REBANHOS E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2003/2005

2003			2004			2005		
Produto	VBP (R\$ mil)	%	Produto	VBP (R\$ mil)	%	Produto	VBP (R\$ mil)	%
Madeira	345 824,8	42,9	Madeira	530 512,9	52,4	Madeira	617 012,8	58,0
Milho	90 700,3	11,2	Milho	86 910,8	8,6	Milho	59 382,4	5,6
Feijão	62 159,6	7,7	Soja	55 187,2	5,4	Feijão	54 584,3	5,1
Soja	49 927,7	6,2	Feijão	45 220,9	4,5	Fumo	46 283,1	4,3
Batata lisa	36 084,9	4,5	Fumo	37 101,1	3,7	Batata Lisa	45 273,0	4,3
Erva-mate	30 311,1	3,8	Suíno	31 337,2	3,1	Erva-mate	38 756,2	3,6
Fumo	27 815,6	3,4	Erva-mate	30 916,9	3,1	Soja	30 014,7	2,8
Bovino	26 684,9	3,3	Carvão vegetal	27 012,9	2,7	Suíno	27 958,3	2,6
Suíno	21 731,7	2,7	Batata lisa	22 989,8	2,3	Carvão vegetal	27 621,5	2,6
Mandioca	18 057,9	2,2	Bovino	22 416,8	2,2	Bovino	20 110,4	1,9
TOTAL	709 298,5	87,9	TOTAL	889 606,7	87,8	TOTAL	966 996,8	90,9
TERRITÓRIO UNIÃO			TERRITÓRIO			TERRITÓRIO		
DA VITÓRIA	806 568,6	100,0	UNIÃO DA VITÓRIA	1 012 725,0	100,0	UNIÃO DA VITÓRIA	1 064 117,1	100,0

FONTE: SEAB-PR/DERAL

A madeira tem se transformado numa opção de renda para os agricultores, em virtude do crescimento de sua demanda para a composição de outros produtos manufaturados, além do papel, celulose e lenha. As espécies arbóreas mais cultivadas, por sua rusticidade e baixa exigência de fertilidade, são o pinus e o eucalipto. Pelos requerimentos de capital e pelo retorno do investimento no médio prazo, seu cultivo é condicionado aos agricultores familiares com área superior a quatro módulos fiscais e aos não-familiares.

No território não se verificou a presença do leite entre os produtos mais importantes, em termos de valor bruto da produção, porque a finalidade principal do rebanho bovino é para corte.

4.2.3.6 Produção e área das principais culturas

No território é cultivada a maior parte das lavouras temporárias que também fazem parte da pauta dos produtos de outros municípios de diferentes condições edafoclimáticas do Paraná. Da tabela 4.28 constam o montante da área cultivada e o rendimento médio obtido no período de 2003 a 2005.

TABELA 4.28 - ÁREA E RENDIMENTO MÉDIO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2003/2005

PRINCIPAIS LAVOURAS	ÁREA MÉDIA (ha)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Arroz-sequeiro	4 735	4 915	4 985	1 809	1 820	437
Aveia-branca	-	-	-	-	-	-
Aveia-preta	1 570	2 000	1 900	1 162	907	730
Batata lisa (safra da seca)	1 800	1 470	1 270	14 944	16 320	8 157
Batata lisa (safra da água)	2 070	2 000	2 100	21 232	21 198	28 005
Cevada	2 655	1 444	722	2 815	2 348	1 668
Feijão (safra da seca)	4 600	4 400	4 750	1 470	1 232	983
Feijão (safra da água)	31 100	28 500	31 000	1 488	1 498	1 352
Mandioca (consumo humano)	337	355	320	17 920	18 620	17 625
Mandioca (indústria)	4 783	4 748	4 665	16 292	16 356	16 384
Milho	59 300	57 500	57 700	5 442	5 312	4 005
Milho (safrinha)	5 300	4 700	4 500	3 012	2 591	1 178
Soja	23 860	27 400	29 480	3 201	2 800	2 204
Soja (safrinha)	1 000	2 100	400	2 500	2 019	1 145
Trigo	1 520	2 042	1 220	2 639	2 417	1 701

FONTE: SEAB/DERAL

Milho e feijão ocupam a maior parte da área cultivada. As lavouras de soja, batata lisa (safra das águas) e arroz obtiveram expansão de área de cultivo. No entanto, entre os produtos cultivados apenas a batata lisa (safra das águas) e mandioca (indústria) apresentaram crescimento da produtividade. As quedas nos rendimentos podem ser atribuídas a condições climáticas adversas e/ou à redução no uso da tecnologia recomendada, ocasionada pela elevação nos custos de produção para seu emprego.

4.2.3.7 Rebanho

Considerando-se o efetivo do rebanho dos principais animais no território, constata-se que, no período de 2003 a 2005, o maior plantel é o de bovinos, seguido pelo de suínos (tabela 4.29).

TABELA 4.29 - NÚMERO DE CABEÇAS E VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS REBANHOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2003/2005

REBANHO	N.º DE CABEÇAS			VARIAÇÃO (%)	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Bovino	122 600	110 370	118 320	-10,0	7,2
Bubalino	1 625	1 320	358	-18,8	-72,9
Caprino	5 705	5 400	5 490	-5,3	1,7
Eqüino	8 480	12 930	12 140	52,5	-6,1
Ovino	24 410	25 400	26 800	4,1	5,5
Muar	1 345	1 435	1 026	6,7	-28,5
Suíno	120 180	121 700	108 200	1,3	-11,1

FONTE: SEAB/DERAL

O comportamento do rebanho de ovinos é totalmente diferente dos demais, pois obtém crescimento nos dois períodos considerados. No período 2004-2005 os rebanhos de bubalinos, muares e suínos foram os que relativamente mais decresceram.

O rebanho de caprinos também decresceu no período 2003-2005. Dessa forma, o comportamento do rebanho caprino é totalmente diferente do que acontece em outros territórios, cujo acréscimo do rebanho foi sustentado inicialmente pela difusão da criação incentivada por programa governamental.

4.2.3.8 Silvicultura

O principal produto da silvicultura no período de 2001 a 2005 era a madeira, “em toras” e “para outras finalidades”. Juntas, representavam mais de 84,0% do valor da produção dos produtos da silvicultura no território (tabela 4.30). Em 2005, os dois produtos citados aumentaram a participação relativa no valor da produção, em virtude da redução da madeira para fabricação de papel e celulose e de lenha. Com isso, é possível que nos próximos anos expanda-se a produção desse tipo de madeira, principalmente porque se trata de uma atividade de médio e longo prazo para realização.

TABELA 4.30 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS DA SILVICULTURA, NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2001-2005

PRODUTO DA SILVICULTURA	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO									
	2001		2002		2003		2004		2005	
	VBP (R\$ mil)	%	VBP (R\$ mil)	%	VBP (R\$ mil)	%	VBP (R\$ mil)	%	VBP (R\$ mil)	%
Resinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carvão vegetal	106	0,1	135	0,1	138	0,0	3 176	0,9	2 822	0,6
Madeira para papel e celulose	15 041	11,1	20 059	10,6	22 683	8,2	32 249	9,4	29 681	6,8
Lenha	6 162	4,6	3 408	1,8	3 866	1,4	3 892	1,1	4 560	1,0
Madeira para outras finalidades	49 417	36,6	73 126	38,5	114 211	41,1	135 265	39,5	186 247	42,4
Madeira em tora	64 458	47,7	93 184	49,1	136 894	49,3	167 514	49,0	215 928	49,2
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	135 184	100,0	189 912	100,0	277 792	100,0	342 096	100,0	439 238	100,0

FONTE: SEAB/DERAL

4.3 MEIOS E INSTRUMENTOS

A seguir, analisam-se, de forma seletiva, meios, instrumentos e programas criados para promover maior equidade entre a população em geral e entre os agricultores familiares em particular, dimensionando sua expressão no território.

4.3.1 Fundo de Aval, Crédito, Programas e Projetos

O Governo do Paraná instituiu em 2004 (Lei n.º 14.431, de 16 de junho de 2004) o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, mediante o qual garante

o acesso do agricultor²⁶ ao crédito de investimento do PRONAF. Entre março de 2004 e agosto de 2007 foram realizados no território 278 contratos de crédito rural com a cobertura do fundo de aval paranaense, permitindo o acesso a crédito de investimento no valor de R\$ 1.370.726,60, equivalentes a 2,8% dos recursos assegurados pelo referido fundo no Paraná (tabela 4.31). Considerando-se a estrutura fundiária da região, as pendências em regularização fundiária e a perspectiva de ampliação da extensão rural, prevê-se uma ampliação do uso do Fundo de Aval pela agricultura familiar que compõe o território.

TABELA 4.31 - NÚMERO DE CONTRATOS, VALOR GARANTIDO E PARTICIPAÇÃO DO FUNDO DE AVAL EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2004-AGO 2007

MUNICÍPIO	FUNDO DE AVAL		
	N.º de Contratos	Valor Garantido (R\$)	Participação (%)
Bituruna	1	5 000,00	0,5
Cruz Machado	106	504 018,00	36,7
General Carneiro	2	8 425,00	0,7
São Mateus do Sul	135	707 871,60	51,6
União da Vitória	34	145 412,00	10,5
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	278	1 370 726,60	⁽¹⁾ 2,8
PARANÁ	8 137	48 091 621,50	100

FONTES: SEAB/DERAL

(1) Refere-se à participação do território União da Vitória no total do Estado.

Os municípios de São Mateus do Sul e Cruz Machado lideram o acesso ao Fundo de Aval, com participações de 51,5% e 36,7%, respectivamente, dos recursos aplicados na região. Os municípios de Antônio Olinto, Paula Freitas, Paulo Frontin e Porto União não utilizaram a referida política pública, no período analisado, mesmo estando disponível para todos os agricultores que se enquadravam nos critérios estabelecidos.

O território União da Vitória apresenta um elevado percentual de propriedades rurais com algum problema de regularização fundiária. O processo de colonização da região e a sucessão familiar nas pequenas propriedades ocorreram sem as respectivas emissões de posses e registros cartorários em grande parte das transmissões de direitos a terra. Segundo estimativas do Núcleo Regional da SEAB, cerca de 20% dos estabelecimentos familiares do território não possuem suas terras com a devida regularização fundiária, circunstância que dificulta o acesso às políticas públicas que pressupõem a comprovação da posse da terra.

O Programa de Regularização Fundiária, coordenado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Neociências (ITCG), após avaliação, estabelecerá as metas para o atendimento da regularização da situação dominial, o que deverá ser efetivado por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural e Inclusão Social.

²⁶ A Agência de Fomento do Paraná oferece aval aos agricultores enquadrados no grupo C do PRONAF.

O reordenamento territorial, por meio do crédito fundiário, tem sido irrisório no território, com apenas 1,9% dos beneficiários desta política no Estado desde o seu início. A aquisição de terras por meio de crédito pelo Programa Banco da Terra e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, entre 2000 e 2007, atendeu a 61 famílias rurais, sendo 42 concentradas no município de Cruz Machado, o qual priorizou essa modalidade de empreendimento na área rural (tabela 4.32).

TABELA 4.32 - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS, DE BENEFICIÁRIOS E ÁREA ADQUIRIDA POR MEIO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000-2007

MUNICÍPIO	CRÉDITO FUNDIÁRIO		
	N.º de Empreendimentos	N.º de Beneficiários	Área (ha)
Antônio Olinto	1	3	36,30
Bituruna	1	5	28,25
Cruz Machado	3	42	725,39
Paula Freitas	1	1	12,10
Paulo Frontin	1	2	11,30
União da Vitória	3	8	103,04
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	10	61	916,38
PARANÁ	234	3 245	27 550,56
TERRITÓRIO/PARANÁ (%)	4,3	1,9	3,3

FONTE: Programa Nacional de Crédito Fundiário/Unidade Técnica Estadual

NOTA: As informações referem-se ao Programa Banco da Terra (2000-2003) e ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (2004-2007), ambos coordenados pelo MDA/SRA.

A região de União da Vitória não desenvolveu projetos tipicamente territoriais. Segundo a Secretaria Executiva do PRONAF/PR, em 2004 foi aprovado um Projeto Intermunicipal com apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT) no valor de R\$ 120.000,00, para estruturação de uma Casa Familiar Rural. A unidade foi instalada em São Mateus do Sul atendendo a jovens do município-sede, Antônio Olinto e São João do Triunfo. E, em 2005, a mesma fonte contribuiu com R\$ 38.700,00 na estruturação da Casa Familiar de Bituruna.

É preciso, ainda, fazer referência ao Projeto Paraná 12 Meses, por este ter apoiado, entre os anos 1998 e 2006, a adequação e a proteção ambiental e a modernização tecnológica, e, ainda, ter amenizado as condições sociais adversas no meio rural.²⁷

Durante a vigência do Projeto Paraná 12 Meses, foram aplicados R\$ 10.649.398,99, equivalentes a 1,8% do recurso total, no território. Destaca-se que o Projeto beneficiou todos os municípios, porém de forma diferenciada: enquanto o município de São Mateus do Sul

²⁷ O Projeto Paraná 12 Meses atuou mediante ações em habitação, saneamento, saúde, educação, geração de renda e emprego, organização comunitária e cidadania, implantação de vilas rurais para trabalhadores volantes, recuperação de solos e aumento da produção e da produtividade da agricultura paranaense. As ações concentraram-se em microbacias, propriedades rurais e grupos de agricultores, sem priorização regional.

acessou R\$ 1.973.729,58, o maior volume de recursos, o município de Porto Vitória utilizou apenas R\$ 413.741,60 (tabela 4.3).

TABELA 4.33 - VALORES APLICADOS PELO PROJETO PARANÁ 12 MESES, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1998-2006

MUNICÍPIO	VALORES APLICADOS PELO PARANÁ 12 MESES (R\$)			
	TOTAL	BIRD	Estado	Terceiros
Antônio Olinto	1 555 431,62	1 146 201,59	353 452,43	55 777,60
Bituruna	1 433 851,31	1 064 727,36	311 919,87	57 204,08
Cruz Machado	1 452 933,67	1 028 063,37	308 474,60	116 395,70
General Carneiro	547 524,21	345 641,21	141 169,85	60 713,15
Paula Freitas	992 767,62	690 951,54	264 125,42	37 690,66
Paulo Frontin	640 997,83	476 081,04	128 888,35	36 028,24
Porto Vitória	413 741,60	280 618,34	93 388,49	39 734,77
São Mateus do Sul	1 973 729,58	1 460 932,24	445 141,12	67 656,22
União da Vitória	1 638 421,55	1 295 552,40	315 103,83	27 765,32
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	10 649 398,99	7 788 769,09	2 361 663,96	498 965,74
PARANÁ	563 742 445,87	363 041 008,60	184 331 273,82	16 370 163,45

FONTE: SEAB/UGP - Projeto Paraná 12 Meses

NOTA: Dados obtidos no Relatório eletrônico.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado por meio do Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996, “[...] com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares,²⁸ de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 2007).

Os contratos realizados mediante o PRONAF no território apresentaram variação positiva no período entre 2000 e 2007, sendo que entre os anos agrícolas de 2000/2001 e 2003/2004 a variação (16,8%) foi superior à ocorrida no Estado (11,2%) e no período 2003/2004 e 2006/2007 a variação no território (7,3%) foi inferior à do Paraná (17,3%). Nos períodos analisados, a participação do território em relação à do Paraná não apresentou fortes oscilações, ficando em torno de 4% (tabela 4.34).

²⁸ Podem acessar o financiamento os agricultores familiares proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário que produzam na terra, residam no estabelecimento ou próximo a ele e utilizem força de trabalho familiar. Podem obter financiamento do PRONAF, também, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, os silvicultores, os aquícultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa. Para obter acesso, o agricultor necessita da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que identifica e classifica em um dos grupos do PRONAF, para acessar o crédito. A DAP é emitida pelas entidades autorizadas pelo governo, como, por exemplo: institutos oficiais de ATER, INCRA, FETRAF, CNA, CONTAG, sindicatos, entre outras. É necessário o comparecimento do casal (em casos de relação conjugal estável), comprovação da posse da terra, bem como possuir cédula de identidade e CPF.

TABELA 4.34 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E VARIAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	CONTRATOS							
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		Variação (%)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	2000/2001- 2003/2004	2003/2004- 2006/2007
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	4 562	3,9	5 330	4,1	6 837	4,5	16,8	7,3
PARANÁ	116 178	100,0	129 234	100,0	151 550	100,0	11,2	17,3

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acesso em: set. 2007.

Em relação ao volume de recursos, verifica-se que a participação do território no Estado caiu de 3,8% em 2000/2001, para 2,9% em 2003/2004. E, mesmo tendo aumentado a participação para 3,5% em 2006/2007, esta não ultrapassou o primeiro período analisado, a despeito de o número de contratos, naquele ano, ter sido o maior entre os três períodos analisados (tabela 4.35).

TABELA 4.35 - MONTANTE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS CONTRATOS DO PRONAF, SEGUNDO OS ANOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2007

LOCAL	MONTANTE (R\$)					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	12 028 431,05	3,8	15 848 037,71	2,9	34 933 393,54	3,5
PARANÁ	313 792 156,08	100,0	546 672 189,00	100,0	995 070 093,83	100,0

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTAS: Valores correntes.

Dados extraídos de www.mda.gov.br/saf. Acessado em setembro de 2007.

Entre os municípios do território, tanto o número de contratos quanto o volume monetário variaram nos períodos analisados. Destaca-se o município de União da Vitória, que, ao contrário dos demais municípios, apresentou forte queda no número de contratos, bem como no montante, entre os anos agrícolas de 2000/2001 e 2003/2004, registrando um pequeno crescimento em 2006/2007. Os municípios que apresentaram as menores participações, nos anos analisados, foram General Carneiro e Porto Vitória, cada um com menos de 3% do total dos contratos ocorridos. Por outro lado, os municípios de São Mateus do Sul, Cruz Machado e Bituruna somaram mais de 60% dos contratos do território, nos três períodos analisados (ver Apêndice – tabela A.4.1).

O PRONAF financia quatro tipos de crédito: investimento, custeio, quota-parte e comercialização. No Paraná, os dados disponibilizados pelo Banco Central mostram apenas

os créditos de investimento e custeio²⁹. A modalidade custeio representou, nos anos analisados, a maior parte dos contratos do PRONAF. Em 2000/2001 o custeio representou em torno de 92% dos contratos realizados, movimentando 51,9% do montante. Nos dois períodos seguintes, aproximadamente 90% dos contratos foram realizados nessa modalidade, tomando 84% do montante em 2003/2004 e 78,6% em 2006/2007 (tabela 4.36).

Dividido em seis grupos de crédito³⁰ (A, A/C, B, C, D e E), cada grupo do PRONAF possui um conjunto de linhas de crédito, que levam em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar combinando, assim, capacidade de endividamento com alternativas de financiamento (ver Apêndice – quadro A.1).

No território, o grupo C foi aquele que mais acessou o PRONAF. Em 2000/2001, esse grupo e o grupo sem enquadramento somavam mais de 85% dos contratos. Já nos anos agrícolas de 2003/2004 e 2006/2007, os grupos C e D foram os maiores tomadores de crédito desse Programa. Observa-se que, no último período analisado, o grupo E aparece com participação de 12% no número de contratos, que representava 28,3% do montante (ver tabela 4.36).

O microcrédito é uma modalidade de financiamento que visa estimular as inclusões econômica e social das populações empreendedoras mais carentes. Criado para atender ao micro e ao pequeno empreendedores, formais ou informais, tem por objetivo a concessão de empréstimos sem burocracia e em condições favoráveis de taxas, juros e garantias. No Paraná, a Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR) é o órgão responsável pela cessão do microcrédito, atuando nessa modalidade de crédito, nos últimos anos, em 340 municípios do Estado.

Os maiores volumes de contratos foram realizados nos anos de 2002 e 2003; nesse período também ocorreu o maior número de inadimplências. Atualmente, o microcrédito está suspenso e passa por estudos para a realização de um novo formato.

No território foram realizadas 625 operações de microcrédito no período de 2001 até o início de 2007. Destas, 55,7% se concentraram nos municípios de General Carneiro e Paula Freitas (tabela 4.37). Os municípios de Cruz Machado e Porto Vitória não obtiveram nenhum contrato nesse período.

²⁹ Segundo BRASIL (2007), crédito para investimento “são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico”. Crédito para custeio “são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros, de acordo com a proposta de financiamento”.

³⁰ Esta classificação tem um propósito operacional e não pretende ser um conceito sociológico relativo aos diversos segmentos da agricultura familiar.

TABELA 4.36 - NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF, POR ANO AGRÍCOLA, SEGUNDO ENQUADRAMENTO E MODALIDADE, NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2007

PRONAF	CONTRATOS						MONTANTE ⁽¹⁾ (R\$ 1,00)					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	Número	%	Número	%	Número	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Modalidade												
Custeio	3 808	83,5	4 900	91,9	6 261	91,6	6 239 048,08	51,9	13 319 000,74	84,0	27 472 397,48	78,6
Investimento	754	16,5	430	8,1	576	8,4	5 789 382,97	48,1	2 529 036,96	16,0	7 460 996,07	21,4
Enquadramento												
Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	1 002	22,0	-	-	-	-	2 082 082,42	17,3	-	-	-	-
Grupo A	122	2,7	46	0,9	4	0,1	1 016 642,13	8,5	120 958,35	0,8	37 813,20	0,1
Grupo A/C	-	-	20	0,4	7	0,1	-	-	44 520,00	0,3	20 992,58	0,1
Grupo B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo C	2 976	65,2	4 229	79,3	3 665	53,6	7 831 701,20	65,1	9 038 791,49	57,0	9 530 869,74	27,3
Grupo D	462	10,1	744	14,0	2 340	34,2	1 098 005,30	9,1	4 125 788,28	26,0	15 456 728,34	44,2
Grupo E	-	-	291	5,5	821	12,0	-	-	2 517 979,59	15,9	9 886 989,68	28,3
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	4 562	⁽²⁾ 3,9	5 330	⁽²⁾ 4,1	6 837	⁽²⁾ 4,5	12 028 431,05	⁽²⁾ 3,8	15 848 037,71	⁽²⁾ 2,9	34 933 393,54	⁽²⁾ 3,5
PARANÁ	116 178		129 234		151 550		313 792 156,08		546 672 189,00		995 070 093,83	

FONTE: FONTE: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de: www.mda.gov.br/saf.

(1) Valores correntes.

(2) Refere-se à participação do território União da Vitória no total do Estado.

TABELA 4.37 - NÚMERO DE OPERAÇÕES E VALOR TOTAL CONTRATADO DO MICROCRÉDITO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	OPERAÇÕES		VALOR CONTRATADO ⁽¹⁾	
	Número	%	R\$	%
Antônio Olinto	17	2,7	75.558,20	3,3
Bituruna	63	10,1	208.732,75	9,1
General Carneiro	237	37,9	952.894,21	41,4
Paula Freitas	111	17,8	420.359,00	18,3
Paulo Frontin	27	4,3	100.410,00	4,4
São Mateus do Sul	87	13,9	308.024,99	13,4
União da Vitória	83	13,3	236.058,86	10,3
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	625	⁽²⁾ 2,0	2.302.038,01	⁽²⁾ 2,1
PARANÁ	31 369		110 552 986,64	

FONTE: Agência de Fomento do Paraná/Microcrédito

NOTAS: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os municípios de Cruz Machado e Porto Vitória não registraram acesso a microcrédito.

(1) Valores corrigidos - abril 2007.

(2) Refere-se a participação do território União da Vitória no total do Paraná.

Comparando-se o valor total contratado pelos municípios do território, em relação ao Estado, constatou-se que eles representaram 2,1% do total do Paraná. Os valores contratados pelos beneficiários desses locais são pequenos – em média, abaixo do teto máximo para o setor informal, que é de R\$ 5.000,00.

Dos sete municípios da região que acessaram microcrédito, o setor outros serviços teve maior participação, com 51,8% de todos os contratos, seguido do comércio, com 41,1% (tabela 4.38).

TABELA 4.38 - NÚMERO DE OPERAÇÕES DO MICROCRÉDITO E DISTRIBUIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGMENTO E SEXO DO BENEFICIÁRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	N.º DE OPERAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO (%)						
		Setor de Atividade			Segmento		Sexo do Beneficiário	
		Comércio	Indústria	Outros serviços	Formal	Informal	Masc.	Fem.
Antônio Olinto	17	64,7	-	35,3	47,1	52,9	41,2	58,8
Bituruna	63	47,6	6,4	46,0	46,0	54,0	40,5	59,5
General Carneiro	237	37,1	2,1	60,8	31,0	69,0	34,8	65,2
Paula Freitas	111	35,1	9,9	55,0	24,8	75,2	30,6	69,4
Paulo Frontin	27	51,9	18,5	29,6	70,4	29,6	44,4	55,6
São Mateus do Sul	87	43,7	11,5	44,8	48,3	51,7	50,6	49,4
União da Vitória	83	44,6	10,8	44,2	39,8	60,2	45,8	54,2
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA (abs.)	625	257	44	324	232	393	243	382

FONTE: Agência de Fomento do Paraná/Microcrédito

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Os municípios de Cruz Machado e Porto Vitória não registraram acesso a microcrédito.

O setor informal registrou, no período 2001-2007, mais de 60% das operações realizadas no território. O setor formal aparece com maior número de contratos apenas no município de Paulo Frontin (70,4%). As mulheres foram as que mais acessaram essa forma de crédito no território (61,1%).

A maior parte do microcrédito foi aplicado em capital fixo, chegando a 94,1% em Antônio Olinto. Paulo Frontin foi o único município que apresentou a maior participação para capital de giro (51,9%) – tabela 4.39.

TABELA 4.39 - VALOR CONTRATADO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2001/2007

MUNICÍPIO	VALOR CONTRATADO ⁽¹⁾ (R\$)	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL (%)		
		Giro	Fixo	Misto
Antônio Olinto	75 558,20	5,9	94,1	-
Bituruna	208 732,75	11,1	77,8	11,1
General Carneiro	952 894,21	0,9	91,0	8,1
Paula Freitas	420 359,00	7,4	70,4	22,2
Paulo Frontin	100 410,00	51,9	18,5	29,6
São Mateus do Sul	308 024,99	12,6	69,0	18,4
União da Vitória	236 058,86	21,7	51,8	26,5
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	2 302 038,01	9,1	76,0	14,9

FONTE: Agência de Fomento do Paraná/Microcrédito

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Os municípios de Cruz Machado e Porto Vitória não registraram acesso a microcrédito.

(1) Valores corrigidos – abril 2007.

4.4 INFRA-ESTRUTURA

Este item traz um inventário da infra-estrutura viária e de armazenagem no território União da Vitória. A finalidade deste levantamento é compreender as condições mais gerais de capacidade de mobilidade da população, da interligação entre os municípios do território e fora dele, e do escoamento e armazenagem da produção.

4.4.1 Infra-Estrutura Viária e Aeroportos

Sistema Rodoviário

O eixo principal do sistema rodoviário do território consiste na rodovia BR-476, denominada “Rodovia do Xisto”. Proveniente de Curitiba, essa rodovia passa por São Mateus do Sul e pelo principal centro urbano do território, o município de União da Vitória. Continua em direção predominantemente oeste e, incorporada à BR-153 e posteriormente à BR-280 até Barracão, interliga todo o sudoeste paranaense e a fronteira argentina com a capital paranaense e o Porto de Paranaguá. De acordo com a classificação definida pelo Departamento de Estradas de Rodagem (PARANÁ, 2006), a extensão total em território paranaense dessa rodovia encontra-se em muito boas condições de trafegabilidade.

Outra ligação importante consiste na rodovia PR-170, que une General Carneiro a Guarapuava. Também segundo critérios do DER, apresenta-se em bom estado de conservação em sua maior parte.

Quanto à malha de estradas municipais, dos cerca de nove mil quilômetros existentes no território³¹, 83,9% encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo análise do EMATER (dez. 2006).

Sistema Aeroportuário

O território possui apenas um pequeno aeroporto público em União da Vitória, com pista asfáltica, que opera uma média mensal de 20 pousos e decolagens.

4.4.2 Armazéns

Segundo o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizado em 2006, do universo de armazéns existentes no Estado o território possui 29, sendo 18 armazéns convencionais e 11 graneleiros. O município de São Mateus do Sul concentra metade dessas estruturas com oito convencionais e seis graneleiros. Os municípios de General Carneiro, Paula Freitas e Porto Vitória não registraram nenhum tipo de armazém, e os municípios de Antônio Olinto, Bituruna e Cruz Machado não possuem armazém graneleiro. Nos municípios do território não existe frigorífico ou armazém para líquidos (tabela 4.40).

TABELA 4.40 - NÚMERO E CAPACIDADE DE ARMAZÉNS, SEGUNDO TIPO E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	ARMAZENAGEM			
	Convencional		Granel	
	Número	Capacidade (t)	Número	Capacidade (t)
Antônio Olinto	2	2 050	-	-
Bituruna	1	2 360	-	-
Cruz Machado	1	860	-	-
Paulo Frontin	4	7 460	2	24 470
São Mateus do Sul	8	11 470	6	37 150
União da Vitória	2	1 800	3	9 240
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	18	26 00 0	11	70 860

FONTE: Companhia Nacional de Abastecimento

NOTA: Os municípios de General Carneiro, Paula Freitas e Porto Vitória não registraram nenhum tipo de armazém.

4.5 PERSPECTIVA ECONÔMICA TERRITORIAL

A seção caracterização econômica finaliza apresentando uma síntese do desempenho econômico no território, a partir de variáveis selecionadas e do cálculo do Quociente Locacional (QL). Ressalva-se que a metodologia empregada não pretende dar conta de toda

³¹ A análise do EMATER foi realizada em dezembro de 2006, porém não contempla a malha viária municipal de Paula Freitas, Paulo Frontin e São Mateus do Sul.

a diversidade e complexidade existente na realidade econômica, mas sim apontar as atividades que têm apresentado algum dinamismo e especialização no território.

4.5.1 Material e Métodos

Para a identificação das atividades econômicas relevantes e a avaliação do dinamismo dos ramos preponderantes na estrutura produtiva do território, foram utilizados dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir das estatísticas relativas ao emprego formal no exercício de 2005, foi calculado o QL para cada uma das 614 classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

A equação do QL é apresentada a seguir:

$$QL_{ij} = (E_{ij} / E_i) / (E_j / E)$$

Em que:

E_{ij} é o número de empregos formais na classe i no território j ;

E_i é o número de empregos formais na classe i no Paraná;

E_j é o número de empregos formais em todas as classes no território j ;

E é o número de empregos formais em todas as classes no Paraná.

De modo a identificar as atividades econômicas nas quais o território é especializado, foram selecionadas as classes que atingiram $QL > 1$. Do total das atividades que atenderam ao critério da especialização, foram extraídas as classes pertencentes ao setor de serviços, partindo do pressuposto de que o crescimento do segmento terciário é determinado sobremaneira por fatores endógenos ao território, refletindo, em grande medida, a evolução da renda gerada pela agropecuária e pela indústria, que se caracterizam por uma relação mais estreita com os mercados externos à região.

Na seqüência, com o intuito de excluir as atividades econômicas inexpressivas em número absoluto de empregos, foram consideradas apenas as classes da CNAE responsáveis por pelo menos 0,5% do total de vínculos empregatícios no território. Por fim, somente para as atividades selecionadas, foram calculadas taxas médias anuais de incremento do emprego formal no período 1995-2005, tendo como referência as variações registradas pelas mesmas atividades em nível estadual. Mais precisamente, o grau de dinamismo de uma atividade econômica no território foi definido a partir da comparação da taxa de crescimento local com o resultado obtido no âmbito do Estado.

4.5.2 Resultados

O território apresentou especialização em quinze atividades econômicas, de acordo com os critérios estabelecidos (tabela 4.41). Desse total, dez registraram taxa média

anual de crescimento do emprego formal superior à média estadual, especificamente no período 1995-2005, o que sinaliza desempenho condizente com a dinâmica do mercado.

TABELA 4.41 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995-2005

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO 1995-2005 (%)	
		Território União da Vitória	Paraná
01.11-2	Cultivo de cereais para grãos	1,3	1,4
01.61-9	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	2,7	0,8
02.11-9	Silvicultura	11,9	15,2
02.12-7	Exploração florestal	6,2	2,0
02.13-5	Atividades de serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	12,3	6,3
14.10-9	Extração de pedra, areia e argila	3,6	0,9
15.59-8	Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal	-3,8	2,9
20.10-9	Desdobramento de madeira	-3,8	-0,2
20.21-4	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada	1,6	3,9
20.22-2	Fabricação de esquadrias de madeira e de casas de madeira pré-fabricadas	5,3	4,0
21.21-0	Fabricação de papel	7,2	-1,2
21.22-9	Fabricação de papelão liso, cartolina e cartão	4,7	3,0
23.21-3	Refino de petróleo	-0,8	-8,4
26.41-7	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso na construção civil	22,0	8,4
45.29-2	Obras de outros tipos	34,0	0,4

FONTE: MTE - RAIS

Por outro lado, cinco ramos anotaram variação inferior ao resultado do Paraná, podendo indicar margem para uma maior expansão do emprego. De um modo geral, a região é especializada em atividades ligadas à agricultura, ao complexo madeireiro-papeleiro ou ao segmento de materiais para a construção civil, com alguma representatividade ainda da produção de hidrocarboneto (xisto). Nesse caso específico, os empregos gerados restringem-se a uma única unidade industrial, localizada em São Mateus do Sul.

Diante disso, pode-se afirmar que o adensamento da base produtiva do território passa necessariamente pela diversificação, seja por meio do desenvolvimento de novas cadeias de produção, ou seja, pela via da promoção de atividades articuladas a segmentos econômicos já existentes, com o objetivo de adicionar valor à produção local.

Nesse sentido, observa-se que diversas atividades dinâmicas em nível estadual, incluindo alguns ramos agroindustriais, são inexpressivas na região, o que pode denotar subaproveitamento das oportunidades de mercado. Como exemplo, pode-se citar a indústria de abate de animais, que vem apresentando contínua expansão no Paraná nos últimos anos, sendo responsável por um considerável número de empregos diretos e indiretos. Obviamente, deve-se considerar que o baixo desenvolvimento de algumas atividades pode estar relacionado a deficiências naturais do território, limitando o potencial de crescimento no âmbito regional.

5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A seguir, apresentam-se dados e indicadores relativos a finanças municipais. Faz-se também o inventário das instituições presentes no território, dos cursos profissionalizantes, dos assentamentos e das comunidades tradicionais. Por último, analisa-se a institucionalidade territorial.

5.1 FINANÇAS MUNICIPAIS

A análise dos dados relativos às finanças municipais busca traçar um perfil financeiro dos municípios do território. Inicialmente, é preciso ter presente que as finanças municipais compõem o quadro mais geral das finanças públicas brasileiras.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 reconheceu os municípios como entes da Federação, e, em decorrência, houve um aumento dos encargos. O crescimento na receita municipal deu-se mais pela participação nas transferências constitucionais do que pela ampliação da sua capacidade tributária. Os municípios têm à sua disposição tributos que se aplicam sobre atividades eminentemente urbanas, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

No território, verifica-se uma correlação negativa média entre receita *per capita* e população, com os municípios de menor população apresentando maior receita *per capita*, conforme pode ser observado na tabela 5.1. A maior receita *per capita* do território está no município menos populoso: Porto Vitória, R\$ 1.164,69. O município de União da Vitória, que é o mais populoso do território, possui a segunda menor renda *per capita* (R\$ 792,18) do território.

TABELA 5.1 - TOTAL DA POPULAÇÃO, RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, *PER CAPITA*, MÉDIA E POR CAPTAÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	POPU- LAÇÃO ESTIMADA 2005	RECEITA ORÇAMEN- TÁRIA (R\$)	RECEITA <i>PER</i> <i>CAPITA</i> ⁽²⁾ (R\$)	RECEITA ⁽¹⁾					
				TOTAL (R\$)	Participação na Receita (%)				
					Tributária ⁽²⁾		Transferência corrente		Capital
					TOTAL	Imposto	TOTAL	FPM	TOTAL
Antônio Olinto	7 203	6 166 869,91	856,15	6 956 444,85	1,7	1,6	51,7	32,7	1,5
Bituruna	17 538	19 431 738,52	1 107,98	21 038 044,01	4,3	3,7	56,1	21,7	3,0
Cruz Machado	18 356	18 617 247,00	1 014,23	20 343 188,00	3,4	3,1	56,3	22,4	0,8
General Carneiro	15 535	11 982 454,00	771,32	13 192 074,00	3,3	2,7	52,2	28,8	3,9
Paula Freitas	5 307	5 327 722,52	1 003,90	6 048 924,65	1,8	1,6	55,5	37,7	-
Paulo Frontin	6 569	6 302 559,59	959,44	7 049 129,82	2,6	2,2	53,7	32,3	2,1
Porto Vitória	4 226	4 921 970,84	1 164,69	5 543 277,56	2,1	1,9	64,6	41,1	1,5
São Mateus do Sul	38 719	34 675 115,15	895,56	37 561 620,48	12,2	11,3	30,6	18,2	3,0
União da Vitória	51 350	40 678 494,12	792,18	43 214 399,31	12,1	8,7	28,0	15,2	0,3

FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

(1) A receita aqui trabalhada é a soma das Receitas Correntes com as Receitas de Capital, não se tratando da Receita Orçamentária (Receita Orçamentária = Receitas Correntes + Receitas de Capital – Deduções das Receitas Correntes).

(2) Dados calculados pelo IPARDES.

A participação das receitas de arrecadação própria é proporcionalmente maior nos municípios mais populosos, enquanto a participação das receitas de transferências o é

naqueles com menor população³². Note-se que a grande maioria dos municípios do território é de base econômica rural. A captação por impostos representa em menos de 4% da receita, com exceção de São Mateus do Sul (11,3%) e União da Vitória (8,7%). As menores participações nesta forma de captação de receita foram registradas em Antônio Olinto e Paula Freitas (ambos com 1,6%) – ver tabela 5.1.

Os municípios do território União da Vitória, de um modo geral, se enquadram no padrão de captação de receita nacional e, em consequência, têm como principal fonte de receitas as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. O FPM representa maior captação de receita para o município de Porto Vitória, 41,1% da receita, e apresenta o menor percentual no município de União da Vitória, 15,2%. O município com maior captação através da cota-parte do ICMS, uma transferência estadual é Antônio Olinto, 29,2% da receita³³.

As despesas correntes representam em média quase 84,3% da despesa total destes municípios, sendo que a despesa com pessoal e encargos sociais é a mais representativa, em média cerca de 38,9% da despesa total. O município que apresenta o maior percentual de gasto em pessoal e encargos sociais é Cruz Machado (43,1%), sendo que São Mateus do Sul registra o menor nível de gasto nesse item (32,1%). Em média, 8,5% do gasto total desses municípios são voltados para despesas de capital, com destaque para a rubrica de investimento, que representa 5,6% da despesa total na média. O município que exhibe o maior percentual de investimento é Paula Freitas – 8,6% da despesa total. O menor nível de investimento está em São Mateus do Sul (3,4%) – tabela 5.2.

TABELA 5.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA TOTAL, POR NATUREZA DO GASTO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DESPESA CORRENTE				DESPESA DE CAPITAL		
	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas	TOTAL	Investimento	Amortização da Dívida
Antônio Olinto	84,4	41,5	0,7	42,2	9,2	6,6	1,0
Bituruna	81,0	35,3	0,2	45,4	6,8	3,9	3,0
Cruz Machado	87,1	43,1	0,2	43,8	7,4	3,9	3,5
General Carneiro	88,5	36,0	0,4	52,1	6,2	4,0	2,0
Paula Freitas	85,9	41,6	0,6	43,7	11,5	8,6	2,1
Paulo Frontin	86,4	37,8	0,0	48,6	11,0	7,7	3,4
Porto Vitória	82,1	40,3	1,4	40,4	12,5	7,2	4,0
São Mateus do Sul	78,0	32,1	0,5	45,3	4,9	3,4	1,4
União da Vitória	85,1	42,6	0,6	41,9	6,5	4,9	1,1

FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

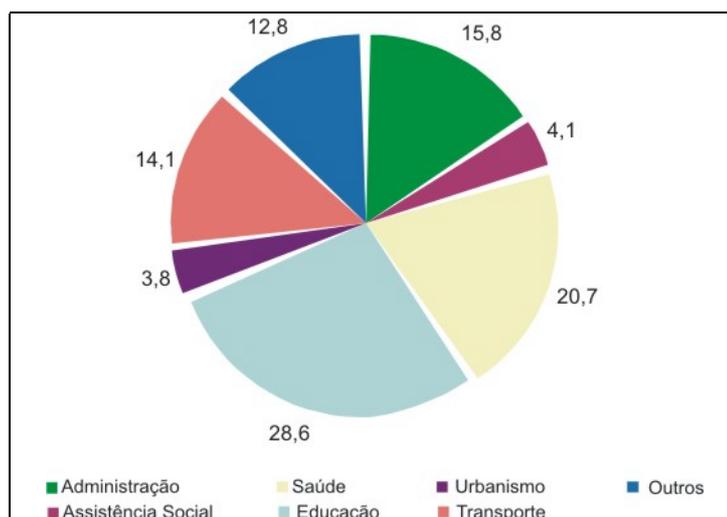
NOTA: Dados calculados pelo IPARDES.

³² As receitas municipais podem ser próprias, captadas e aplicadas pelo município, como é o caso de alguns impostos como o IPTU, ou mediante transferências, que são repasses de recursos captados pelos outros entes da Federação e aplicadas pelo município, como é o caso do FPM.

³³ A receita de cota-parte do ICMS, principal transferência recebida do Estado em 2005, em Antônio Olinto foi R\$ 2.033.152,17, que representa 29,2%.

A análise das despesas dos municípios por função identifica as prioridades e finalidades dos gastos públicos realizados. Observa-se que, na média, nos municípios do território, os maiores percentuais de gastos estão nas funções Educação (28,6%), Saúde (20,7%) e Administração (15,8%) – gráfico 5.1. Ressalta-se que nas rubricas sociais existe vinculação de receita constitucional³⁴.

GRÁFICO 5.1 - PERCENTUAL MÉDIO DA DESPESA, POR FUNÇÃO, NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005



FONTES: Sistema do Tesouro Nacional - STN; IPARDES-BDE

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

No território, o município de Porto Vitória apresenta o maior nível de Despesa Total *per capita* (R\$ 1.101,24) e também os maiores níveis de gasto *per capita* nas funções Administração (R\$ 209,65) e Transporte (R\$ 214,51). O município de Paulo Frontin exhibe o maior nível de gasto *per capita* em Assistência Social (R\$ 50,37), Bituruna em Saúde (R\$ 227,95), Paula Freitas em Educação (R\$ 329,75) e São Mateus do Sul em Urbanismo (R\$ 61,94) – tabela 5.3.

³⁴ Para a educação, no mínimo 25% da receita de impostos e transferências constitucionais, aos quais se somarão, quando couber, recursos adicionalmente transferidos ao município pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Para a saúde, a Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/2000, entre outras determinações, assegurou recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. No caso dos municípios, exigiu que até o exercício financeiro de 2004 apliquem nessa área 15,0% da receita dos impostos e transferências elencados pela Lei.

TABELA 5.3 - DESPESA *PER CAPITA* POR FUNÇÃO E SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2005

MUNICÍPIO	DEPESA <i>PER CAPITA</i> (R\$)							
	TOTAL	Adminis- tração	Assist. Social	Educação	Saúde	Transporte	Urbanismo	Outros
Antônio Olinto	800,96	133,07	42,99	238,21	165,75	146,81	13,50	60,63
Bituruna	972,82	138,06	46,27	256,86	227,95	161,67	29,27	112,74
Cruz Machado	959,19	104,74	8,67	244,35	224,44	187,95	26,41	162,63
General Carneiro	730,25	150,49	21,32	210,28	159,04	78,06	49,84	61,21
Paula Freitas	978,48	149,05	46,13	329,75	213,67	154,18	16,52	69,19
Paulo Frontin	934,95	135,69	50,37	239,28	211,80	121,76	8,92	167,13
Porto Vitória	1 101,24	209,65	38,30	255,46	179,02	214,51	21,74	182,56
São Mateus do Sul	742,37	104,34	37,64	231,95	142,38	73,08	61,94	91,04
União da Vitória	725,66	125,85	31,36	242,56	125,16	26,34	51,37	123,02

FONTES: STN, IPARDES - Base de Dados do Estado

União da Vitória é o município de menor despesa total *per capita* (R\$ 725,66) e também apresentou o menor gasto *per capita* nas funções Saúde (R\$125,16) e Transporte (R\$ 26,34). Cruz Machado registrou o menor gasto *per capita* em Assistência Social (R\$ 8,67); São Mateus do Sul, em Administração (R\$ 104,34), General Carneiro, em Educação (R\$ 210,28); e Paulo Frontin, em Urbanismo (R\$ 8,92).

5.2 ATIVOS INSTITUCIONAIS

Considerando a importância da dimensão institucional no processo de desenvolvimento local/regional, este item do diagnóstico traz um inventário dos ativos institucionais presentes nos nove municípios componentes do território União da Vitória.

Para a seleção dos ativos, foram consideradas as instituições cujas atividades estão relacionadas à base produtiva local, além dos cursos profissionalizantes ofertados, mais especificamente os Cursos Técnicos de Nível Médio e as Casas Familiares Rurais.

5.2.1 Instituições

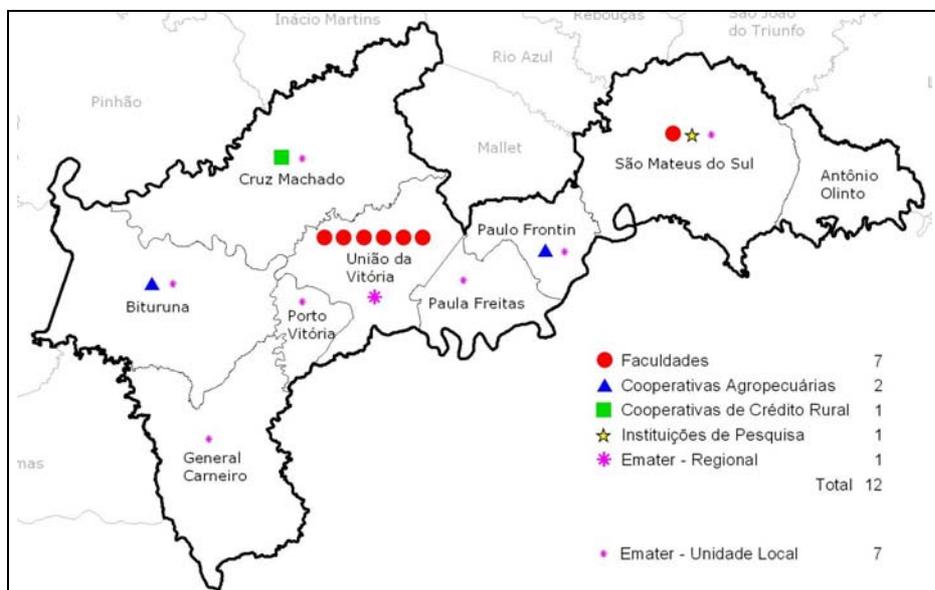
No conjunto dos municípios foram identificadas 12 instituições³⁵, compreendendo as seguintes categorias³⁶: Instituições de Ensino Superior (sete), Cooperativas Agropecuárias

³⁵ O presente inventário baseou-se em trabalho realizado em 2005 pelo IPARDES: *Os Vários Paranás: Estudos Socioeconômico-Institucionais como Subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional*, com as devidas atualizações (IPARDES, 2005).

³⁶ A classificação das Instituições segundo a categoria baseou-se em tipologia adotada em trabalho realizado em 2005 pelo IparDES e Secretaria de Estado do Planejamento: *Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná - Etapa 2* (IDENTIFICAÇÃO, 2005).

(duas), Cooperativa de Crédito Rural (uma), Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia (uma) e Agência de Desenvolvimento Local (uma) – mapa 5.1 e quadro 5.1.

MAPA 5.1 - DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006



FONTES: EMATER, IPARDES

QUADRO 5.1 - INSTITUIÇÕES DE APOIO, SEGUNDO A CATEGORIA, SEDIADAS NOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - 2006

ITEM	CATEGORIA	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
1	Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG - Extensão São Mateus do Sul	São Mateus do Sul
2	Instituição de Ensino Superior	Centro Universitário da Cidade de União da Vitória	União da Vitória
3	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória	União da Vitória
4	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória	União da Vitória
5	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Ciências Humanas de União da Vitória	União da Vitória
6	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória	União da Vitória
7	Instituição de Ensino Superior	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	União da Vitória
8	Cooperativa Agropecuária	Cooperativa Agropecuária Bituruna Ltda (COABIL)	Bituruna
9	Cooperativa Agropecuária	Cooperativa Agropecuária Irineópolis (COOPERGRIL)	Paulo Frontin
10	Cooperativa de Crédito Rural	Cooperativa de Crédito Rural com Integração Solidária (CRESOL)	Cruz Machado
11	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	Incubadora Tecnológica de São Mateus do Sul (ITS)	São Mateus do Sul
12	Agência de Desenvolvimento Local	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	União da Vitória

FONTES: SETI, IPARDES

No que diz respeito às Instituições de Ensino Superior, observa-se que as mesmas estão concentradas no município de União da Vitória, o qual abriga seis das sete instituições sediadas no território. Em São Mateus do Sul existe uma unidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Extensão São Mateus.

As cooperativas agropecuárias desempenham um papel bastante ativo no desenvolvimento das regiões, atuando como agentes de desenvolvimento econômico e social. Por meio dessas cooperativas, a produção se organiza, os agentes de comercialização são reduzidos e melhora a infra-estrutura de armazenagem da produção. O território abrigava duas cooperativas agropecuárias: Cooperativa Agropecuária Bituruna (COABIL) e Cooperativa Agropecuária Irineópolis (COOPERGRIL), nos municípios de Bituruna e Paulo de Frontin, respectivamente.

As cooperativas de crédito atuam em diversos setores da economia, como alternativa ao crédito bancário oficial. No Estado do Paraná há quatro sistemas de crédito organizados em centrais: Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), UNICRED e Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL Baser).

No caso do território, apenas a CRESOL está organizada, no município de Cruz Machado.

A categoria das Instituições de Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia abrange as instituições de C,T&I, como os centros tecnológicos e incubadoras de empresas. Está presente no território a Incubadora Tecnológica de São Mateus do Sul (ITS), vinculada ao Programa Petrobras de Incubadoras Tecnológicas, em conjunto com outras instituições públicas e privadas locais. Ressalta-se que esse Programa possui 11 unidades instaladas em diversos estados, mantendo sua coordenadoria no município de São Mateus do Sul.

As Agências de Desenvolvimento Local têm por objetivo o desenvolvimento da atividade produtiva local. Nesse sentido, o território conta com o apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que mantém unidade regional em União da Vitória e unidades locais em outros sete municípios, porém ausente no município de Antônio Olinto.

5.2.2 Cursos Profissionalizantes: Cursos Técnicos de Nível Médio e Casa Familiar Rural

A Educação Profissional – com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³⁷ – é definida como complementar à educação básica, portanto a ela articulada, podendo ser desenvolvida em três níveis: básico, técnico e tecnológico³⁸. Destinada

³⁷ Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

³⁸ Os cursos tecnológicos são destinados à formação de nível superior, estruturados em áreas especializadas.

a jovens e adultos, tem como objetivo, além da formação de técnicos de nível médio, a qualificação de trabalhadores com qualquer escolaridade, levando ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

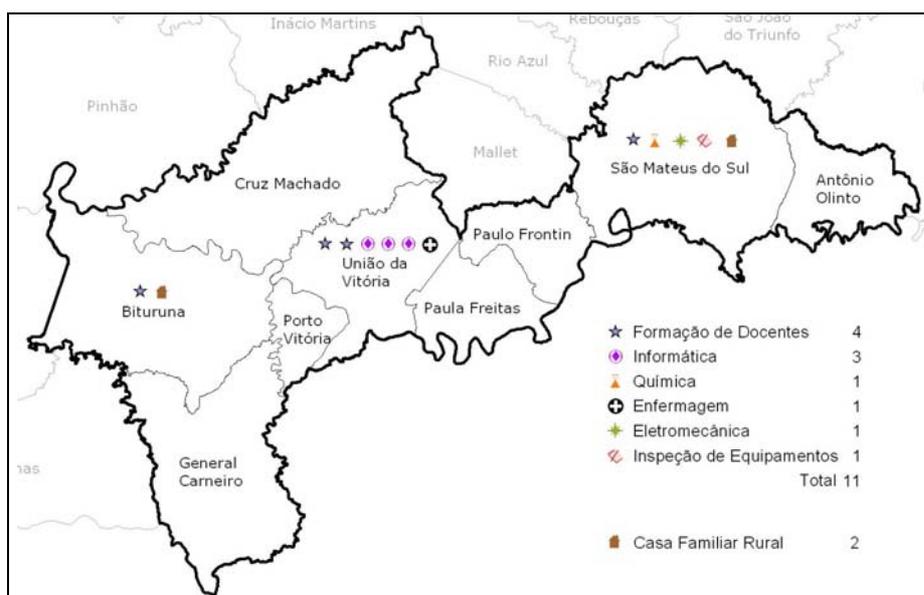
Os cursos destinados à formação técnica de nível médio têm organização curricular própria e são destinados a habilitar alunos que estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio, sendo ofertados em duas modalidades: integrado e subsequente (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA, 2007).

O Curso Técnico Integrado possibilita a integração do Ensino Médio ao técnico, unindo o conteúdo dos currículos, não desvinculando, portanto, o Ensino Médio do Ensino Técnico e tendo duração de quatro anos. O Curso Técnico Subsequente, também conhecido como Pós-médio, tem como pré-requisito a conclusão do Ensino Médio e sua duração é de um ano e meio.

No conjunto dos municípios integrantes do território, são ofertados 11 cursos profissionalizantes, sendo oito deles vinculados à Secretaria de Estado da Educação (SEED) e os outros três ofertados por instituições particulares, em São Mateus do Sul (dois) e União da Vitória (um).

Dentre os cursos ofertados pela SEED, cinco deles operam na modalidade Integrado e os outros três na modalidade Subsequente, abrangendo as áreas de Formação de Docentes (quatro), Informática (dois), Química (um) e Enfermagem (um). Em termos de distribuição geográfica, estes cursos concentram-se nos municípios de União da Vitória (cinco), São Mateus do Sul (dois) e Bituruna (um) (mapa 5.2 e Apêndice – quadro A.5.1).

MAPA 5.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES E CASAS FAMILIARES RURAIS NO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006



FONTES: SEED, IPARDES

No que diz respeito aos cursos vinculados a instituições particulares, são ofertados três cursos, todos operando na modalidade subsequente, quais sejam: Eletromecânica e Inspeção do Trabalho, em São Mateus do Sul, e Informática, em União da Vitória.

As Casas Familiares Rurais (CFR) têm por objetivo facilitar o acesso à profissionalização de jovens e de suas famílias do meio rural, contribuindo com o aumento de ocupações produtivas e da renda dessas famílias (BRASIL, 2007).

O processo de implantação das CFRs no Paraná teve início em 1987, a partir de discussões envolvendo os agricultores e comunidades dos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Em 1998, as CFRs integraram-se às ações do PRONAF.

A administração das Casas Familiares é feita pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR)³⁹ da região, a qual é formada por famílias dos jovens que participam das CFRs, com o apoio dos órgãos públicos e privados do município e do Estado.

Quanto ao método de ensino, as unidades das CFRs trabalham com a pedagogia da alternância, em sistema de semi-internato, ou seja, os estudantes passam um período na escola e outro em casa. Normalmente, o período em que os alunos estão no campo coincide com a intensificação do trabalho na lavoura. As Casas Familiares proporcionam ao aluno um sistema de ensino preocupado em adequar-se ao calendário agrícola e em manter-se em sintonia com a realidade do campo.

O território sedia duas CFRs, localizadas nos municípios de Bituruna e São Mateus do Sul. A Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul atende a 48 alunos dos municípios de Antônio Olinto e São João do Triunfo, além do município-sede, e a de Bituruna atende a 65 alunos da área oeste do território. Desse modo, o número de alunos que freqüentam as duas CFRs totaliza 113, o que representa 6,6% do total do Estado, que registra um total de 1.716 alunos e 36 Casas Familiares Rurais (ARCAFAR-Sul, 2007).

Convém destacar que as duas Casas Familiares Rurais localizam-se nas extremidades leste e oeste do território, indicando a conveniência de uma nova unidade na área central do território.

5.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Os assentamentos rurais estão presentes no território União da Vitória, caracterizando a mobilização pelo acesso à terra e a participação do Programa Nacional de Reforma Agrária na região. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assentou 562 famílias em nove assentamentos localizados nos municípios de Bituruna e General Carneiro, ocupando uma área de 17.945,09 hectares, representando 5,5 % da área estadual destinada à reforma agrária (tabela 5.6).

³⁹ A ARCAFAR-Sul, fundada em 1991, tem sede em Barracão, no Estado do Paraná, tendo como área de atuação os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

TABELA 5.6 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS RURAIS, ÁREA E FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2007

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	ÁREA		FAMÍLIAS ASSENTADAS	
		ha	%	Abs.	%
Bituruna	6	14 443,33	80,5	412	73,3
General Carneiro	3	3 501,76	19,5	150	26,7
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	9	17 945,09	⁽¹⁾ 5,5	562	⁽¹⁾ 3,7
PARANÁ	274	323 046,73	100,0	15 177	100,0

FONTES: INCRA/Superintendência Regional do Paraná

(1) Refere-se à participação do território União da Vitória no total do Estado.

Segundo informação obtida junto ao Grupo de Trabalho Clóvis Moura, instituído pelo Governo do Estado do Paraná, até o momento não foram identificadas comunidades de remanescentes de quilombolas. A essa ausência soma-se outra: não há registro de aldeamento indígena no território.

5.4 INSTITUCIONALIDADE TERRITORIAL

Esse item recupera a trajetória associativa dos municípios que compõem o território, destaca a presença das instituições de desenvolvimento e finaliza com um breve histórico da articulação territorial e com a composição do grupo gestor do território.

5.4.1 Associações de Municípios

Os nove municípios componentes do território, além de integrarem a Associação de Municípios do Paraná (AMP), que atualmente congrega os 399 municípios do Estado, participam da Associação dos Municípios do Sul do Paraná (AMSULPAR), a qual lidera as demandas políticas e institucionais da região.

5.4.2 Instituições de Desenvolvimento

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) são fóruns de discussões e decisões sobre o rumo e os caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. Esses conselhos são instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na partilha do poder de decidir. Podem aumentar a transparência e o controle social na utilização de recursos públicos. Constituem espaços privilegiados para a construção da cidadania e podem contribuir para romper velhas barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento local (CARACTERIZAÇÃO, 2007).

Ressalte-se que todos os municípios pertencentes ao território possuem CMDRs, os quais foram instituídos por decretos municipais e concentram suas ações em projetos de interesse da agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Paraná 12 Meses.

5.4.3 Histórico do Processo Territorial

Os municípios da região participam de processos de gestão compartilhada como o Consórcio Intermunicipal de Saúde, porém não possuem planos de desenvolvimento regional ou territorial. A AMSULPAR está liderando as ações para a constituição de um Fórum de Desenvolvimento Territorial, o qual deverá ser estimulado pelo Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Governo do Paraná.

Além dessa iniciativa, a região está desenvolvendo outras de caráter intermunicipal, como as Casas Familiares Rurais de Bituruna e de São Mateus do Sul, e a elaboração de um plano para o desenvolvimento florestal e a revitalização da cultura da erva-mate na região, além de projetos de pesquisa participativa desenvolvidos em parceria com o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) e as organizações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico socioeconômico do território União da Vitória teve por objetivo fazer uma leitura comprometida com a necessidade de instrumentalizar os principais usuários deste estudo, que são os gestores do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável e os gestores do território, na complexa e sempre desafiadora tarefa de promover o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a análise da dinâmica populacional, dos indicadores sociais, do cenário e desempenho econômico e dos aspectos institucionais foi norteadada pela compreensão do papel que essas dimensões da realidade desempenham no território.

O território União da Vitória está situado em uma área considerada prioritária para o governo do Estado. Assim, as ações do Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, contratante deste estudo, somam-se às ações de outros programas e projetos de governo. Essa convergência acontece pelo reconhecimento das carências socioeconômicas presentes em determinados espaços e pela busca, por parte dos entes públicos, privados e da sociedade civil organizada, de uma intervenção que seja ao mesmo tempo eficiente e eficaz no combate às desigualdades.

Como desenvolvimento pressupõe equidade, a dinamização da economia local deve vir acompanhada de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Para que se possam cumprir esses requisitos, os gestores necessariamente deverão considerar os aspectos apontados a seguir.

Em termos ambientais, o território apresenta 40,2% de seus solos vulneráveis à degradação do solo pela erosão e 6% são inaptos por excesso hídrico. Deve-se considerar que abriga 19,3% de floresta nativa, dados de 2001 e 2002, lembrando que, originalmente, mais de 90% de sua área era ocupada pela floresta de Araucária. As unidades de conservação de uso sustentável representam 10,3% da área territorial.

Entendem-se as condições mais gerais vividas, hoje, pela população do território observando-se o processo de ocupação do chamado “Paraná Tradicional”, uma vez que este esteve pautado na exploração de recursos da natureza e atividades econômicas de cunhos extensivo e extrativo, características que se fizeram presentes por um longo período. Parte importante do seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu e da instalação de colônias de imigrantes. A região teve um tardio processo de integração a outras áreas mais empreendedoras do Estado em função da quase total ausência de vias de comunicação.

No âmbito da dinâmica demográfica, as tendências mais gerais observáveis no Paraná estão presentes no território, tais como a queda da fecundidade e o grau de envelhecimento da população. O território particulariza-se por apresentar uma predominância, relativa,

do sexo masculino, fenômeno observável nas sociedades rurais. A recontagem da população feita pelo IBGE em 2007, indicam um pequeno crescimento da população do território para 162,8 mil habitantes. Apesar desse incremento populacional, o território apresenta um dos menores contingentes demográficos dentre os territórios analisados.

Dentre os fatores demográficos, o componente migratório vem tendo um peso substantivo no território União da Vitória. Ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região. A movimentação populacional ocorrida no quinquênio 1995-2000 registrou um saldo negativo nas trocas populacionais, pois embora os municípios do território recebam consideráveis fluxos imigratórios, particularmente de âmbito intra-estadual, com destaque para União da Vitória, São Mateus do Sul e General Carneiro, suas perdas são bem mais volumosas. Entretanto, chamam a atenção os fluxos interestaduais, principalmente os de emigração.

O território distingue-se por apresentar um centro urbano que compõe, com Porto União, em Santa Catarina, uma mancha contínua de ocupação de dimensão considerável.

As variáveis sociais analisadas apontaram ganhos significativos quanto à ampliação do acesso a programas e serviços. No entanto, os dados apresentados indicam a necessidade de maior concertação nas ações para que o investimento público resulte numa alteração dos indicadores de habitabilidade, saúde e educação, o que, conseqüentemente, refletirá nos indicadores sintéticos de desenvolvimento humano.

Do ponto de vista das demandas sociais, o déficit habitacional absoluto no território, segundo dados de 2000, era da ordem de 501 unidades. A essa demanda devem-se acrescentar aquelas vinculadas a saneamento e adequação do destino do lixo doméstico, pois são as variáveis que, relativamente, mais comprometeram o desempenho dos municípios, indicando a necessidade de uma ação dirigida e efetiva.

Entre os dados analisados da saúde, destaca-se a adesão dos municípios à atenção básica estruturada na Estratégia Saúde da Família (ESF) e no Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que, apesar de ter se mostrado desigual entre os municípios, apresentou coberturas significativas. O Programa Saúde Bucal apresentou baixa cobertura, indicando a necessidade de maior adesão. Por sua vez, a escolaridade aparece como um importante desafio para os gestores, pois as taxas de analfabetismo, em 2000, eram expressivas no território. Além disso, o número médio de séries concluídas indicou uma taxa correspondente ao Ensino Fundamental incompleto. Registra-se a existência de um programa federal de alfabetização de adultos cujo resultado deverá consubstanciar-se nos dados do próximo censo demográfico.

Os programas sociais e de transferência de renda têm sido instrumentos de minimização das desigualdades, e programas como a Tarifa Social da Água, Luz Fraterna, Leite das Crianças, Bolsa-Família, Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano,

Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Compra Direta da Agricultura Familiar, entre outros, têm chegado ao território. Porém, observa-se uma participação diferenciada dos municípios no acesso a esses programas. Nesse sentido, faz-se necessário considerar que todo programa necessita de acompanhamento e avaliação constantes, sendo este, provavelmente, o maior desafio colocado para os gestores, em todos os níveis de governo, pois requer permanente aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação objetivando maior capacidade de controle e de efetividade.

A síntese dos indicadores sociais apontou diferenças internas quanto ao desempenho de alguns municípios. O conhecimento das circunstâncias que permitiram esses resultados pode constituir a oportunidade de um debate sobre gestão municipal e suas implicações.

Um ponto a ser considerado refere-se ao turismo existente no território. O que está em atividade vincula-se, em grande medida, à paisagem e aos recursos naturais. O setor turismo tem sido considerado uma grande oportunidade para regiões como a do território União da Vitória, pois, em geral, as áreas de menor dinamismo econômico alteraram menos o meio físico, e isto passa a ser um atrativo e um ativo passível de ser explorado turisticamente. Mas, se houver interesse nessa vertente, o território precisará desenvolver uma estratégia para atração de investimentos, como, também, dotar os municípios de estrutura de serviços, uma vez que a carência de equipamentos culturais é generalizada.

A economia agrária continua sendo a base econômica do território. O valor adicionado por setor confirma essa vocação, e, do ponto de vista da ocupação, o setor agropecuário concentra a maior parte (37,6%) no território sendo que seis municípios dos nove que o compõem tinham mais de 40% das ocupações no setor agropecuário. A condição por conta própria representa 28,1% do total das ocupações. No entanto, a condição de empregado é a mais expressiva – 55,4% das ocupações estão nessa condição. Entre 2000 e 2005 houve a geração de 4.443 postos de trabalho adicionais, 23,6% de crescimento do trabalho formal, mas é preciso destacar que estes estavam concentrados nos municípios de União da Vitória e São Mateus do Sul, tendo sido o setor de atividade comércio o que mais gerou empregos.

O Produto Interno Bruto *per capita* do território ficou aquém da média do Estado. Nesse aspecto, a renda é um dos indicadores que mais reforçam a fragilidade do território. Observou-se que as classes sem rendimento e até 1 salário mínimo são predominantes no território.

Neste território, fazem-se presentes vários instrumentos de viabilização econômica individual e territorial, como são os casos do Fundo de Aval, de crédito fundiário e do PRONAF. Dada a característica de a produção agropecuária estar pautada na agricultura familiar, esses instrumentos ou meios têm propiciado oportunidades até então desconhecidas para grande parte do público beneficiário desses programas.

A análise da infra-estrutura viária destacou a importância da BR-476 que, proveniente da capital, segue em direção oeste e interliga todo o sudoeste paranaense. Evidenciou também que quase a totalidade da malha de estradas municipais encontram-se em condições ruins ou péssimas.

O Quociente Locacional (QL) do território identificou resultados expressivos relacionados à agricultura, ao complexo madeireiro-papeleiro, ao segmento de materiais de construção e à produção de xisto – nesse último caso, restrito a uma única unidade industrial, localizada em São Mateus do Sul. O adensamento da base produtiva passa, necessariamente, pela diversificação. O melhor aproveitamento do ramo agroindustrial, especificamente o abate de animais, aparece como alternativa, uma vez que esse segmento vem apresentando contínua expansão no Paraná.

A maioria dos municípios que compõem o território possui, como principal fonte de receitas, as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As despesas por função indicaram percentuais expressivos para as rubricas sociais como educação e saúde, que possuem vinculação de receita constitucional.

Do ponto de vista dos ativos institucionais, existe uma relativa concentração no município de União da Vitória dos serviços e das estruturas, ficando a necessidade de conquistar maior capilaridade na distribuição das instituições de ensino, pesquisa, cooperativas, agências de desenvolvimento e outras.

O território ainda não instituiu organização gestora, mas o exercício da gestão compartilhada por meio do Consórcio Intermunicipal de Saúde é sem dúvida relevante. Nesse sentido, é preciso fortalecer e dar continuidade às ações da Associação de Municípios do Sul do Paraná (AMSULPAR) no que concerne à constituição do Fórum de Desenvolvimento do território União da Vitória. Essa iniciativa constitui passo determinante para se estabelecer um projeto de desenvolvimento territorial.

O projeto de desenvolvimento territorial deverá assumir a missão de incrementar a economia, dotar o território de maior equidade material e social, apresentar oportunidades de emprego e renda para a sua população e avançar, decisivamente, em direção a um pacto territorial em que os municípios se reconheçam como artífices.

Não se ignora o desafio que se apresenta para os gestores, uma vez que o conflito de interesses é parte deste processo. Cabe aos agentes públicos e à sociedade estabelecer metas e interesses comuns em nome do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ABREU, Alcioly Therezinha G. de. **A posse e o uso da terra**: modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba : Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO SUL DO BRASIL / ARCAFAR - SUL. Disponível em: <www.wr2net.info/clientes/arcafar/arcsul.html>. Acesso em 20 ago. 2007.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba : GRAFIPAR, 1969. v.1.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.4, p.427-456, out. /dez. 1952.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. PRONAF. **Casa Familiar Rural**: aprendendo com a realidade. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabpronaf1.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

CARACTERIZAÇÃO dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná. Disponível em: <www.deser.org.br/biblioteca.read.asp?id=d>. Acesso em: set. 2007

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2007. (Texto para discussão, 26). Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4121#>>. Acesso em: set. 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

HEDRICH, Márcio; ABT, Thiago. **Comunidade Entre Rios**. Disponível em: <<http://www.sinodoparanapanema.com.br/paroquias/setor%20centro/cachoeira/entrieros2.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

IBGE. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>.

IDENTIFICAÇÃO, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. Curitiba: IPARDES, 2005. Elaboração IPARDES, SEPL.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003a.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003b.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, 2004.

IPARDES. **Mapa do trabalho infanto-juvenil**. Curitiba, 2007. No prelo.

IPARDES. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis/ Programa Gestão Pública e Cidadania: FGV/EASP, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Instituições Estaduais do Paraná**. Disponível em: <<http://www.seti.pr.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Paraná da Gente: caderno 6**. Disponível em: <<http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=409>>. Acesso em: 12 set. 2007b.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Programas de Governo. **Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável**: marco conceitual e área do projeto. Curitiba, 2005. Documento técnico de circulação restrita.

PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes. Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa de condição da malha rodoviária estadual pavimentada 2006**. Curitiba, 2006. 1 mapa. Escala 1:900 000.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2003**. Brasília: PNUD: IPEA: Fundação João Pinheiro, 2003. 1 CD-ROM.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTAL PLANETA ORGÂNICO. **Casa Familiar Rural**: aprendendo com a realidade. Disponível em: <www.planetaorganico.com.br?trabprona1.htm>. Acesso em: 20 ago. 2007.

RIBEIRO, Antonio G. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**, Maringá : UEM, v. 7, n. 1, p. 17-79, set. 1989.

ROCHA, S. Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica. In: LISBOA, M. de B.; MENEZES-FILHO, N. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago./dez. 1999.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Curso técnico integrado e subsequente**. Disponível em: <www.utfpr.edu.br/materia.php?page=quelinguafalamos&tipo=estatico>. Acesso em: 17 ago. 2007.

VARASCHIN, Vitorio Manoel; LAURENTI, Antonio Carlos. **Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região Centro-Sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1991. (Boletim técnico, 37).

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1988.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba : Lítero-Técnica, 1985. (Estante paranista, 21).

APÊNDICE

TABELA A.2.1 - POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000/2007

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO				GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)	DENSIDADE (hab/km ²)	
	2000			2007		2000	2007
	Urbana	Rural	TOTAL				
Cantuquiriguaçu	112 332	120 397	232 729	233 973	48,3	16,7	16,8
Centro-Sul	112 792	119 972	232 764	244 698	48,5	21,8	23,0
Norte Pioneiro	217 671	91 759	309 430	306 502	70,3	29,6	29,4
Caminhos do Tibagi	112 115	56 190	168 305	177 270	66,6	16,5	17,4
Paraná Centro	212 465	129 663	342 128	335 775	62,1	24,0	23,6
Ribeira	47 496	43 212	90 708	99 352	52,4	14,9	16,3
União da Vitória	93 370	62 103	155 473	162 807	60,1	21,3	22,3
Vale do Ivaí	230 915	79 463	310 378	309 021	74,4	42,0	41,8
Territórios	1 139 156	702 759	1 841 915	1 869 398	61,8	24,0	23,3
Paraná (exceto territórios)	6 646 928	1 074 615	7 721 543	8 410 147	86,1	64,9	70,6
PARANÁ	7 786 084	1 777 374	9 563 458	10 279 545	81,4	48,0	51,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.2 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1970-2007

TERRITÓRIO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007
Cantuquiriguaçu	5,7	-0,4	0,3	0,1
Centro-Sul	1,0	1,4	0,5	0,8
Norte Pioneiro	-1,8	-0,6	-0,2	-0,1
Caminhos do Tibagi	2,4	-0,4	0,5	0,8
Paraná Centro	2,3	0,6	-0,2	-0,3
Ribeira	1,3	0,5	1,6	1,4
União da Vitória	1,7	1,2	1,1	0,7
Vale do Ivaí	-1,5	-1,6	-0,6	-0,1
Territórios	0,6	-0,1	0,2	0,2
Paraná (exceto territórios)	1,1	1,3	1,7	1,3
PARANÁ	1,0	0,9	1,4	1,1

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Contagem de População (resultados preliminares de 05/10/2007)

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.3 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território União da Vitória	Interterri-tórios	Procedente de outro município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de país estrangeiro ⁽²⁾
Antônio Olinto	323	243	80	89	15	139	-
Bituruna	890	634	256	208	253	173	-
Cruz Machado	667	574	93	140	303	132	-
General Carneiro	1 437	861	576	328	171	362	-
Paula Freitas	414	254	160	198	3	53	-
Paulo Frontin	357	279	78	75	111	93	-
Porto Vitória	393	212	181	163	15	35	-
São Mateus do Sul	1 789	1 340	450	201	378	761	-
União da Vitória	4 034	2 064	1 970	796	401	867	-
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	10 306	6 461	3 844	2 197	1 650	2 615	-

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A.2.4 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1995/2000

MUNICÍPIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território União da Vitória	Interterri-tórios	Com destino a outro município do Paraná (exceto territórios)
Antônio Olinto	556	427	129	64	-	363
Bituruna	1 033	711	322	255	176	279
Cruz Machado	1 484	1 068	416	384	246	437
General Carneiro	1 181	621	561	286	62	272
Paula Freitas	521	258	262	163	28	67
Paulo Frontin	814	402	411	132	108	163
Porto Vitória	266	221	46	195	-	26
São Mateus do Sul	2 950	2 257	693	181	238	1 838
União da Vitória	5 827	3 015	2 812	535	244	2 236
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	14 632	8 980	5 651	2 197	1 104	5 679

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A.2.5 - IMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS E PROCEDENTES DE PAÍS ESTRANGEIRO, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	IMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾						
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território	Interterri-tórios	Procedente de Outro Município do Paraná (exceto territórios)	Procedente de País Estrangeiro ⁽²⁾
Cantuquiriguaçu	26 905	23 710	3 195	8 267	2 482	12 961	1 241
Centro-Sul	14 124	12 724	1 400	4 659	2 991	5 074	138
Norte Pioneiro	33 388	21 791	11 597	10 461	1 463	9 867	261
Caminhos do Tibagi	16 933	14 474	2 459	4 858	2 228	7 388	64
Paraná Centro	25 629	21 775	3 854	7 284	5 710	8 781	251
Ribeira	5 596	4 799	797	1 355	538	2 907	15
União da Vitória	10 306	6 461	3 844	2 197	1 650	2 615	-
Vale do Ivaí	32 789	24 215	8 574	8 906	2 828	12 481	257

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O imigrante de data fixa do período 1995/2000 não residia no município em estudo em 1995, e sim em 2000.

(2) Inclusive procedente de país estrangeiro não especificado.

TABELA A.2.6 - EMIGRANTES DE DATA FIXA INTRA-ESTADUAIS, INTERESTADUAIS, INTRA E INTERTERRITORIAIS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1995/2000

TERRITÓRIO	EMIGRANTE DE DATA FIXA 1995/2000 ⁽¹⁾					
	TOTAL INTRA-NACIONAL	Intra-estadual	Interes-tadual	Intra-território	Interterri-tórios	Com Destino a outro Município do Paraná (Exceto Territórios)
Cantuquiriguaçu	35 567	27 329	8 238	8 267	4 189	14 873
Centro-Sul	20 958	18 448	2 510	4 659	2 660	11 129
Norte Pioneiro	40 465	27 390	13 075	10 461	1 081	15 848
Caminhos do Tibagi	20 888	18 530	2 358	4 858	2 275	11 397
Paraná Centro	46 043	36 440	9 604	7 284	6 769	22 387
Ribeira	6 663	5 907	756	1 355	111	4 442
União da Vitória	14 632	8 980	5 651	2 197	1 104	5 679
Vale do Ivaí	48 304	34 750	13 554	8 906	1 699	24 144

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O emigrante de data fixa informou, na pesquisa censitária, que residia no município em estudo em 1995, mas na data do censo (2000) residia em outro local.

TABELA A.2.7 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 1991/2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1991			20 00			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Antônio Olinto	2 665	4 617	451	2 173	4 694	540	-2,3	0,2	2,0
Bituruna	4 969	7 437	446	5 454	9 604	675	1,0	2,9	4,8
Cruz Machado	6 141	9 655	772	5 782	10 861	1 024	-0,7	1,3	3,2
General Carneiro	4 316	6 647	324	5 079	8 262	558	1,8	2,5	6,3
Paula Freitas	1 554	2 823	288	1 455	3 240	365	-0,7	1,6	2,7
Paulo Frontin	2 174	3 916	468	1 877	4 209	479	-1,6	0,8	0,3
Porto Vitória	1 344	2 223	205	1 295	2 498	258	-0,4	1,3	2,6
São Mateus do Sul	11 592	20 136	1 410	11 163	23 503	1 903	-0,4	1,7	3,4
União da Vitória	14 585	27 302	2 121	14 447	31 071	3 004	-0,1	1,5	4,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	49 340	84 756	6 485	48 725	97 942	8 806	-0,1	1,6	3,5

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.8 - POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 1991/2000

TERRITÓRIO	POPULAÇÃO						TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO 1991-2000 (%)		
	1.991			2.000			0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais	0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos e mais			
Cantuquiriguaçu	86 565	132 664	7 532	80 084	141 812	10 833	-0,9	0,8	4,2
Centro-Sul	77 114	133 815	10 749	71 921	146 985	13 858	-0,8	1,1	2,9
Norte Pioneiro	106 478	189 776	17 459	89 198	197 286	22 946	-2,0	0,4	3,1
Caminhos do Tibagi	58 346	94 838	7 214	53 231	105 413	9 661	-1,0	1,2	3,3
Paraná Centro	129 221	205 127	12 462	111 317	213 756	17 055	-1,7	0,5	3,6
Ribeira	30 941	44 670	3 350	31 235	54 942	4 531	0,1	2,3	3,4
União da Vitória	49 340	84 756	6 485	48 725	97 942	8 806	-0,1	1,6	3,5
Vale do Ivaí	107 964	203 613	16 265	85 853	202 596	21 929	-2,5	-0,1	3,4
Paraná (exceto territórios)	2 168 240	4 177 057	286 672	2 175 566	5 115 002	430 975	0,0	2,3	4,7
PARANÁ	2 814 209	5 266 316	368 188	2 747 130	6 275 734	540 594	-0,3	2,0	4,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA A.2.9 - POPULAÇÃO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E ÍNDICE DE IDOSOS, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO		ÍNDICE DE IDOSOS ⁽¹⁾ (%)
	0 a 14 anos	65 anos e +	
Cantuquiriguaçu	80 084	10 833	13,5
Centro-Sul	71 921	13 858	19,3
Norte Pioneiro	89 198	22 946	25,7
Caminhos do Tibagi	53 231	9 661	18,1
Paraná Centro	111 317	17 055	15,3
Ribeira	31 235	4 531	14,5
União da Vitória	48 725	8 806	18,1
Vale do Ivaí	85 853	21 929	25,5
Territórios	571 564	109 619	19,2
Paraná (exceto territórios)	2 175 566	430 975	19,8
PARANÁ	2 747 130	540 594	19,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) O índice de idosos mede a relação, em percentual, entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

TABELA A.2.10 - POPULAÇÃO MASCULINA, FEMININA E RAZÃO DE SEXO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E TERRITÓRIOS DO PARANÁ - 2000

TERRITÓRIO	GRUPO ETÁRIO								
	0 a 14 anos			15 a 64 anos			65 anos e +		
	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾	População		Razão de Sexo ⁽¹⁾
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Cantuquiriguaçu	40 771	39 313	1,04	72 601	69 211	1,05	5 538	5 295	1,05
Centro-Sul	36 795	35 126	1,05	75 915	71 070	1,07	6 433	7 425	0,87
Norte Pioneiro	45 434	43 764	1,04	99 136	98 150	1,01	11 264	11 682	0,96
Caminhos do Tibagi	27 008	26 223	1,03	53 429	51 984	1,03	4 971	4 690	1,06
Paraná Centro	56 831	54 486	1,04	106 974	106 782	1,00	8 449	8 606	0,98
Ribeira	15 981	15 254	1,05	28 456	26 486	1,07	2 424	2 107	1,15
União da Vitória	24 837	23 888	1,04	49 920	48 022	1,04	4 046	4 760	0,85
Vale do Ivaí	44 024	41 829	1,05	100 124	102 472	0,98	10 964	10 965	1,00
Territórios	291 681	279 883	1,04	586 555	574 177	1,02	54 089	55 530	0,97
Paraná (exceto territórios)	1 107 584	1 067 982	1,04	2 501 443	2 613 559	0,96	196 068	234 907	0,83
PARANÁ	1 399 265	1 347 865	1,04	3 087 998	3 187 736	0,97	250 157	290 437	0,86

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

(1) A razão de sexo expressa o número de homens observado na população em relação ao número de mulheres.

TABELA A.3.1 - NÚMERO MÉDIO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ÓBITOS, SEGUNDO GRUPOS DE CAUSAS (CID-10) E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - 2003/2005

MUNICÍPIO	ÓBITOS																	
	Alg. Doenças Infec. e Parasit.		Neoplasias		Doenças Sang. Órg. Hemat. e Transt. Imunitár.		Doenças Endóc. Nutric. e Metab.		Transt. Mentais e Comport.		Doenças do Sistema Nervoso		Doenças do Aparelho Circulatório		Doenças do Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Antônio Olinto	1,0	1,8	5,7	10,3	0,7	1,2	0,7	1,2	1,7	3,0	0,0	0,0	22,7	41,2	5,7	10,3	4,3	7,9
Bituruna	2,7	2,9	16,0	17,5	0,3	0,4	2,0	2,2	0,0	0,0	1,3	1,5	26,3	28,7	13,7	14,9	3,0	3,3
Cruz Machado	3,7	3,1	16,7	13,9	0,7	0,6	3,7	3,1	2,3	1,9	3,3	2,8	38,7	32,3	14,3	12,0	3,7	3,1
General Carneiro	1,7	2,0	10,0	12,0	0,7	0,8	5,0	6,0	2,0	2,4	0,3	0,4	25,3	30,4	7,0	8,4	3,7	4,4
Paula Freitas	0,3	0,9	8,0	22,0	0,0	0,0	0,7	1,8	0,3	0,9	0,3	0,9	9,3	25,7	3,7	10,1	2,3	6,4
Paulo Frontin	0,3	0,7	4,3	9,2	0,7	1,4	2,0	4,3	0,3	0,7	0,7	1,4	17,0	36,2	8,7	18,4	2,0	4,3
Porto Vitória	1,0	4,1	4,0	16,2	0,3	1,4	0,3	1,4	1,3	5,4	0,3	1,4	8,7	35,1	2,3	9,5	2,0	8,1
São Mateus do Sul	5,3	2,4	41,3	18,6	0,3	0,1	12,3	5,5	4,7	2,1	5,3	2,4	71,0	31,9	15,7	7,0	12,0	5,4
União da Vitória	8,7	2,5	67,0	19,6	1,3	0,4	9,7	2,8	0,7	0,2	3,7	1,1	125,0	36,5	41,7	12,2	21,0	6,1
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	24,7	20,4	173,0	16,9	50,0	0,5	6,3	30,6	13,3	10,3	15,3	10,5	344,0	33,6	112,7	11,0	54,0	50,3
PARANÁ ⁽¹⁾	1 969,7	3,3	9 652,7	16,4	211,0	0,4	3 018,0	5,1	535,3	0,9	1 048,0	1,8	18 927,0	32,2	6 018,0	10,2	3 088,3	5,3

MUNICÍPIOS	ÓBITOS																	
	Doenças da Pele e do Tecido Subcutâneo		Doenças do Sist. Osteo-Muscular e Tec. Conjunt.		Doenças do Aparelho Geniturinário		Gravidez Parto e Puerpério		Algum. Afec. Origin. no Período Perinatal		Malf. Cong. Deformid. e Anom. Cromos-Sômicas		Sint. Sinais e Achad. Anorm. Ex. Clín. e Laborat.		Causas Externas de Morbid. e Mortalid.		TOTAL	
	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%	N.º médio	%
Antônio Olinto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,2	0,0	0,0	1,0	1,8	0,3	0,6	3,0	5,5	7,7	13,9	55,0	100,0
Bituruna	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,5	1,0	1,1	5,0	5,5	0,3	0,4	2,7	2,9	16,0	17,5	91,7	100,0
Cruz Machado	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	1,9	0,0	0,0	2,7	2,2	2,3	1,9	10,7	8,9	14,7	12,3	1 19,7	100,0
General Carneiro	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,6	0,0	0,0	1,3	1,6	2,0	2,4	9,0	10,8	14,0	16,8	83,3	100,0
Paula Freitas	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	3,7	0,0	0,0	1,0	2,8	0,7	1,8	3,3	9,2	5,0	13,8	36,3	100,0
Paulo Frontin	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	2,8	0,0	0,0	0,3	0,7	0,0	0,0	4,7	9,9	4,7	9,9	47,0	100,0
Porto Vitória	0,0	0,0	0,7	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	8,1	1,7	6,8	24,7	100,0
São Mateus do Sul	0,0	0,0	0,3	0,1	3,0	1,3	1,0	0,4	5,0	2,2	0,7	0,3	17,0	7,6	27,7	12,4	222,7	100,0
União da Vitória	1,7	0,5	0,7	0,2	3,7	1,1	1,0	0,3	7,3	2,1	2,0	0,6	7,3	2,1	39,7	11,6	342,0	100,0
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	0,7	0,2	0,7	0,2	5,0	0,5	0,0	0,3	3,7	0,3	0,3	0,8	9,7	0,8	31,0	2,8	022,3	00,0
PARANÁ ⁽¹⁾	72,3	0,1	201,3	0,3	915,3	1,6	105,3	0,2	1 414,7	2,4	620,7	1,1	2915,3	5,0	8 094,3	13,8	5 8 811,7	100,0

FONTE: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Excluído os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide e dos óbitos ocorridos nos municípios ignorados.

(1) Incluído no total do Estado, os óbitos ocorridos no grupo de causas das doenças do ouvido e da apófise mastóide.

QUADRO A.3.1 - TIPOS DE TURISMO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES A ELES RELACIONADOS, SEGUNDO O MINISTÉRIO DO TURISMO E SETU-PR

TIPO DE TURISMO	ATIVIDADES
Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • espeleoturismo; • <i>hiking</i>; • naturismo; • observação de fauna e flora; • <i>trekking</i>.
Turismo de aventura	<ul style="list-style-type: none"> • aéreas – vôo livre (asa delta, balão, pára-quadras e variações, planador); • vôomotorizado (asa delta motorizada, girocôptero, ultraleve); • montanhismo – <i>canyoning</i>, escalada (técnica, solo, caminhada), <i>rapel</i>; • náuticas – bóia-cross, canoagem e suas variações, iatismo e suas variações; • mergulho (autônomo, livre), pesca amadora, <i>rafting</i>, <i>surf</i> e suas variações; • terrestre – caça regulamentada, ciclo turismo; veículos motorizados.
Turismo rural	<ul style="list-style-type: none"> • agroturismo; • artesanato; • gastronomia típica; • lazer e recreação (desenvolvidas em caminhadas, cavalgadas, charreteadas; • colhe-e-pague, fazenda-hotel, hotel-fazenda, pesque-e-pague, pousada rural; • turismo eqüestre).
Turismo histórico - cultural	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural; • eventos culturais; • manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras); • visitas a sítios históricos; • visitas a sítios arqueológicos.
Turismo técnico	<ul style="list-style-type: none"> • espeleologia; • pesquisa arqueológica; • pesquisa e treinamento; • visitas a sítios científicos; • visitas técnicas a reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais etc.
Turismo de sol e praia	<ul style="list-style-type: none"> • atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.
Turismo esportivo	<ul style="list-style-type: none"> • prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Turismo religioso	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas
Turismo de negócios e eventos	<ul style="list-style-type: none"> • conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Turismo de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos.

FONTE: Secretaria de Estado do Turismo

TABELA A.4.1 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CONTRATOS DO PRONAF E RESPECTIVOS MONTANTES, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2000/2007

MUNICÍPIO	CONTRATOS						MONTANTE					
	2000/2001		2003/2004		2006/2007		2000/2001		2003/2004		2006/2007	
	Número	%	Número	%	Número	%	Reais	%	Reais	%	Reais	%
Antônio Olinto	143	3,1	484	9,1	556	8,1	475 611,78	4,0	1 421 912,23	9,0	2 798 644,33	8,0
Bituruna	526	11,5	993	18,6	981	14,3	1 836 796,99	15,3	2 717 504,10	17,1	5 574 706,72	16,0
Cruz Machado	735	16,1	1 258	23,6	1 948	28,5	1 408 323,69	11,7	2 845 974,63	18,0	7 699 567,85	22,0
General Carneiro	128	2,8	94	1,8	156	2,3	1 016 291,13	8,4	291 341,61	1,8	422 736,28	1,2
Paula Freitas	194	4,3	304	5,7	362	5,3	395 003,43	3,3	1 170 743,83	7,4	2 070 964,90	5,9
Paulo Frontin	401	8,8	507	9,5	645	9,4	1 112 528,90	9,2	2 018 091,38	12,7	4 176 754,06	12,0
Porto Vitória	4	0,1	152	2,9	173	2,5	16 548,00	0,1	399 087,21	2,5	990 876,66	2,8
São Mateus do Sul	1 585	34,7	1 277	24,0	1 655	24,2	3 729 327,16	31,0	4 223 559,39	26,7	9 225 536,67	26,4
União da Vitória	846	18,5	261	4,9	361	5,3	2 037 999,97	16,9	759 823,33	4,8	1 973 606,07	5,6
TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA	4 562	100,0	5 330	100,0	6 837	100,0	12 028 431,05	100,0	15 848 037,71	100,0	34 933 393,54	100,0
PARANÁ	116 178		129 234		151 550		313 792 156,08		546 672 189,00		995 070 093,83	

FONTES: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN, BNDES

NOTA: Dados extraídos de: www.mda.gov.br/saf. Acessado em setembro de 2007.

(1) Valores correntes.

QUADRO A.4.1 - CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES, SEGUNDO OS GRUPOS DO PRONAF - BRASIL - JUL 2005

TIPO	CARACTERÍSTICAS
Grupo A	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); • beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal que ainda não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA); • beneficiários que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.
Grupo B	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro e que residam na propriedade ou em local próximo; • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo C	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo; • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e até R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo A/C	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares egressos do Grupo A que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos C, D ou E e que apresentarem a DAP para o Grupo "A/C" fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.
Grupo D	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo; • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) e até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
Grupo E	<ul style="list-style-type: none"> • agricultores familiares que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA e que residam na propriedade ou em local próximo; • agricultores familiares que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; • agricultores familiares que obtenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento; • agricultores familiares que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, admitido ainda a eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir; • agricultores familiares que obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

FONTE: MCR - Manual do Crédito Rural

QUADRO A 5.1 - CURSOS PROFISSIONALIZANTES POR TIPO OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ - 2006

TIPO DE CURSO	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	INTEGRADO	SUBSEQÜENTE	N.º
Formação de Docentes	Bituruna	CE Santa Bárbara			4
Formação de Docentes	São Mateus do Sul	CE de São Mateus			
Formação de Docentes	União da Vitória	CE Túlio de Franca			
Informática	União da Vitória	CE São Cristóvão			2
Informática	União da Vitória	CE São Cristóvão			
Química	São Mateus do Sul	CE de São Mateus			1
Enfermagem	União da Vitória	CE Dr. Lauro Muller Soares			1
Eletromecânica	São Mateus do Sul	Particular			1
Inspeção de Equipamentos	São Mateus do Sul	Particular			1
Informática	União da Vitória	Particular			1
TOTAL			5	6	11

FONTES: IPARDES



PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL - SEPL



IPARDES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - 82630-900 - Curitiba - Paraná
Tel.: (41) 3351-6335 | 3351-6345 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br